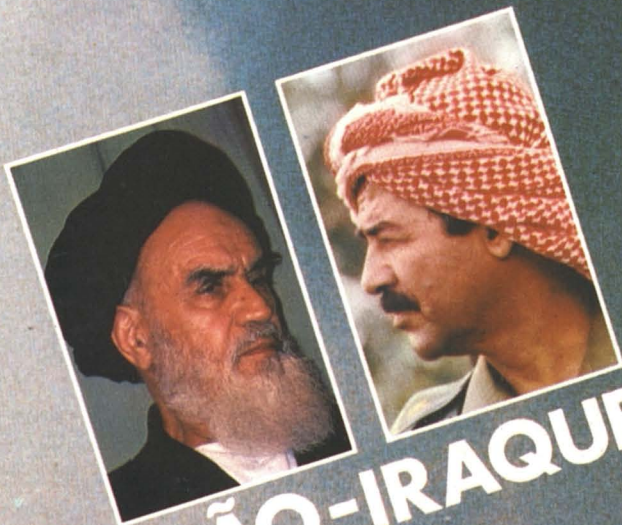


cadernos do

terceiro mundo

ANGOLA
novas
agressões
do
apartheid

Mensal • Setembro de 1982 • Esc 80\$00 • Kz 60,00 • Mt 80,00 • PG 80\$00 • CV 80\$00 • Cr\$ 200,00 • Ano V • n.º 47



IRÃO-IRAQUE

A GUERRA DO GOLFO



ANGOLA

A woman in traditional Angolan attire, including a headwrap and a patterned skirt, is shown harvesting coffee in a plantation. She is holding a large woven basket and is surrounded by coffee plants with ripe, golden-brown cherries. The background is a lush green coffee plantation under a clear sky.

Café de Angola
um
gosto
de
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "IN/CAFE" • R.P.A.

Aos leitores

Irão-Iraque: a paz gorada

A nossa capa volta a ser o Médio Oriente, palco de duas guerras que põem em risco a paz mundial.

Quando a guerra do Golfo parecia encaminhar-se para uma solução, após a retirada do exército iraquiano do território do Irão, uma nova etapa de operações bélicas irrompeu acabando dramaticamente com as expectativas de uma paz negociada: o ayatollah Khomeiny anunciava a sua determinação de derrubar o regime de Saddam Hussein, levando as suas tropas a invadir o Iraque.

No Líbano, o confronto final entre palestinos e israelitas não se chegou a dar. Os guerrilheiros da OLP depois de terem resistido durante 80 dias às investidas de um dos mais poderosos exércitos do mundo, retiraram de Beirute e distribuíram-se por diversos países árabes, iniciando nova fase na sua heróica luta. A epopeia dos palestinos no Líbano é já um marco na história contemporânea das lutas dos povos árabes pela sua libertação definitiva. Não só nunca houve - desde a criação do Estado de Israel - uma guerra tão prolongada entre árabes e judeus, como os primeiros nunca demonstraram tanta determinação e confiança na justiça da sua causa, como a que hoje os patriotas palestinos escreveram com sangue.

A nossa outra chamada de capa é referente a Angola, onde o exército invasor sul-africano iniciou nova ofensiva. As intenções de Pretória parecem evidentes: alargar a «zona tampão» e jogar essa carta nas negociações sobre a Namíbia.

Angola é ainda assunto nesta edição com a entrevista em exclusivo que nos concedeu o ministro da Energia, Pedro Van Dunem, e onde o dirigente angolano explica que sendo o petróleo a base do desenvolvimento do seu país, nem por isso o governo de Luanda deixa de lado o impulso a outros sectores vitais da economia.



PORTE PAGO
REVISTA MENSAL

cuadernos del
tercer mundo

third world

cadernos do
terceiro mundo

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro — Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

● **Edições em português**

ANGOLA — CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU — MOÇAMBIQUE
PORTUGAL — S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Administrador

Ernesto Pádua

Redacção

Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Leonardo Mourão

Revisão

Estevam Reis

Documentação e Arquivo

Cristina Assis

Serviços Comerciais

José C. Figueiredo

Publicidade

José Ferreira

Composição e Impressão

Renascença Gráfica e Gráfica Europam, Ld.ª

Distribuição

CDL, Central Distribuidora Livreira S.A.R.L.

Representantes

Angola

Luis Henriques, C.P. 3593, Luanda

Moçambique

Etevaldo Hipólito e João Escadinha

Rua Kongwa, 153, Maputo

tel. 25140

BRASIL

Director e Editor

Neiva Moreira

Director Administrativo

Altair L. Campos

Secretário de Redacção

Carlos Castilho

Representantes

Clóvis Sena (Brasília)

Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)

C.P. 60086, CEP 05033

Arte

Carmem Saporetto (editor)

Samaral e Amaury dos Anjos

Tradução

Vanize Campos

Revisão

José Carlos Gondim

Cláudia Guimarães

Assinaturas

Marília Mourthé

Documentação e Arquivo

Lídia de Freitas

Composição

Ronaldo Fonseca

Distribuição

Homero Souza

Fotolito e Impressão

Ébano Gráfica e Ed. Ld.ª

Rua do Senado, 349

editora terceiro mundo ltda.

Rua da Glória, 122 — grupo 105/106

Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR

CEP 20.241 — Rio de Janeiro — RJ

Registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291

C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32

Inscrição Estadual n.º 81.341.400

Registro no INPI n.º 013.539

Registro no SCDP/SR/DPF

n.º 2.195 — P. 209/73

● **Edições em espanhol**

MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARAÍBAS

Editor

Roberto Remo

Gerente Geral

Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a.c.

calle Califórnia, 98A — Coyoacán

México, 21 DF — telephone: 689-1740

Correspondência: Apartado Postal, 20 572

México, 20, DF

BOLÍVIA — CHILE — COLÓMBIA
EQUADOR — PERU — VENEZUELA

(Edição Andina)

Publicada por DESCO: Centro de Estudios y

Promoción del Desarrollo

Avenida Salaverry, 1945

Lima, 14 Peru — Teléfono: 724-712

● **Edições em inglês**

ESTADOS UNIDOS — CANADÁ
EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor

Fernando Molina

Editor Consultivo

Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzania), WAFÁ (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzania).

Editor e Director: Altair L. Campos

Propriedade:

Tricontinental Editora, Lda.

Redacção e Sede da Administração:

Calçada do Combro, 10-1.º

tel. 320650 1200 Lisboa

Tiragem desta edição: 36.000 exemplares

Número de registo do Serviço de Depósito

Legal: 789/82

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BELÍZ: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288. La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Tua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro. CABO VERDE: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Rua 5 de Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontário, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. COLÓMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 N.º 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanário Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Edicionesociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colómbia 248, of. 205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517590, Reg. Sempip Pex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St. Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 València St. San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRA-BREITANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitária «José Trinidad Reyes», Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITÁLIA: Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Voces de Periodico, Humbolt N.º 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado N.º 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas N.º 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicarágua. PANAMÁ: Librería Cultural Panameña, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: CDL, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marin Esq. Ave Gonzalez, Rio Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Rio Pedras, P.R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramirez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechocho a Pte. Brion, Caracas.

Editorial

7 **Argentina:** A abertura democrática

Matéria de capa: A Guerra do Golfo

11 A guerra ainda não acabou, *Mohamed Salem*

15 Uma questão antiga

19 Mundo Árabe: batalhas em muitas frentes, *Neiva Moreira*

Médio Oriente

21 Os novos caminhos da OLP e de Israel, *Alice Nicolau*

Estratégia

29 Oceano Índico: A luta pela paz, *Ash Narain Roy e Prabhati Nautial*

Ásia

36 Índia: O eleitor não acredita em slogans

39 Nepal: A morte de Koirala, líder da oposição, *Narinder Koshla*

40 Turquia: Uma constituição de botas, *Agustin Castaño*

África

43 Angola: A guerra continua, *Baptista da Silva e Esteban Valenti*

47 Entrevista com o ministro da Energia, *Roberto Remo*

51 Quênia: A grande advertência, *Gabriel Omotozo*

53 Tanzânia: O cerco a Nyerere, *Carlos Castilho*

61 OUA: A cimeira fracassada de Trípoli, *Lígia Chaves*

América Latina

65 Caraíbas: A maré conservadora

71 Argentina: As lições de Von Clausewitz, *Gregório Selser*

74 Brasil: A Igreja no banco dos réus, *Memélia Moreira*

O julgamento, *Carlos Schramm*

Comunicação

79 El Salvador: O ruído como arma

81 Jornalista americano morre pela FMLN

Cultura

82 O último poema de Quiroga Santa Cruz

84 **Panorama Tricontinental**

Desporto

88 Entrevista com João Saldanha, *José Carlos Gondim*

94 O Terceiro Mundo na ribalta do futebol, *Daniel Reis*



Dois anos de guerra



Arafat: nova etapa para a OLP



José Eduardo dos Santos

Distribuição deficiente

Pretendo protestar contra a má distribuição dos cadernos do terceiro mundo no Huambo. Na maior parte dos meses não se consegue encontrar esta revista que tão útil é para nós, os leitores interessados na luta dos povos do Terceiro Mundo. Terminou com uma pergunta: será que a bela cidade do Huambo não pertence também à República Popular de Angola? Gostaria que os camaradas responsáveis pela distribuição dos cadernos me respondessem!

António Justino, Huambo, Angola

S. Tomé e Príncipe

Há muito tempo que não lia a vossa revista com tanto gosto. Refiro-me à vossa reportagem feita em S. Tomé e Príncipe. Porque não fazer um apelo na vossa revista para uma ajuda mais eficaz, tanto financeira como noutros aspectos, aos países pobres como é o caso de S. Tomé e Príncipe que vive só de cacau e tem que importar tudo para sobreviver? Falo de países exportadores de petróleo, muitos dos quais esbanjam as suas economias. Porque não dão eles uma ajuda a esses países pobres?

José C. Oliveira, Luanda, Angola

Paulo Freire

A Sociedade Malé-CAN propõe a realização de um encontro popular pelo método Paulo Freire, que terá lugar em Janeiro de 1983, com o objectivo de criar a Comissão de Educação Popular com o mesmo nome. Os interessados poderão escrever para a Sociedade Malé-CAN, Ladeira da Praça, 9, 3.º andar, 40000, Salvador, Brasil.

Solicitação

(...) Esta é uma revista que se preocupa em trazer a nós a verdade escondida pelos sistemas de informação dos imperialistas. Quería que vocês fizessem reportagens dando mais apoio a países ignorados da África, tais como o Níger, Mali, Gâmbia e Botswana, e outros da América Latina como o Suriname, Costa Rica e Barbados. Acho que deveríamos ser informados sobre situações económicas e políticas desses países pobres do Terceiro Mundo.

Décio M. Marra, Carmo do Cajuru, Brasil.

Estados magnatas

Perante o massacre do povo árabe, palestino e libanês, efectuado por um dos exércitos mais poderosos do mundo e sustentado pela primeira potência militar mundial, que fazem os Estados árabes magnatas do petróleo? Hipocritamente condenam (na ponta dos lábios) a agressão e proferem falsos discursos de solidariedade, mas todos sabemos como ficariam satisfeitos que os sionistas realizassem a sua «solução final» do problema palestino. E isto porquê? Porque receiam que a potencialidade revolucionária do povo da Palestina acabe por reflectir-se nos seus próprios países e ameace os seus regimes corruptos.

Acácio Sousa Pereira, Porto, Portugal

Campeões do Mundo

(...) E este nosso povo já tão sofrido ainda teve o desencanto de perder a Copa do Mundo. Mas há compensações: se não somos os campeões mundiais da inflação (um mísero terceiro lugar: Argentina e Israel batem-nos), a nossa Baixa Fluminense é, de longe, a campeã mundial do crime e da violência. Lamentavelmente, para a violência que este regime nos impõe, os parâmetros de comparação são mais complicados. Medir miséria e degradação moral é bastante subjectivo.

José Carlos Moreira, Porto Alegre, Brasil.

Mandioca

Como leitor assíduo dos cadernos do terceiro mundo, acho que vocês fizeram um artigo incompleto sobre a mandioca. Faltou uma entrevista com o dr. Walter Moro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esse cientista e toda a sua equipa teria muita coisa interessante para lhes mostrar o que tem sido feito no Brasil no campo experimental, por enquanto, para se terminar com a fome no mundo.

Luís António Cabral, Rio de Janeiro, Brasil.

CIA & manipulação

Excelente artigo «A guerra psicológica», que mostra claramente como a CIA manipula jornais conservadores para derrubar governos progressistas. Quero deixar aqui também o meu apoio à causa palestina e dizer que neste momento o meu coração sofre muito com a dor do povo irmão, do nobre povo palestino.

António Fernando de Almeida, Rio de Janeiro, Brasil.



«Humanismo» e «Justificações»

Que mais será necessário para que os governos ocidentais condenem claramente os dois regimes mais criminosos do mundo, o sionista e o apartheid? Governos ocidentais que não se opuseram a proclamar o seu «humanismo» a propósito do Afeganistão e da Polónia, mas que em relação a Israel e à África do Sul encontram sempre «justificações».

Fernando Martins, Lisboa, Portugal

Prémio Nobel

Que pensará o próximo laureado do Prémio Nobel da Paz? Ficará orgulhoso em saber-se na companhia de Begin?

Françoise Villatte, Lisboa, Portugal

Intercâmbio

- *Rui Manuel Alves Rijo*
Quinta das Pretas, Rua C - Lote 23, 2.º Esq., Famões, 2675 Odivelas, Portugal
- *Paulino Manoel Maria (Buda)*
C.P. 853, Malanje, Rep. Pop. de Angola
- *António Ferreira Júnior*
C.P. 76, Negage - Uíge, Rep. Pop. de Angola
- *Ernesto Amílal Ambrósio*
C.P. 979, Cais - CFM, Beira - Sofala, Rep. Pop. de Moçambique
- *Horácio Manoel Varandas*
C.P. 1099, Huambo, Rep. Pop. de Angola
- *Fernando Gunza*
C.P. 2698, Luanda, Rep. Pop. de Angola
- *Vladimir R. de Oliveira*
Rua Namur, 325, Casa 18 - Vila Valqueire, 21330 - Rio de Janeiro - RJ, Brasil
- *Reinaldo Manuel L. D. Ferreira*
Rua do Bonjardim, 582, 2.º
4000 Porto - Portugal

Clube de Amigos

Apesar do entusiasmo com que tem sido acolhida a ideia da criação do Clube de Amigos do Terceiro Mundo, e disso é prova a numerosa correspondência de leitores chegada às nossas redacções, os contornos do que virá a ser esse Clube são ainda fluidos e imprecisos. Porém, uma das suas actividades passará certamente pela publicação nas páginas dos *cadernos* de originais enviados pelos leitores. Daí este poema de um nosso assinante brasileiro.

Aos filhos de Martí

1932

30 mil esperanças
chacinadas

Martí Luna e Zapata
se foram.

Com eles
os sonhos submersos em sangue,
a selva campesina
o suor
e as sementes.

Abre o ventre
a terra
y la Estrella Roja
mergulha na escuridão da noite.

Triunfa
a morte.
Martínez
teósofo e macabro governa.

Pelos campos
plantam-se operários, café e algodão.

Nas fábricas
camponeses em série
nutrem o capital e a loucura.

Sobre 21.393 km², fome e cânticos de morte.

Entre dólares sorri
a santa besta bíblica
civilização ocidental e cristã.

A morte
com passos de flechas
entoa hinos à eternidade.

Das entranhas
e das cicatrizes
do medo

das frestas
e sombras nuas incontidos ímpetus dão curso à vida.

Nos subterrâneos
la Estrella Roja
são olhos e vozes.

A liberdade prossegue
sua dialéctica trilha.



O que parecia eterno, inexpugnável e sagrado
desnuda
se emporcalha
com almas dólares e armas.

1980,
Milhões de esperanças
vicejam.

Martí Luna e Zapata
retomam mais amplos.
Com eles os sonhos e os ânimos revolucionários.

Abre o ventre
a terra explodem as selvas o suor e as sementes.

Martí
não arquitecta apenas
unifica
em armas seus camaradas.

A revolução resgata o rosto
devoe a dignidade ao povo.

O imperialismo agoniza, vomita ódio, terror e morte.

Mas não impede o dilúvio.

A insurreição constrói o futuro sem fronteiras nos olhos.

Pão

Paz

e Liberdade

Fascinante paisagem que se desenha no porvir de El Salvador

Pátria

ou Morte

Venceremos!

Cireneu M. Cardoso, Florianópolis, Brasil

TORNE LUCRATIVOS OS SEUS TEMPOS LIVRES

EM 10 LIÇÕES

A COLEÇÃO DA FAMÍLIA DOS ANOS 80

Livros sobre saúde, electricidade, «bricolage», pesca, jardinagem, «karaté», ioga, arranjos florais, costura, etc.



**POUPE DINHEIRO!
VIVA COM SAÚDE!
OCUPE OS TEMPOS LIVRES!**



EM 10 LIÇÕES

os livros que tornam
a sua vida mais fácil
e agradável

uma edição de
**PUBLICAÇÕES
EUROPA-AMÉRICA**

DISTRIBUIDORES

EM ANGOLA: EDIL - Caixa Postal 1245 - Luanda
EM MOÇAMBIQUE: INLD - Caixa Postal 2034 - Maputo

ARGENTINA

A abertura democrática

APÓS a recuperação a sangue e fogo das Malvinas pela Grã-Bretanha, há na Argentina – e em grande parte da América Latina – dois tipos de habitantes: aqueles que tinham consciência prévia da natureza do imperialismo e mostram, portanto, uma linha de continuidade entre as suas constantes denúncias e a desta agressão colonialista cometida pela direita inglesa, e o apoio aberto concedido pelo seu parceiro norte-americano. E aqueles que, antes das hostilidades negavam a existência do imperialismo ou que simplesmente não tinham consciência do mesmo. Estes últimos, vencidos pela evidência do ataque da esquadra britânica, somaram-se aos primeiros na condenação da afronta perpetrada.

Aparentemente, não resta um único cidadão argentino indiferente perante o novo surto do imperialismo britânico e do apoio norte-americano. E, certamente, ninguém teria condições para elogiar, como até há bem pouco tempo, essas potências.

É esse um dos resultados da maré de indignação que sacudiu o país agredido e percorreu o continente ao sul do rio Grande após a cruenta invasão do arquipélago argentino.

Caso essa mutação fosse verdadeira e duradoura nós nos encontraríamos diante da presença de uma viragem radical da política regional. A sociedade argentina estaria a encaminhar-se para uma integração em profundidade com a América Latina, redimensionando laços com a Europa e os Estados Unidos, e os países irmãos teriam uma evolução paralela. Uma das

inovações implícitas de tal viragem consistiria na constituição de um organismo político latino-americano excluindo os Estados Unidos.

Apesar da emoção provocada na Argentina e entre as nações vizinhas, é óbvio que a realidade é bastante diferente.

A agressão britânica provocou um avanço notável da consciência regional, mas muitos desses «cristãos-novos» não agem como tais ou não são sinceros.

Não obstante a retórica anticolonialista, os mesmos grupos oligárquicos nacionais ligados às potências ocidentais estão a agir para evitar o afastamento da Argentina do Ocidente, para que ela não se aproxime, como temem, do bloco socialista, e para que não vá mais além de uma aliança superficial com os países latino-americanos, evitando uma integração verdadeira.

No fundo, esses sectores que representam as minorias privilegiadas do país desejam que as feridas abertas pelo conflito sejam em breve cicatrizadas e que a nação torne a inserir-se no esquema hegemonizado pelos Estados Unidos e pelas empresas transnacionais.

Nos países da região, indirectamente atingidos pelo impacto da guerra das Malvinas, e onde o movimento de solidariedade tomou dimensões notáveis, existe também a esperança entre os sectores conservadores de que os ânimos se acalmem e que tudo permaneça como estava. O movimento popular, os partidos e os grupos progressistas, que formam um amplo leque, aspiram, ao contrário, que esse impulso anti-imperialista se transforme em acção concreta.

Editorial

Essa abordagem do problema neocolonial, que constitui a base do conflito, é virtualmente uniforme por parte de todos os sectores populares, e faz com que aquele se transforme num novo factor de unidade em relação aos problemas regionais e internacionais. Pode-se afirmar, a partir dessa perspectiva, que o acto de força comandado pela Grã-Bretanha e a sustentação política e logística oferecida pela superpotência norte-americana, é, para os povos latino-americanos, um testemunho de excepcional eloquência a respeito da veracidade e correcção das análises dos sectores progressistas.

Nesta velha luta entre conservadores e progressistas, a guerra do Atlântico Sul ergue-se, portanto, como um marco e como um factor de esclarecimento colectivo. Ela terá influência nos acontecimentos que estão a ser gerados, nos âmbitos por nós assinalados, mas não devemos projectá-la para além do seu real alcance.

Os acontecimentos precipitaram-se com rapidez no cenário argentino. Contudo, não se produziram todas as mudanças que noutras circunstâncias teriam sido impostas. Os comandos militares, que passaram a detentores exclusivos do poder através da Junta militar, tomaram por si mesmos uma iniciativa que — não obstante a justiça da reivindicação — redundou numa derrota militar e num gravíssimo custo humano e económico. O mínimo que se podia esperar, pois, era a imediata retirada de todos os comandos que participaram na decisão, a título de prelúdio de uma nova etapa. Nesta mesma página editorial (ver cadernos n.º 44) afirmámos:

«Uma operação desta natureza requer uma avaliação militar e diplomática muito precisa. Não teria sentido uma ocupação que não pudesse ser mantida, seja por meios militares, seja por meios

diplomáticos. Porém, há indícios de que, em Buenos Aires, não se esperava uma reacção tão firme de Londres.

Se em vez de um êxito, esta acção se deparasse com um fracasso, o seu custo em termos humanos, económicos e materiais seria demasiado alto. Uma análise prévia das relações de força e dos factores internacionais impunha-se num caso como este, pois permitiria avaliar se uma dada acção teria um grau suficiente de possibilidades de ser bem sucedida.

Se concluirmos que as condições não estão dadas, um governo responsável deveria trabalhar para criar o ambiente propício a uma iniciativa diplomática. Se em vez de uma avaliação objectiva, os resultados provassem que na análise do governo argentino teve um peso preponderante o desejo de continuar no poder, encontrar-nos-íamos diante de um procedimento que preferimos não qualificar por agora, por não estarem ainda disponíveis os elementos de juízo necessários».

Em virtude do segredo militar, nem todos esses elementos foram verificados. Contudo, há factos evidentes. No mesmo momento em que o governo norte-americano abandonou a posição mediadora para se proclamar abertamente favorável a Londres, ficou a descoberto que a posição da primeira potência mundial não havia sido submetida a uma apreciação objectiva.

Apreciação esta que não era difícil, dados os vínculos históricos, culturais e de sangue que conformaram desde os velhos tempos uma relação especial entre os dois países. Também era conhecida a prioridade absoluta que a Casa Branca atribui à aliança do Atlântico Norte, (ou seja, à NATO) e portanto ao eixo Washington-Londres, sobre a Organização dos Estados Americanos (OEA) e sobre a aliança com a Junta militar argentina.

Já não havia factores internacionais dis-

postos a exercer uma pressão para que Londres empreendesse a via da negociação, esse aspecto da análise estava errado. O resultado indica o mesmo quanto à avaliação militar.

Essa é a responsabilidade assumida pelos comandos militares. A ela se soma a do golpe de Estado desencadeado em Março de 1976, a violação sistemática dos direitos humanos ocorrida durante esse período — que deixou um saldo de 30 mil mortos e desaparecidos —, a alienação da economia argentina e a crise económica sem precedentes na história nacional.

A queda do presidente, general Leopoldo F. Galtieri, e a sua substituição por outro general, Reynaldo Bignone, assim como a suspensão da proibição do funcionamento das actividades políticas não encerram, portanto, esse processo. Só demarcam o seu início.

E o início desta etapa caracteriza-se por umas forças armadas divididas quanto à guerra perdida e divididas quanto à saída política. Nesse último aspecto, o dilema a respeito dos desaparecidos não foi superado. Os militares recusavam-se a discutir com os políticos os termos da transição constitucional, caso estes não lhes assegurassem previamente que, uma vez no governo, os culpados pelas violações não seriam submetidos a processo. Bignone, ao assumir o poder executivo, anunciou a realização de eleições colocando como prazo máximo o mês de Março de 1984, reivindicação que juntamente com os factores anteriores constituem as grandes exigências da sociedade argentina.

Já antes desse episódio, os partidos políticos haviam estreitado as suas coordenações, principalmente através da «Convocação Multipartidária», na qual participaram cinco agrupamentos, entre eles, as duas principais forças políticas

argentinas: o peronismo e o radicalismo. Justamente nas vésperas da reconquista das Malvinas, os partidos intensificaram o tom das suas reivindicações, enquanto que os sindicatos, apesar da dura repressão, contestavam abertamente o regime militar.

A guerra do Atlântico Sul implicou uma pausa na qual o movimento popular expressou a sua total adesão a reivindicação nacional.

No momento, após o doloroso desfecho dessa etapa da reivindicação argentina pela recuperação do arquipélago, a pressão popular exigindo a redemocratização adquiriu um renovado vigor.

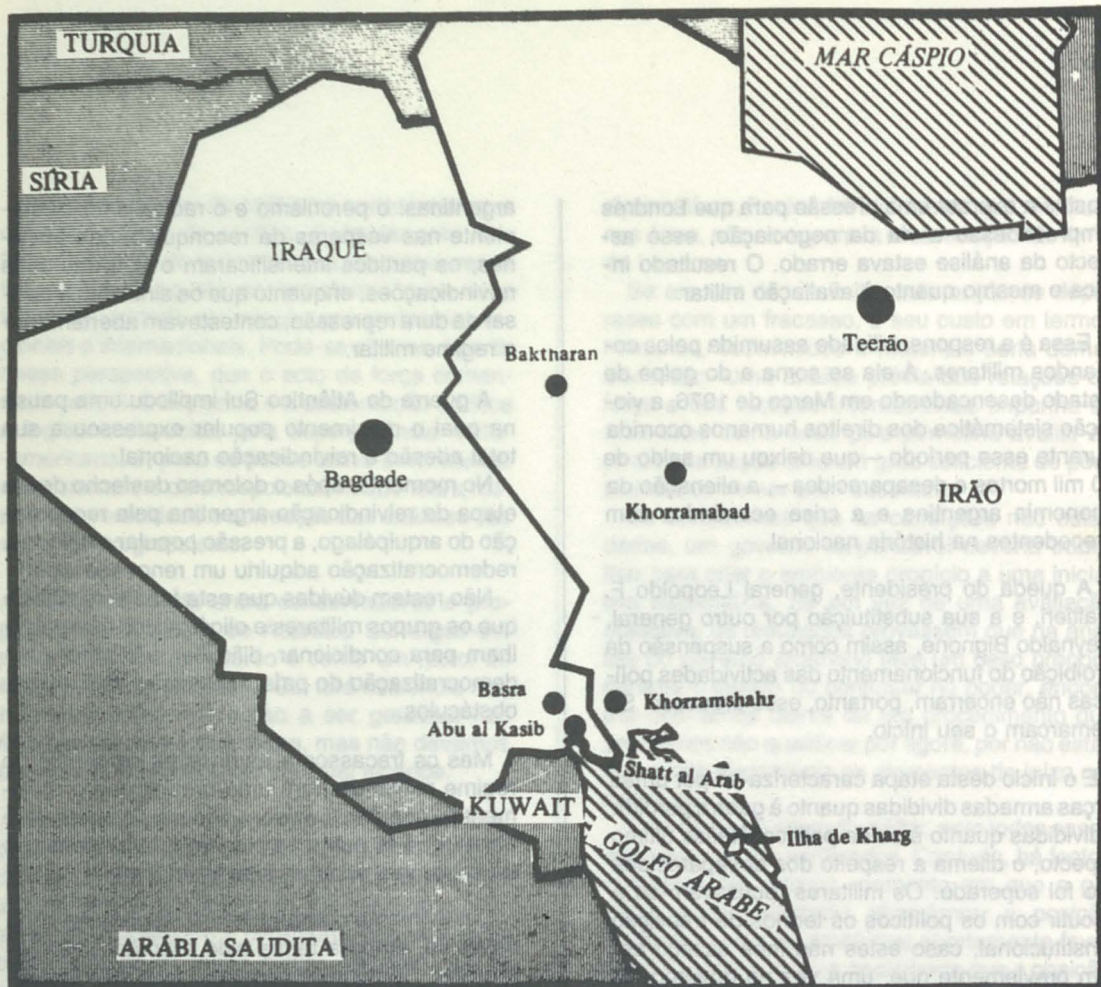
Não restam dúvidas que esta fase será difícil e que os grupos militares e oligárquicos que trabalham para condicionar, dificultar e frustrar a redemocratização do país, colocarão todo o tipo de obstáculos.

Mas os fracassos e as divisões na cúpula do regime militar abriram uma brecha que o movimento popular, unido, poderá ampliar até transformá-la numa ampla via para a imposição da soberania popular, sem restrições.

O movimento operário estará na primeira linha da frente, embora tenha sido dizimado pela repressão. Contudo, a combatividade não arrefeceu apesar da violência. O aprofundamento da crise implica, para os trabalhadores, uma ameaça de novas quedas dos salários reais, fazendo-lhes pagar a maior parte do custo da hecatombe económica. A mobilização sindical que visa modificar a política económica será intensa e passará a constituir um factor de importância nesta etapa de definições.

Estão dadas, pois, as condições para que uma abertura forçada pelas circunstâncias se transforme em democratização efectiva e elimine mais uma ditadura militar do cenário latino-americano.

A Guerra do Golfo



Dois anos depois do seu início, o conflito ainda não tem perspectivas de solução. Recusando todas as propostas de mediação, o regime de Khomeiny invade o Iraque e impede que os países não-alinhados se reúnam em Bagdade, mas não consegue que os chiitas iraquianos aceitem a sua proposta de exportar a revolução islâmica. Pelo contrário, os iraquianos unem-se na emergência e preparam-se para uma longa guerra de desgaste. Como pôr fim a esta trágica sangria de forças, neces-

sárias aos povos do Médio Oriente para enfrentar o «Plano Sharon», é a pergunta que os estadistas da região fazem a si próprios. A partir do seu conhecimento directo da área e de conversas recentes com líderes e analistas, Neiva Moreira revela os interesses geopolíticos que se mobilizam em torno das batalhas actuais — as maiores do planeta desde o fim da Segunda Guerra Mundial — e Mohamed Salem descreve os complexos bastidores da Guerra do Golfo.

A guerra ainda não terminou

A agressividade do regime de Teerão contra Saddam Hussein vem sobretudo da tentativa de Khomeiny em levar a revolução islâmica até Jerusalém

Mohamed Salem

MESMO para os observadores atentos à realidade internacional, as reacções e tomadas de posição decorrentes da guerra Irão-Iraque são motivo de surpresa e confusão. O Irão deu início à invasão do território iraquiano prometendo às suas hostes uma marcha vitoriosa sobre Jerusalém mas que deveria passar primeiro pela «libertação» de Bagdade. Ao mesmo tempo, o governo de Menahem Begin reconhecia que Israel estava a fornecer armas ao regime do *ayatollah* Khomeiny.

Em compensação, os Estados Unidos manifestaram que veriam com desagrado qualquer propagação da revolução islâmica fora das fronteiras iranianas, enquanto a União Soviética, embora signatária de um tratado de amizade e cooperação com o Iraque e de ser designada no Irão como «potência satânica», esforça-se por manter uma posição neutra.

Como explicar tantos paradoxos? Em primeiro lugar, não devemos esquecer que apesar do conflito estar situado numa área crítica, devido às suas riquezas petrolíferas e aos interesses geopolíticos das superpotências, a guerra nasce do confronto entre dois regimes estritamente não-alinhados. Bagdade rompeu relações diplomáticas com os Estados Unidos desde a guerra árabe-israelita de 1973 e mantém estreitas relações com a URSS.

Contudo, o seu comércio externo dá preferência maioritária ao Ocidente, de onde provém grande parte

da tecnologia aplicada aos seus planos de desenvolvimento. O Partido Comunista dividiu-se no que diz respeito à política interna: uma facção integra a Frente Nacional que o partido governamental Baas lidera e a outra encontra-se na oposição, fazendo alianças com movimentos antibaasistas.

Por sua vez, o regime de Teerão qualifica de «potências satânicas» tanto os Estados Unidos como a União Soviética. Contudo, está a ser apoiado pelo Partido Comunista (*Tudeh*) que não tem nenhuma participação no governo mas que, pelo menos, conseguiu ver-se livre da intensa repressão a que foram submetidas outras forças de esquerda como os *mujahiddins* (socialistas muçulmanos) e os *fedayins* (guerrilheiros marxistas).

A agressividade de Khomeiny contra Saddam Hussein nasce da sua tentativa de exportar a revolução islâmica para toda a região do Golfo e principalmente para o seu vizinho Iraque, de posições laicas. A resposta bélica de Bagdade surge da convicção de que a guerra era a única forma de estabelecer a calma na fronteira e evitar a infiltração de agentes treinados no Irão. (Segundo a agência IPS, foram investidos por Teerão 85 milhões de dólares na preparação de vários milhares de «guerrilheiros de Alá», recrutados entre exilados chiitas iraquianos).

Quando a guerra eclodiu, tanto os Estados Unidos como a União Soviética apressaram-se a declarar-se neutros (um por ser inimigo dos dois governos, o outro



«O prolongamento da guerra para além dos prazos previsíveis obrigou o Iraque a modificar o seu quadro de alianças externas, comprando armas ao Egipto, recebendo apoio militar da Jordânia e aceitando contribuições multimilionárias da Arábia Saudita e dos Emiratos do Golfo?»

para manter relações amistosas com ambos) e a advertirem-se mutuamente que deviam abster-se de tirar partido do conflito. A Conferência Islâmica e o Movimento dos Países Não-Alinhados (dos quais o Irão e o Iraque são membros) enviaram duas missões mediadoras e a OLP observou que Israel seria o principal beneficiado pelo desgaste mútuo dos dois maiores exércitos da região (sem contar o do Egipto).

A tática de Israel

E assim foi. Só que Menahem Begin não ficou sentado a esperar passivamente essas vantagens. Em Junho do ano passado, aproveitou para mandar a sua força aérea bombardear a central nuclear que estava a ser construída no Iraque pela França. Além do mais, Israel manteve um fluxo clandestino de armas para o território iraniano, na expectativa de que isso pudesse enfraquecer o Iraque, cujo regime é identificado por Begin como o inimigo principal, depois dos palestinos, obviamente.

O governo israelita discorda, nesse aspecto, do seu aliado e protector norte-americano. Com efeito, os Estados Unidos compararam a actual guerra Irão-Iraque com a que a Etiópia e a Somália travaram em 1977. A diplomacia e os serviços de informação norte-americanos conseguiram, através de hábil manobra, mudar radicalmente a orientação do regime socialista da Somália, um importante aliado do bloco

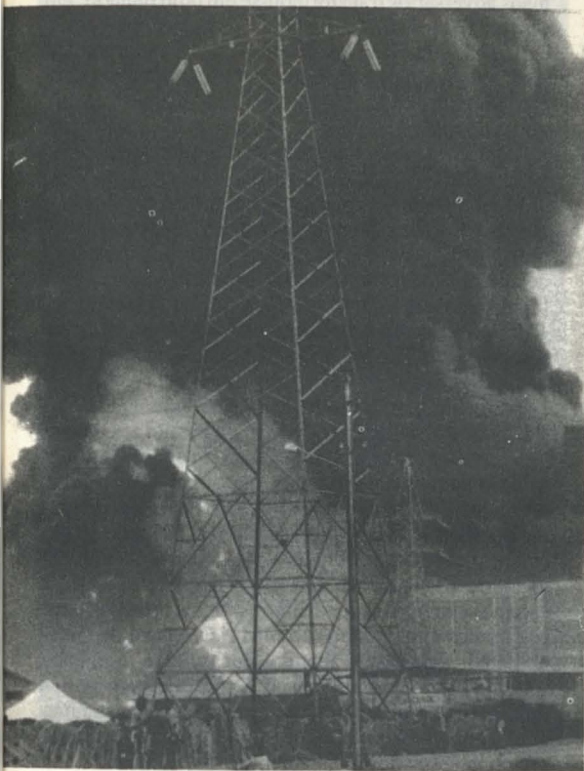
socialista nessa região da África. O presidente da Somália, Mohammed Siad Barre, rompeu relações com Cuba, expulsou os assessores militares soviéticos e transformou-se em aliado da estratégia norte-americana, à qual concedeu, inclusive, uma base militar no importante porto de Berbera, à saída do mar Vermelho.

Os apoios ao Iraque

Saddam Hussein resistiu ao «canto de sereia» de Washington e afirmou que não modificará a sua posição de não-alinhamento.

Apesar disso, o prolongamento da guerra para além dos prazos previsíveis obrigou o Iraque a modificar o seu quadro de alianças externas, comprando armas ao Egipto (depois de ter sido um severo crítico do acordo egípcio-israelita), recebendo apoio militar da Jordânia e aceitando contribuições multimilionárias da Arábia Saudita e dos Emiratos do Golfo.

Um diplomata iraquiano comentou que o seu país «não escolheu a sua posição geográfica de primeira linha na contenção do expansionismo persa». Dada essa situação, e já que os emiratos e monarquias da região estariam seriamente ameaçados em caso de uma derrota iraquiana, ele achava lógico que estes pagassem pelo esforço de guerra de um país que (sem ser essa a sua intenção) se transformou no seu escudo protector. Isso não implicaria nenhuma alteração da linha interna do regime baasista.



Contra tudo o que era de esperar, a guerra unificou o povo iraquiano em vez de provocar divisões internas. Na metade chiita da população, o sentimento nacional teve mais peso que a solidariedade religiosa, a qual poderia aproximá-la do regime de Khomeiny. Acontece algo semelhante no Curdistão iraquiano. É ali e nas regiões de maior densidade chiita que se concentram os investimentos de Bagdade em planos de desenvolvimento e melhorias da infra-estrutura destinada à assistência social. Por outro lado, a desmoralização que, como era de prever, se começava a sentir no exército após a retirada das suas posições no Irão, foi rapidamente superada pela necessidade de defender o território nacional; mas também não surgiu nas fileiras militares uma contestação à liderança de Saddam Hussein.

O Iraque tem procurado a paz com insistência. O próprio Hussein declarou recentemente (pouco antes da invasão por parte de Teerão), que o seu país tudo faria para normalizar a situação antes da realização, em Bagdade, da Sétima Conferência de cúpula dos não-alinhados, que devia ter início no fim de Setembro. Porém, perante o agravamento da situação, o presidente iraquiano viu-se obrigado a propor a transferência da conferência para a Índia, cujo governo é reconhecido, por Bagdade e Teerão, como o melhor colocado para desenvolver uma acção medianeira no conflito.



Contra todas as previsões, em vez de provocar divisões internas superadas pela necessidade de defender o território nacional, a guerra unificou o povo iraquiano

Em recentes declarações, Indira Gandhi aceitou albergar em Nova Deli a Sétima Conferência Cimeira dos Países Não Alinhados e iniciou uma série de contactos com dirigentes iraquianos e iranianos para pôr termo à guerra. Tornaram-se assim vãos os esforços desenvolvidos nos últimos anos pelo Iraque na preparação da cimeira de Bagdade.

A caminho de Jerusalém?

Acontece que a guerra tem sido, para o regime do *ayatollah* Khomeiny, uma ocasião excelente para esmagar qualquer dissidência interna em nome da unidade nacional, primeiro em defesa da pátria invadida e actualmente em torno de uma «guerra santa» contra Saddam Hussein, que é acusado de ser, ao mesmo tempo, agente dos Estados Unidos e da União Soviética.

Até ao momento de escrever estas linhas, em meados de Agosto, as forças iranianas não haviam conseguido reproduzir, em território iraquiano, os mesmos brios com que combateram na sua terra. Isso pode obedecer, em parte, a razões militares, ao serem prolongadas as linhas de abastecimento, combaterem em terreno desconhecido e não contarem com o factor surpresa, já que o Iraque teve tempo de preparar as suas defesas perante um ataque anunciado com muita antecedência.

Mas não restam dúvidas que o factor psicológico tem a sua influência. Não é a mesma coisa lutar em defesa da pátria e avançar no meio do deserto no Verão (mais de 60 graus de temperatura) para Jerusalém à procura de um caminho fictício prometido pelo *ayatollah*.

Por mais que a ideia de lutar (ou inclusive morrer)



pela reconquista da cidade sagrada possa parecer atracente a um guarda revolucionário islâmico, é difícil que qualquer um deles acredite sinceramente que a actual batalha os conduzirá aos territórios ocupados por Israel. Em primeiro lugar, porque para isso não seria suficiente ocupar o Iraque (que não tem fronteiras com o Estado judeu) mas seria necessário atravessar, também, a Jordânia e talvez a Síria e o Líbano.

E, em segundo lugar, porque se se tratasse de enfrentar verdadeiramente o sionismo, a lógica indicaria que o caminho recomendável é o de se chegar o mais rápido possível a uma paz com Bagdade após o que os exércitos de ambos os países poderiam unir-se na guerra contra o inimigo comum, como foi reclamado tantas vezes em vão por Yasser Arafat, cercado em Beirute.

Os apoios de Teerão

Na primeira fase da guerra, o regime iraniano foi apoiado e armado por um conjunto heterogéneo de países: Israel, Coreia do Norte, Síria e Líbia. Cada um deles tem as suas próprias razões. Israel aplica à letra o antigo princípio de que «o inimigo do teu inimigo é teu amigo»; a Coreia do Norte espera encontrar em Teerão um aliado potencial para a sua política de equilíbrio entre Pequim e Moscovo; a Líbia considera a revolução iraniana uma continuação natural da revolução islâmica iniciada pelo coronel Khadafi, enquanto a Síria adopta uma atitude que é, no fundo, muito mais anti-Bagdade que pró-Teerão.

De facto, o governo do presidente Hafez Assad vem de um sector dissidente do mesmo Partido Baas, de Saddam Hussein. A antiga rivalidade entre esses ir-

mãos adversários transformou-se em ódio quando, em plena guerra e com o Golfo bloqueado impedindo a navegação iraquiana, Assad ordenou o encerramento do oleoduto que transportava o petróleo iraniano para o Mediterrâneo através do território sírio. O Iraque viu-se forçado a reduzir as exportações e a reorganizá-las utilizando o caminho da Turquia, em consequência desta «punhalada pelas costas».

Embora Damasco pudesse ter interesse em manter o seu rival imobilizado pela guerra, a Síria também está preocupada com o novo rumo dos acontecimentos, depois que o Irão invadiu o Iraque. Um alastramento hipotético da revolução islâmica ao Iraque serviria de estímulo aos grupos fundamentalistas sírios, como os Irmãos Muçulmanos, cujo activismo só pôde ser contido por Assad através de uma intensa repressão.

A Argélia, por sua vez, que integra juntamente com a Líbia e a Síria, a Frente Árabe da Firmeza, colocou todos os seus esforços e o seu prestígio em prol de uma solução para essa guerra dispendiosa. O ministro dos Negócios Estrangeiros argelino, Mohammed Benyahia, perdeu a vida em Maio último, quando o seu avião, voando de Bagdade para Teerão, caiu em território iraniano. As causas do desastre ainda não foram esclarecidas, mas a hipótese mais provável para os círculos diplomáticos do Médio Oriente é de que o aparelho teria sido abatido por pilotos iranianos quando sobrevoava o espaço aéreo desse país. Segundo alguns observadores, trata-se de uma trágica confusão; outros acham que a ordem partiu de algum sector interessado na manutenção do conflito.

O verdadeiro inimigo

Num Médio Oriente onde as guerras são mais uma regra que uma excepção, prevalece a convicção de que o prolongamento deste conflito foi longe demais. Qualquer mediador que deseje chegar a bons termos terá de procurar uma solução aceitável para ambas as partes, não podendo, portanto, tomar partido nem deixar transparecer as suas emoções. E é nessa medida que residem as esperanças numa acção equilibrada do governo indiano.

Enquanto em Beirute, seis mil palestinos mal-armados e pior alimentados resistiram heroicamente ao avanço implacável de 40 mil soldados israelitas, 250 mil combatentes muçulmanos, dos mais corajosos, matam-se nas margens do Shat-al-Arab.

Chegou o momento de os estadistas sentirem que a história será muito mais severa no seu julgamento que qualquer comissão encarregada de identificar o agressor ou determinar o montante das eventuais indemnizações. Os soldados de ambas as partes demonstraram uma coragem extraordinária, assim como habilidade e capacidade de sacrifício. É da responsabilidade dos líderes orientarem esse esforço para a luta contra os verdadeiros inimigos dos povos da região: o grupo de fanáticos que ordenou o massacre de Beirute. □

Uma questão muito antiga

Um resumo histórico do conflito, cujas raízes remontam às disputas territoriais entre os antigos impérios persa e otomano



A guerra entre o Irão e o Iraque, desencadeada há quase dois anos e ameaçando estender-se a todo o Golfo, começou como um típico conflito fronteiriço, cujas raízes remontam a uma longa história de disputas entre o império persa e o império otomano, que ocupou o território do actual Iraque no início do século XVI.

Entre 1520 e 1914, persas e otomanos assinaram 18 tratados sobre limites fronteiriços, cada um deles legitimando novas conquistas territoriais de Teerão sobre o Iraque. Quando este último país alcançou a independência, após a Primeira Guerra Mundial, herdou as fronteiras coloniais que reconheciam a sua soberania total sobre o canal de Shatt-al-Arab.

Essas fronteiras foram ratificadas em 1937 por um novo tratado, mas o xá do Irão denunciou o acordo, em 1969, unilateralmente. No ano anterior havia triunfado em Bagdade a revolução que levou ao poder o partido Baas Árabe Socialista, comprometido com os ideais do nacionalismo árabe. Com o intuito de desestabilizar o governo revolucionário, o xá Reza Pahlevi passou a apoiar activamente um movimento separatista no Curdistão iraquiano, encabeçado por senhores feudais descontentes com a reforma agrária. A rebelião do Curdistão deixou no Iraque um saldo de mais de sessenta mil mortos, civis e militares, e o governo de Bagdade foi obrigado a negociar directamente com o xá quando ele começou a concentrar tropas na fronteira e ameaçou deflagrar a guerra.

O acordo de Argel

As conversações tornaram-se possíveis graças à mediação do presidente argelino Huari Boumediene, e em 6 de Março de 1976, o xá e o então vice-presidente do Iraque, Saddam Hussein, assinaram em Argel um acordo de quatro pontos.

O primeiro reconhecia as fronteiras terrestres fixadas por uma comissão mista turco-persa em 1914. Mediante o segundo, traçava-se a fronteira fluvial pela linha do *talweg* (a de maior profundidade das águas nevegáveis) no canal de Shatt-al-Arab, com o que o Irão ganhava um acesso independente ao Golfo para as suas refinarias de Abadan. (É bom lembrar que antes de 1975 todo o Shatt era iraquiano).

O terceiro ponto comprometia ambas as partes a «restaurar a segurança e a confiança ao longo das fronteiras» e «acabar com todos os actos de infiltração de carácter terrorista». Desse modo, os rebeldes foram rapidamente derrotados no Iraque e uma nova Constituição assegurou uma ampla autonomia interna ao Curdistão.

Finalmente, o último ponto considera que todos os outros são «elementos indivisíveis de uma solução global», razão pela qual «qualquer violação de um deles será interpretada como uma quebra do Acordo».

Dois anos depois, em consequência do Acordo de Argel, o governo iraquiano chamou a atenção do líder religioso Khomeiny (exilado durante quinze anos no Iraque) lembrando-lhe que não podia desempenhar no seu território actividades políticas visando o derrube do regime de Teerão. Em função dessa advertência, o *ayatollah* acabou por abandonar o Iraque e radicar-se em França.

Khomeiny jamais perdoou essa afronta, embora fosse obrigado a reconhecer que talvez o Iraque lhe tivesse prestado um favor. Os seus contactos em Paris com estudantes e intelectuais iranianos exilados permitiram-lhe projectar-se rapidamente como inspirador e líder da revolução islâmica.





Grupos iraquianos treinados no Irão começaram com as acções de sabotagem no primeiro semestre de 1980

Khomeiny quer vingança

Em Fevereiro de 1979, pouco depois do triunfo da revolução iraniana, o governo de Bagdade enviou uma saudação e uma ratificação dos princípios de respeito pela soberania e não-intervenção nos assuntos internos. O *ayatollah* respondeu com um apelo aos chiitas iraquianos, exortando-os a revoltarem-se contra o regime «ateu» de Saddam Hussein.

Contudo, chegaram logo a vias de facto. Grupos iraquianos armados e treinados no Irão, iniciaram no primeiro semestre de 1980, uma onda de atentados terroristas. Crescia ao mesmo tempo a tensão na fronteira e a Imprensa chegou a contar 244 incidentes com troca de tiros entre Junho de 1979 e Setembro de 1980. O ministério iraquiano dos Negócios Estrangei-

ros enviou, nesse período, ao seu correspondente iraniano, 293 notas diplomáticas de protesto, sem receber qualquer resposta.

Em 4 de Setembro de 1980, três aldeias fronteiriças iraquianas foram bombardeadas por artilharia iraniana de grosso calibre. Um episódio semelhante repete-se a 7 de Setembro. A 11 do mesmo mês, o Iraque comunica ao governo iraniano a sua compreensão pelo «estado de confusão em que o Irão se encontra», que poderia levar o governo de Teerão a ignorar os incidentes fronteiriços. Não obstante, segundo foi esclarecido, as agressões deviam acabar de imediato ou «os dirigentes iranianos terão de assumir a responsabilidade perante os povos iranianos, perante a opinião pública mundial e perante Deus». E para o caso de ficarem dúvidas quanto às intenções iraquianas de responder às provocações com firmeza, o comunicado chama a atenção de que «o Iraque não tem a menor ambição sobre territórios iranianos», sugerindo que a guerra seria iminente.

O Irão não respondeu; intensificou-se em Teerão a propaganda anti-partido Baas e porta-vozes governamentais afirmaram que a revolução islâmica não tinha que respeitar a assinatura do xá nos acordos de Argel.

— Em 17 de Setembro, Bagdade informou que passava a considerar esses acordos denunciados, «depois de o Irão os ter violado através da palavra e da acção». Consequentemente, o Iraque sentiu-se no direito de voltar à linha fronteiriça anterior a 1975, com soberania iraquiana sobre a totalidade de Shatt-al-Arab.

Dois dias depois, o Irão começou a bombardear instalações iraquianas nas margens do canal com artilharia pesada; anunciou o encerramento do Estreito de Ormuz (saída do Golfo para o oceano Índico) à navegação iraquiana e as suas forças militares emitiram quatro comunicados a respeito das operações na fronteira. A 19 de Setembro, um novo comunicado informa sobre os bombardeamentos da força aérea iraniana sobre o campo petrolífero iraquiano de Naftkhana.

Quando começou a guerra?

Tudo isso, é justo relembrar, aconteceu antes de 23 de Setembro, considerada como a data que marcou o início da guerra, quando as forças iraquianas penetram no Irão e foram bombardeados, pela aviação de ambos os países, instalações petrolíferas e objectivos militares do adversário.

A polémica sobre se a guerra começou no dia 23, como sustenta o Irão, ou a 4 de Setembro, como alega o Iraque, não é uma discussão bizantina. Apoiar uma ou outra data implica tomar partido sobre quem é o agressor, pergunta que o Conselho de Segurança da ONU e as diversas comissões de mediação deixaram suspensa até hoje.

Em 28 de Setembro, o Conselho de Segurança exorta ao cessar-fogo. O Iraque anuncia que aceita



Um elevado número de vítimas e prisioneiros de guerra em ambos os lados

qualquer mediação (excepto aquelas que pudessem ser encabeçadas por Israel ou pelos Estados Unidos), que só reivindica o reconhecimento da sua soberania sobre a totalidade de Shatt-al-Arab e que iniciará unilateralmente uma trégua a 5 de Outubro.

O Irão responde exigindo a retirada total das tropas iraquianas e a renúncia de Saddam Hussein como condição prévia de qualquer negociação. As condições impostas por cada lado mudaram, desde aquela época, segundo as posições no campo de batalha. Nos momentos de maior ofensiva, o Iraque chegou a reclamar a devolução aos Emiratos Árabes de três ilhas próximas ao Estreito de Ormuz ocupadas militarmente pelo xá em 1971, assim como a concessão, por parte de Teerão, de certa autonomia interna para as regiões do Curdistão e do Arabistão (ou Cuzistão), ambas localizadas na fronteira iraquiana.

O Irão, por sua vez, chegou a exigir uma indemnização de 150 biliões de dólares (dez vezes mais que a fortuna do xá, devolvida parcialmente pelos Estados Unidos em troca dos reféns da sua embaixada em Teerão), a realização de um processo contra Saddam Hussein e o estabelecimento de uma República Islá-

mica no Iraque (governado actualmente por um regime laico, com separação entre o Estado e a Igreja).

Durante as primeiras semanas do conflito, o avanço iraquiano foi fulminante. Em 24 de Outubro de 1980 cai a cidade de Khorramshar e fecha-se o cerco sobre Abadan, cuja refinaria — a maior do mundo — foi totalmente destruída pela aviação iraquiana. Em 25 de Dezembro, Saddam Hussein anuncia a abertura de uma frente de combate ao norte, no Curdistão iraniano. Contudo, em vez de penetrar mais ainda em território iraniano, as tropas iraquianas dedicaram-se a consolidar as suas posições, argumentando que não seria necessário ocupar territórios sobre os quais não tinham reivindicações e que mais cedo ou mais tarde seriam abandonados.

Em vez de avançar sobre Teerão à procura de uma capitulação iraniana (tal como o Irão parece agora pretender fazer, em sentido inverso), o Iraque optou por congelar a guerra, reduzindo-a a um conflito de trincheiras semelhante ao da Primeira Guerra Mundial, à espera de que fosse solucionada a crise dos reféns e a luta interna estabelecesse em Teerão «um governo estável, com autoridade para negociar».



**Teerão fracassou
na mobilização dos curdos iraquianos**

Depois dos duros combates iniciais, que incluíram bombardeamentos recíprocos sobre Bagdade e Teerão, a frente estabilizou-se, um clima de normalidade voltou a ambas as capitais e a guerra foi praticamente esquecida pela Imprensa internacional durante quase um ano.

Em 27 de Setembro de 1981, um ataque de surpresa iraniano conseguiu romper o cerco em torno de Abadan, mas não foram alteradas as grandes linhas do conflito. O tempo, contudo, favoreceu mais o Irão que o Iraque. O exército iraniano recompôs a sua estrutura, seriamente abalada pelo expurgo das hierarquias após a queda do xá, e foram obtidos mecanismos mais eficazes de coordenação com as forças irregulares dos guardas islâmicos, que iam para a frente mal armados e pior treinados, mas dispostos a qualquer sacrifício ou inclusive ao martírio em prol de uma causa que acreditam ser sagrada.

O Irão prepara, passo a passo, uma contra-ofensiva e, em 22 de Março de 1982, as suas forças lançam uma operação gigantesca, que obriga os iraquianos a recuarem 50 quilómetros. A 30 de Março, Saddam Hussein

recomenda ao seu exército «não ceder a amargura» e qualifica a retirada como «modificação das nossas linhas ofensivas».

No dia 29 de Abril, é reiniciada a ofensiva iraniana, desta vez com o nome de «Operação Jerusalém». O objectivo principal, a reconquista de Khorramshar, é alcançado quase um mês mais tarde, a 22 de Maio, depois de intensas batalhas.

A 10 de Junho, após o início da invasão israelita do Líbano, o Iraque decreta um cessar-fogo unilateral em todas as frentes de combate. O Irão recusa-se a corresponder e exige, em compensação, que o Iraque autorize a passagem pelo seu território de 500 voluntários iranianos dispostos a lutar em Beirute ao lado dos palestinos e libaneses progressistas. O governo de Bagdade concorda com a proposta, na esperança de que possa ser aberto um canal de negociação. Com o mesmo objectivo, o Iraque anuncia a 20 de Junho a retirada de todas as suas tropas de territórios iranianos, convoca mais uma vez à negociação de um acordo fronteiriço e adverte que «a sua boa vontade não deve ser interpretada como fraqueza». A retirada completa-se a 30 de Junho e não se registam combates durante quase duas semanas. Contudo, o Irão continua a concentrar forças na sua fronteira.

A 13 de Julho, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adopta, por unanimidade, uma resolução solicitando o cessar-fogo entre os dois países. Bagdade concorda de imediato com o pedido, mas Teerão rejeita-o terminantemente e nessa mesma tarde as suas forças penetram em território iraquiano, lançando a ofensiva «Ramadão» (mês muçulmano de jejum), em direcção ao porto estratégico iraquiano de Basra, única saída do Iraque para o mar. A guerra entra em nova fase, ao ser transferida a luta, pela primeira vez, para território iraquiano.

Analistas militares sustentam que o avanço em direcção a Basra constitui a maior batalha travada no planeta desde o fim da Segunda Guerra Mundial, com a entrada em acção de duzentos mil combatentes. Nos primeiros dias de Agosto, o resultado ainda era incerto, pois ambos os lados atribuíam-se vitórias. Mesmo assim, Basra não chegou a ser ocupada nem sequer cercada nas duas primeiras semanas da ofensiva.

Pelo que se julga, o Irão teria sofrido perdas humanas muito maiores que as iraquianas, confirmando o antigo princípio da guerra de posições que concede vantagens a quem defende sobre quem ataca. Os apelos reiterados do *ayatollah* Khomeiny às massas chiitas do Iraque para se rebelarem e instaurarem uma República Islâmica também não tiveram nenhuma ressonância, pelo menos aparente.

Mohamed Salem

Mundo Árabe: batalhas em muitas frentes

Guerra no Golfo. Genocídio em Beirute.
Pressões em Trípoli. O governo de
Reagan está em todas

Neiva Moreira



A dramaticidade dos acontecimentos em Beirute deixou em segundo plano a guerra do Golfo e o que se passa em Trípoli, com a reunião da Organização de Unidade Africana (OUA). No entanto, todos esses acontecimentos se relacionam, do mesmo modo que estão interligados com as agressões sistemáticas contra Angola e Moçambique ou as contínuas matanças no Chade.

No Golfo, o que aparece é a intransigência do *ayatollah* Khomeiny e a sua obstinação em estender a influência persa sobre toda a região, em nome de uma cruzada religiosa que esconde mal velhas ambições imperiais, nascidas no calor das vitoriosas campanhas militares de Ciro II, na metade do primeiro milénio da era cristã.

Todos os esforços diplomáticos para terminar com essa guerra têm sido bloqueados por essa intransigência. Ora, pedir que o governo do Iraque aceite como uma condição de paz derrubar o seu governo é, mais do que uma utopia, um absurdo. Caberia ao povo iraquiano tomar essa iniciativa e não ser ditada de fora como uma condição de armistício.

Os resultados dessa exigência descabida foram exactamente contrários às esperanças de Khomeiny: fortaleceu o espírito de luta do exército iraquiano, que repeliu ofensivas maciças, e uniu mais o povo —

mesmo os sectores chiitas que o *ayatollah* acreditava estarem a ponto de uma sublevação — em torno da sua liderança política.

A linha política do Irão reflecte-se precisamente no Movimento dos Países Não-Alinhados que, como país do Terceiro Mundo, deveria preservar. As ameaças de acções militares sobre Bagdade em plena Conferência, só serviram os Estados Unidos e Israel, que procuram sabotar por todos os meios o fortalecimento daquele Movimento. O adiamento da Conferência não afectou apenas o Iraque mas todos os não-alinhados.

Os principais beneficiados: Estados Unidos e Israel.

Não se pode dizer que todo o acto que se pratica em Teerão seja da responsabilidade da Casa Branca. Mas não há dúvida de que muitos deles são estimulados ou elaborados pelas teias invisíveis, mas concretas, dos serviços de informações ocidentais. Até hoje, Teerão não deu uma explicação aceitável sobre o fornecimento de armas israelitas ao seu exército. Sabe-se que material bélico, num montante superior a 400 milhões de dólares, foi vendido por Israel ao Irão. E é evidente que uma operação desse vulto não poderia ser desconhecida dos Estados Unidos.

Tanto a Telavive como a Washington interessa a continuação da guerra. Os problemas criados à Sétima Conferência dos Países Não-Alinhados contabilizou ganhos para os inimigos do Movimento. Mas não é só isso. Obrigando o Iraque a viver em guerra, os inimigos da causa árabe dificultam ou impedem qualquer apoio militar iraquiano aos palestinos e obrigam a Arábia Saudita e outros países do Golfo a esquecer Israel e reorientar as suas defesas para conter um possível ataque do Irão. E isso num momento em que o apoio árabe aos palestinos e libaneses progressistas é vital à luta que travam contra o exército israelita.

Como a política e a diplomacia não são totalmente lineares, as repercussões dessa decisão de fazer render a guerra contra o Iraque, estão a provocar repercussões negativas para os Estados Unidos entre os seus velhos aliados do Golfo. O governo saudita já não pode ter dúvidas de que só pelo apoio político e, sobretudo, militar dos Estados Unidos, Israel manteve a sua ofensiva sobre Beirute. Do mesmo modo que as manobras da sua diplomacia secreta, actuando sobre a irracionalidade do governo de Teerão, têm encontrado meios de alimentar numa guerra que foi — e é — extremamente negativa à causa árabe e aos interesses do Terceiro Mundo.

Em conclusão, embora aparentemente isolada do contexto da política dos Estados Unidos na área, a continuação da guerra do Golfo interessa fundamentalmente a Washington e ao seu aliado privilegiado que é Israel.

A milhares de quilómetros de Bagdade, o governo Reagan travou uma outra batalha na qual não apareceu ostensivamente, mas em que estava na base de tudo. A sabotagem da reunião da Conferência da Organização de Unidade Africana pouco tinha a ver com a impugnação da presença da República Árabe Saharai, encabeçada por Marrocos, com o apoio de mais de uma dezena de países da região. Esse episódio foi o pretexto. No fundo, o que se procurava era impedir que o coronel Khadafi fosse eleito presidente da OUA e que, sob a sua liderança, esse conglomerado de países desempenhasse um papel mais dinâmico e efectivo na luta de libertação da África e do Mundo Árabe.

Khadafi denunciou a responsabilidade dos Estados Unidos nessa manobra. «O governo Reagan — disse ele — alimenta a divisão do continente como o fez com os países árabes, nos quais colhe, hoje, os frutos da sua política genocida e imperialista.»

O presidente Samora Machel, presente em Trípoli, foi ainda mais claro: «Os Estados Unidos utilizam hoje, as armas com que sempre actuaram, começando, por dividir e logo dando o golpe final, com invasões, subornos, organizando bandos armados de delinquentes no interior dos países que não são fiéis à sua política antinacional, para desestabilizar os seus governos e procurar obrigá-los a ajoelhar», declarou o líder moçambicano.

A manobra em Trípoli foi clara: imobilizar a OUA como um instrumento na luta de libertação, debilitando o seu papel não apenas no apoio à resistência a Israel mas também na sustentação dos regimes progressistas do sul do continente que suportam o peso da ofensiva racista da África do Sul.

A epopeia palestina

O terceiro país do conflito na África e no Médio Oriente, que se tornou muito agudo nestas últimas semanas, foi o Líbano. Qualquer especialista em assuntos da região não podia ter dúvidas de que Israel estava a preparar a invasão do Líbano e que tinha metas muito claras a alcançar: destruir em poucas horas a resistência dos palestinos e libaneses progressistas, liquidar o comando da OLP e impor a Beirute um governo de extrema-direita totalmente dependente de Telavive.

É evidente que nem os belicistas de Israel nem a Casa Branca contavam com a gesta histórica da resistência das forças combinadas libanesas-palestinas. Estavam habituados, na sua luta contra os árabes, a operações-relâmpago, como a «guerra dos seis dias». Acreditavam que, tão inferiorizados numericamente — menos de 10 mil contra 140 mil soldados — e com um armamento precário, os palestinos e os seus aliados nem sequer teriam o desempenho dos egípcios na batalha de Suez.

Hoje, nem os mais encarniçados adversários dos palestinos deixam de reconhecer a sua resistência em Tiro, Sidon, Nabatieh e Beaufort, e o cerco de Beirute

não é um mero episódio de uma guerra interminável, mas um extraordinário momento da história contemporânea. Os palestinos e os libaneses progressistas escreveram epopeias tão brilhantes como a dos franceses em Verdun, (1914-1918), a dos polacos em Westerplatte e a dos soviéticos em Estalinegrado (na Segunda Guerra Mundial).

Essa histórica demonstração de vitalidade política (mais de 500 mil civis recusaram-se a deixar Beirute Ocidental apoiando os seus combatentes) e de capacidade militar, deram solidez e cimentaram as bases ideológicas e políticas da Revolução palestina, ao mesmo tempo que consolidaram e fortaleceram o respeito e admiração do mundo pela sua causa e expuseram Israel à execração internacional.

É cedo para avaliar todos os resultados políticos dessa façanha militar, mas alguns já estão claros. Mesmo as velhas dinastias do Golfo, a Jordânia e o Egipto, comprometidos política, económica e militarmente com os Estados Unidos, já não podem ter dúvidas de que, sem condições para enfrentar o *lobby* judeu, o governo Reagan jamais privilegiaria as relações com os seus amigos árabes se isso fosse em detrimento da aliança com Israel. Por outro lado, era tão escandalosa a sua passividade frente à brutalidade israelita no Líbano, que aqueles governos tiveram de fazer alguns gestos de solidariedade com os palestinos, sem, no entanto, se comprometerem na guerra como era do seu dever.

A apatia dos governos árabes

A batalha de Beirute, além de deixar claros os propósitos de Israel — a extrema brutalidade das suas forças militares e o seu projecto expansionista — valorizou a resistência palestina e ampliou, em todo o mundo, o apoio à sua luta pela autodeterminação.

Associando-se à campanha genocida de Israel, o governo Reagan enfraqueceu-se politicamente. E mais: está a assistir, entre os seus aliados e mesmo dentro dos Estados Unidos, à severa contestação do aval político e militar a Israel.

O mais importante, no entanto, não é isso, mas sim a consciência que se fortalece entre os povos desses países árabes de que os seus governos vacilantes e servís dos Estados Unidos devem ser varridos, como condição para que a unidade árabe se realize.

A apatia dos governos árabes face aos sacrifícios dos palestinos terá o seu preço futuro. Israel, realizados os seus objectivos no Líbano, escolherá o momento para se atirar sobre a Síria e a Jordânia, preparando o ataque final aos países do Golfo e até mesmo ao Egipto. É de esperar que a lição da resistência palestina tenha amplas repercussões no resto do mundo árabe, onde a inércia actual poderá ceder lugar a uma avaliação mais correcta do papel de cada um e das responsabilidades de todos na contenção do expansionismo israelita. Mas isso depende, fundamentalmente, de profundas transformações no poder das nações árabes conservadoras.

Líbano

Os novos caminhos da OLP e de Israel

Depois da resistência heróica de Beirute, os palestinos partem para o futuro fortalecidos no seu prestígio e com importantes ganhos no campo diplomático. No inverso, o isolamento de Israel nunca foi tão profundo

Alice Nicolau

Por coincidência, foi também em Setembro. No primeiro dia de outro «Setembro Negro», os guerrilheiros palestinos concluíam a retirada de Beirute-Oeste, iniciada no dia 21 do mês anterior. Quanto aos sírios da Força Aérea de Dissuasão, partiam também dirigindo-se ao vale de Bekaa e ao Norte do Líbano. Foram estes dois resultados concretos que Israel conseguiu, ao fim de 80 dias de crimes contra a humanidade, para cuja prática se dotaram de meios formidáveis: 80 mil homens, artilharia pesada, bombardeiros, marinha de guerra, bombas de fósforo, de fragmentação e de vácuo.

A invasão do Líbano, cujos planos datam, segundo fontes fidedignas, de há três anos e que esteve, desde a origem, ligada aos chamados acordos de Camp David, visava três fins essenciais: a destruição da OLP; a expulsão das tropas sírias; a imposição de um governo «forte», pró-sionista, no Líbano.

Começa por ser muito significativo que os israelitas se tenham visto coagidos a renunciar aos seus anseios maximalistas para chegarem a um acordo que os palestinos aceitaram, não como forma de humilhante capitulação, mas como solução diplomática negociada. Igualmente significativo é o facto de só o último objectivo visado por Israel com a





Begin e Sharon tinham assegurado vencer a batalha de Beirute em 48 horas. Palestinos e libaneses progressistas resistiram-lhes 80 dias e a OLP só retirou com uma solução diplomática negociada

sua agressão se poder dizer aparentemente conseguido.

De facto, a cumplicidade da direita libanesa, que aproveitou os crimes israelitas contra os povos palestino e libanês, como meio ideal para desferir aquilo que julgou ser o golpe de misericórdia na esquerda e a vitória definitiva numa guerra civil que se arrasta há sete anos, levou a que um homem de mão de Israel, Bechir Gemayel, fosse escolhido para chefe de Estado, no final de uma farsa parlamentar, pomposamente cognominada de «eleição presidencial».

As primeiras declarações do presidente «eleito» foram feitas à TV de Israel e continham logo a promessa de que o seu governo iria fazer um acordo de paz com Telavive.

É de esperar que Gemayel dê o seu inteiro assentimento aos planos de prolongada ocupação do Sul do país, já oficialmente reconhecidos por Israel, que se prepara para anexar parte do território libanês. Tam-

bém é provável que Bechir Gemayel cumpra a promessa que fez de não deixar um único palestino, civil ou militar, no país. Basta para tanto recorrer a processos que os seus padrões de Telavive lhe ensinaram e que têm aplicado consistentemente nos territórios ocupados: criar condições de vida insuportáveis aos palestinos, para que o «êxodo 82» dos combatentes seja posteriormente acompanhado do «êxodo 82» dos civis.

Por mais probabilidades que este futuro pareça ter, encarado nesta hora, é cedo, no entanto, para que a direita libanesa, Telavive e Washington clamem vitória. Irá a esquerda libanesa mostrar-se incapaz de resistir à «desarabização» do Líbano e à colocação do seu país sob tutela sionista?

Quanto à saída dos sírios do Líbano, também é provável que venha a verificar-se. O mandato da Força Árabe de Dissuasão já expirou e, logo que Gemayel assuma as fun-

ções presidenciais, é certo que exigirá a retirada total da Síria. Não custa também a crer que Damasco se decida por esse passo, se continuar a demonstrar a mesma moderação que revelou durante todo o conflito.

Se tudo se passar de acordo com as previsões agora mais verosímeis, podemos considerar que Israel conseguirá, a breve prazo, a realização de mais um dos seus objectivos. Mas o principal de todos — a destruição da OLP — não o alcançou nem o alcançará nunca. Trata-se de um propósito que só poderia ser encarado por uma potência como Israel, cuja arrogância se assemelha, cada vez mais, à cegueira que os deuses provocam nos homens quando os querem perder.

Ninguém melhor que Israel sabe o que é a OLP, quais as suas ramificações indestrutíveis por todo o mundo árabe, qual o alto nível dos seus quadros, qual a sua prestigiosa posição internacional, qual a sua indestrutibilidade, em suma.

De tal modo assim é — e os israelitas deveriam ser os primeiros a sabê-lo — que a chacina dos seis mil guerrilheiros acantonados em Beirute Ocidental e a liquidação física de todos os seus dirigentes não bastariam para destruir a OLP. E ainda que algum poder humano conseguisse eliminá-la, ninguém sobre a Terra poderia alguma vez apagar da memória dos homens a causa palestina.

Embora recusemos quaisquer subterfúgios que nos ajudem a re-moer as derrotas do presente, não podemos deixar de assinalar que esta guerra foi a mais dura e mais

prolongada de todas quantas Israel travou contra o mundo árabe. Perante a moderação de uns, a demagogia de outros, a indiferença de muitos, e a cumplicidade de uma meia dúzia, isolados e colocados «nus perante as estrelas», os palestinos e os seus aliados do Movimento Nacional resistiram a um exército que em poucos dias costuma desbaratar efectivos inimigos muito superiores em número e dotados de armamento incomparavelmente mais poderoso do que aqueles que enfrentou no Líbano.

Quando Yasser Arafat declarou que a OLP tinha saído vencedora do

conflito, Menahem Begin, em ar de troça, disse que desejava muitas vitórias iguais a esta para a OLP.

Begin pode escarnecer à sua vontade, para melhor ocultar o despeito de ver transformado em chacina repudiada por todo o mundo esse «passeio militar» pelo Líbano, com o qual ele contava liquidar em escassos dias os guerrilheiros palestinos e eliminar fisicamente os seus principais líderes. Também pode escarnecer à sua vontade para melhor disfarçar a amargura de uma negociação diplomática, na qual cedeu em muitos pontos, e que, como já dis-

A mensagem de Arafat

○ presidente do Comité Executivo da OLP enviou um telex aos nossos editores em resposta à mensagem de solidariedade que eles lhe fizeram chegar em nome de toda a equipa de cadernos do terceiro mundo. Eis o texto da mensagem:

Irmão Neiva Moreira
Irmã Beatriz Bissio
cadernos do terceiro mundo
Rio de Janeiro
Saudações revolucionárias.

Recebi com grande apreço em Beirute sitiada, o vosso telegrama de solidariedade para com a luta dos povos libanês e palestino contra a invasão sionista do Líbano. Agradeço-lhes os calorosos sentimentos de solidariedade militante, que são os mesmos de toda a pessoa livre e nóbrega no mundo inteiro, a respeito da luta dos seus irmãos e irmãs contra o imperialismo, o sionismo, o racismo e o fascismo.

A invasão israelita do Líbano não teria sido efectiva sem o apoio ilimitado e em todos os níveis dos Estados Unidos ao inimigo israelita, ao qual forneceu as armas mais modernas, inclusive aquelas internacionalmente proibidas.

Nesta invasão, o inimigo destruiu dezenas de cidades e povoações libanesas, assim como campos de refugiados palestinos. Provocou danos incalculáveis às propriedades e uma perda de vidas sem precedentes. Foram mortas ou feridas mais de 30 mil pessoas. Há dez mil desaparecidos e mais de um milhão de civis libaneses e palestinos totalmente desabrigados.

A ferocidade da agressão e a barbárie do inimigo só podem contribuir para aumentar a nossa determi-



nação de continuar a resistir contra a ocupação e prosseguir a nossa marcha revolucionária que visa à conquista dos direitos inalienáveis do nosso povo árabe-palestino — incluindo o seu direito ao regresso, à autodeterminação e ao estabelecimento de um Estado independente no território da sua pátria, a Palestina — assim como a sufocar a agressão contra a terra irmã, o Líbano, e a nossa amada Palestina.

Revolução até à vitória!

Yasser Arafat

Presidente do Comité Executivo da OLP
Comandante-em-chefe das Forças da Revolução
Palestina

Beirute, 24 de Julho de 1982

semos, não foi uma capitulação das suas vítimas.

Mas embora os escárnios de Begin pareçam, aos olhos de toda a gente, mais justificados que a reclamação da vitória feita por Arafat, esta é muito mais legítima e encontrará plena justificação no futuro.

Os 80 dias de selvajaria sionista no Líbano constituíram um ponto de viragem no conflito do Médio Oriente, acelerando uma nova dinâmica: os que hoje se consideram vitoriosos aproximam-se, cada vez mais, irremediavelmente da derrota final.

Um recomeço

Aí os temos, o núcleo combatente, os mais duros da OLP em dispersão por oito Estados árabes. Três mil vão para a Síria, e não terão uma vida fácil. Ficarão sob a severa vigilância de Damasco, que, não podendo controlá-los, irá jogar nas suas divisões, usando o seu melhor instrumento para tal — a Saika. A Argélia, ainda que acolha os seus novos 300 refugiados sem propósitos hegemónicos, está muito longe da linha de fogo; o Sudão, regime pró-americano, que joga no campo sionista, decerto não fornecerá bom acolhimento aos 300 guerrilheiros, que, segundo se supõe, estarão nesse país apenas em trânsito para seguirem mais tarde para o Egípto; no Yemem do Norte, os mil guerrilheiros, além de ficarem longe do inimigo, são acolhidos por um regime mais ou menos tributário da Arábia Saudita; no Yemem do Sul, a distância será um obstáculo; na Tunísia (onde ficará, entre outros, Yasser Arafat), a única vantagem que os guerrilheiros têm é a de permanecer na sede da Liga Árabe, com as possibilidades diplomáticas que isso lhes confere; na Jordânia, onde só foram consentidos mil guerrilheiros detentores de passaporte de Amã, desarmados e com expressa renúncia à luta armada, nem as autoridades nem os palestinos poderão esquecer o Setembro Negro, o que se repercutirá, decerto, negativamente no convívio com os dirigentes jordanos, a prazo relativamente

curto. Finalmente, em Bagdade, entraram apenas 135 guerrilheiros, de estrita obediência ao Baas iraquiano, os quais foram já servir o país de acolhimento noutra guerra



Bechir Gemayel: colocado na presidência pelos tanques israelitas

— na que se trava contra o Irão.

Esta simples enumeração basta para demonstrar como até mesmo nesta hora em que todas as máscaras sionistas-americanas caíram, os palestinos são considerados no mundo árabe como uns seres, cuja diáspora assusta mais do que entenece os dirigentes dos países irmãos.

Dispersos, roubados do seu armamento pesado, manietados nas suas movimentações militares, colocados longe das fronteiras com Israel, os palestinos dão de si agora a imagem de um povo que regressa ao passado, condenado a viver sob tectos provisórios e sem qualquer capacidade autónoma de luta.

Se assim fosse realmente, Israel poderia clamar uma vitória certa a longo prazo. Mas a inacção militar será temporária. E hoje mais do que nunca, graças a Israel, aos EUA e aos governos mais reaccionários do mundo árabe, os palestinos sabem que só podem contar consigo próprios e que a luta a travar continua a ter duas frentes indispensáveis: diplomática (na qual se encontram em condições mais vantajosas que

nunca) e militar (na qual se encontram agora gravemente diminuídos, praticamente inertes).

Mas estas contas saem sempre furadas a quem as faz sem tomar em consideração os caminhos obscuros e inesperados da História. Em Setembro de 1970, depois da chacina de 20 mil irmãos, os guerrilheiros conheceram outro êxodo, sofrendo aquilo que pareceu ser a derrota histórica da sua causa; em 1975, outro país irmão chacinou mais 20 mil no Líbano. De cada uma dessas vezes, a OLP não ficou liquidada. Entrou apenas numa nova fase. É o que se irá passar a partir de agora. Que forma tomará esta nova etapa da história da OLP?

As previsões apontam para a queda dos seus dirigentes mais moderados, para uma radicalização, para um eventual regresso aos actos denominados de «terrorismo». Mas contar com isto é pôr de parte outro tipo de considerações: o acréscimo de prestígio que a OLP adquiriu a nível diplomático, os sentimentos solidários que o seu calvário suscitou, e o isolamento, dia a dia, mais acentuado de Israel.

A única previsão acertada é aquela que mais pesadelos causa a Begin e todos os seus pares: a OLP não está liquidada. Sob nova forma, ganhando decerto novas experiências, a OLP recomeça.

Nova etapa em Israel

É bem natural que neste momento, o povo israelita, sumamente condicionado pelas ideias sionistas, ganhe confiança no governo fascizante de Begin. Que acabe por aceitar a guerra de extermínio contra o Líbano, neste preciso momento em que Telavive parece ter conseguido mais uma grande vitória sobre os árabes.

Mas durante o conflito passaram-se coisas muito novas em Israel: manifestações gigantescas contra a guerra, cartas abertas de militares condenando o governo, sondagens de opinião pública maioritariamente hostis à chacina, ruptura no bloco parlamentar.

Trata-se de factores que a curto

prazo poderão não se reflectir na política sionista. Mas são indícios de uma viragem, que se acentuará à medida que a aparente vitória começar a revelar os seus terríveis limites, à medida que o custo desta guerra em sangue e dinheiro começar a ser contabilizado. De uma viragem que, a nosso ver, transformará a invasão do Líbano na última grande aventura criminosa que os israelitas empreenderam. A certa altura do conflito, foi patente que Israel estava a perder a guerra dentro das suas fronteiras, e isto significa que esta chacina atingiu os limites do suportável para o próprio povo, para os próprios militares israelitas.

Do ponto de vista da diáspora judaica, este foi o canto do cisne para a indefectível defesa dos pontos de vista de Telavive.

Vultos prestigiados da diáspora, sionistas e judeus espalhados por todo o mundo, ergueram os seus protestos contra o governo Begin, marcando uma ruptura que, a longo

prazo, irá lesar gravemente o Estado judaico.

A nível internacional, a derrota militar da OLP traduziu-se numa vitória diplomática para os palestinos e em mais uma (a pior de todas) derrota para Israel.

Dentro dos EUA, a nível mesmo da Administração (nomeadamente nos departamentos de Estado e da Defesa, onde pontificam dois elementos do lobby pró-saudita), e, sobretudo no seio do Congresso, esta acção de Israel e a descarada aceitação oficial que encontrou na Casa Branca, deixarão marcas profundas, tanto mais que sectores da opinião pública norte-americana se mostram dispostos a não consentir que o seu país seja governado de Telavive e não de Washington.

Se para os interesses dos EUA, a desarticulação da OLP e a vitória da direita no Líbano são verdadeiros rebaçados, que eles prepararam em

total convívência com Israel, o consenso estratégico com os Estados árabes reacção torna-se hoje mais necessário que nunca, porque a dispersão dos palestinos parece criar condições para que tal entente se torne mais firme. Por isso, a política de Telavive terá de passar agora, em parte, pelas chancelarias árabes cúmplices do genocídio.

Mas a viragem da situação em Israel não passa apenas por aqui. Passa pelas diversas ondas de choque da guerra do Líbano que se repercutirão pelo mundo árabe. Quem conhecer a história recente do Médio Oriente, sabe muito bem que certas derrotas e vexames se transformam em bombas ao retardador colocadas nos alicerces dos poderes corruptos da região. A bomba do Líbano tem todas as características para provocar, a curto, médio ou longo prazo, terríveis ondas de choque em toda a região.

O Plano Sharon

A invasão israelita do Líbano obedece a um plano estratégico cuidadosamente estudado até aos seus mínimos pormenores pelos estrategos de Israel e outras potências ocidentais, afirma a revista *Israel & Palestine*, editada em inglês, em Paris. Na sua edição de Março (três meses antes da invasão), «I & P» publicou pormenores de um chamado «Plano Sharon», cujos objectivos mínimos seriam «a desestabilização da OLP, a conquista do sul do Líbano até ao rio Litani, a criação de uma dinastia direita encabeçada por Bechir Gemayel no resto do país, com algumas áreas concedidas à Síria e pequenos enclaves governados por muçulmanos servis».

Sharon vai mais além desse consenso inicial e planeia deportar para a Jordânia os palestinos que sobreviverem à guerra. Juntamente com uma ofensiva israelita contra o reino jordano, isso garantiria o derrube do rei Hussein e a constituição de um regime colaboracionista. Posteriormente, seria ali criado um «Estado Palestino» e para lá transferida grande parte dos palestinos da actual Cisjordânia, que seria anexada por Israel, como aconteceu com Jerusalém e o Golan. Dez ou vinte anos mais tarde dar-se-ia a anexação da Transjordânia.



Como, para tudo isso, a OLP teria de ser destruída, a *Israel & Palestine* afirma que «isso só pode ser conseguido, bombardeando o sul do Líbano até torná-lo inóspito» e «tomando a capital libanesa para assassinar ou destruir a direcção palestina». Os israelitas retirar-se-iam depois, «para serem substituídos por uma força internacional sob controlo norte-americano». Não é casual, acrescenta a revista — cujas previsões têm-se cumprindo pouco — que grande parte dos diplomatas norte-americanos em Beirute tenha experiência no Laos, Vietname e Tailândia, onde participaram no planeamento da «Operação Fénix»: o assassinato maciço de vietnamitas suspeitos de simpatizarem com o Vietcong.



Reagan e Begin: aparentes divergências não escondem a similitude dos objectivos estratégicos

Ondas de choque que a própria diáspora palestina, por efeito da sua presença física, pela lembrança constante do seu martírio, pela irradiação da sua consciência, pelo exemplo da sua dignidade tornarão mais violentas.

Que destino conhecerão os dirigentes que trocaram o sangue palestino-libanês por um compromisso com o inimigo, simplesmente conduzidos pelo desejo de evitarem uma guerra de consequências imprevisíveis? Quanto tempo ainda ocuparão as cadeiras do poder?

Na situação extremamente explosiva do Médio Oriente, a simples queda de uma cadeira pode alterar todas as cartas e lançar Israel em qualquer novo acto de desespero, para o qual não tem já capacidade, nem dentro nem fora das suas fronteiras.

Isto não significa que os tempos mais próximos sejam a favor da causa palestina e contra os objectivos sionistas. Isto não quer dizer que a derrota da OLP, a humilhação do mundo árabe, a vergonhosa capitulação de alguns não se traduzam em benefícios directos e imediatos para aqueles que lucraram com os crimes.

Os tempos de que estamos a falar são outros. São os tempos da história. Aqueles que, sob as formas mais diversas e através dos acontecimentos mais díspares, nos ensinam uma verdade tão velha como a humanidade: os que vencem pelo crime e ao arrepiro do progresso, pagam sempre caro essas aparentes vitórias. □

A ajuda militar dos EUA a Israel

SEGUNDO os anuários internacionais sobre comércio de armas, 90 % do armamento recebido por Israel desde 1979 até à actualidade provém dos Estados Unidos e constituiu uma ajuda essencial para toda a sua máquina bélica. Os especialistas militares são unânimes em afirmar que, apesar de contar com a sua própria indústria bélica, o nível tecnológico das armas enviadas pelos Estados Unidos é absolutamente insubstituível e não poderia ser preenchido por nenhum outro país. Trata-se basicamente não só de grandes quantidades de meios bélicos, mas de um conjunto integrado e completo que cobre toda a aviação, marinha e exército israelitas.

No sector aeronáutico, ponto forte (e de força) de Israel, a juntar aos centos de Phantom F-4 que quase quotidianamente massacram as populações libanesas e palestinas, os Estados Unidos enviaram, a partir de 1979, 76 caça-bombardeiros F-16a e 35 caças de interceptação F-15 «Eagle», dotados com a mesma electrónica avançadíssima utilizada pela força aérea norte-americana. Nenhuma força aérea da NATO recebeu «graciosamente» um número similar de aviões deste tipo. Com vista a armar as esquadrilhas de Israel, as indústrias bélicas norte-americanas enviaram já cerca de 600 mísseis Ar-Ar 91 e 600 mísseis Ar-Terra 95a, assim como trinta helicópteros do tipo «Air-Cobra», equipados com 600 mísseis anti-tanque 71 «Town». Enquanto isso, as forças terrestres de Israel recebiam cerca de 5 mil mísseis anti-tanque «Dragon» 77a.

Por seu lado, a marinha de guerra israelita, que se distinguiu nos ferozes bombardeamentos contra Beirute, recebeu, em dois anos, 100 mísseis anti-navio «Harpoon» 84, resultados semelhantes aos famosos «Exocet» utilizados nas Malvinas pela Argentina.

O exército de terra israelita, directo executor dos planos de extermínio cinicamente apelidados de «Paz na Galileia», recebeu: 200 canhões autopropulsionados M-109, de 155 mm, capazes de disparar oito projecteis por minuto ininterruptamente; 600 blindados (transporte-tropas, veículos de combate de infantaria) M-113, que constituem a coluna vertebral da sua infantaria mecanizada; setenta tanques M-60 de 50 toneladas, armados com um canhão de 105 mm, juntamente com 56 veículos blindados do tipo M-548 e 98 do tipo M-577. Continua pendente de ordem superior a entrega de 130 tanques M-60.

Como se poderá constatar, foram armas e obuses norte-americanos que mataram nas ruas de Beirute, Tiro e Sidon. E dificilmente se poderá imaginar a maneira como o embaixador itinerante do presidente Reagan, Philip Habib, pôde explicar a palestinos e libaneses e a todo o mundo árabe essa «ocorrência». Daí que tivessem soado a hipocrisia as declarações da administração Reagan de que «não dispunha de meios para obrigar Israel a parar as suas acções bélicas». Os meios sobraram e as armas também.

Cláudio Nino

Israel cometeu genocídio

—conclui Comissão

Internacional de Inquérito

NÃO existe um único crime contra a humanidade que não tenha sido cometido no Líbano pelo exército de ocupação», esta a conclusão da Comissão Internacional de Inquérito sobre os crimes de Israel contra os povos libanês e palestino que reuniu em Nicósia, capital de Chipre.

Entre os crimes efectuados pelas tropas sionistas, o relatório da Comissão Internacional destaca a proibição do comandante militar da evacuação de crianças libanesas e palestinas que requeriam assistência médica e a destruição, pelas bombas israelitas, dos 19 hospitais e clínicas de Beirute Ocidental, incluindo as instalações da Cruz Vermelha. O único hospital poupado foi o norte-americano.

«Na minha qualidade de jurista, não posso qualificar as acções de Israel senão de genocídio», afirmou o sueco Hans Franck que apresentou aos jornalistas as conclusões do inquérito.

A Comissão Internacional revelou ainda que no decorrer da agressão foram utilizados, em grande escala, durante o cerco de Beirute e nas zonas ocupadas do Líbano, os mais bárbaros tipos de armas proibidas pelas convenções internacionais, nomeadamente as bombas de fósforo, de *cassete*, de fragmentação e vácuo de fabrico norte-americano. Em 7 de Agosto, a explosão de uma só bomba de vácuo, matou cerca de 300 pessoas sob as ruínas de um edifício de sete andares.

Os métodos de tratamento dos civis e dos combatentes presos são contrários a todas as normas do direito internacional, sublinha o documento final da Comissão. No sul do Líbano, nenhum palestino entre os 15 e os 60 anos se encontra em liberdade. Todos eles estão detidos em campos de concentração. No campo de Nabathiye estão mais de seis mil prisioneiros. O correspondente da *Associated Press* que entrevistou dois desses prisioneiros, refere as condições desumanas do tratamento, as torturas e maus tratos que lembram os métodos utilizados pelos nazis nos campos de concentração.

Os princípios racistas da agressão israelita estão bem explicitos na intervenção de Begin no Knesset (parlamento judeu) quando classificou os palestinos de «animais bípedes». Compreende-se, assim, que a Assembleia Geral das Nações Unidas considere o sionismo uma forma de racismo e a presente invasão uma violação do espírito e da Carta da ONU. É por estes motivos que a organização discute actualmente se Israel deve manter-se ou não como seu membro.

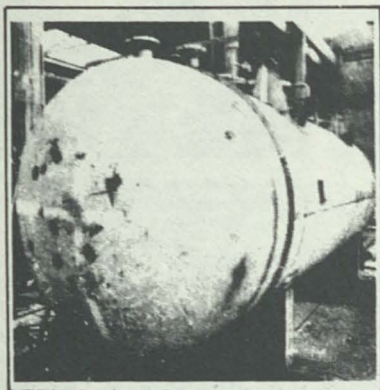
A Comissão Internacional classificou também as acções dos Estados Unidos como uma contribuição directa no genocídio israelita.

«Todos os directa ou indirectamente responsáveis pelas violações do direito internacional verificadas no Líbano deverão responder perante o tribunal internacional», conclui o texto do relatório.



Compelmada

SOC. COOP. MONTAGENS METÁLICAS SCARL



★ PROJECTO, FABRICO E MONTAGEM DE:

Reservatórios de pressão
Reservatórios de armazenagem
Tubagens industriais
Estruturas metálicas
Permutadores de calor
Pontes e pórticos rolantes
Aparelhos de processo
Silos em aço carbono,
aço inox e alumínio

- ★ Mecânica geral
- ★ Reconstrução de motores
- ★ Manutenção fabril

Casal do Marco

SEDE E FABRICA:

Pinhal dos Frades - Casal do Marco - Seixal

Telefones: 2211174/2211913/2211982/2211934
Telex: 15264 COMPEL-P

Moreira da Maia (Porto)

Cova da Piedade

Sines

A luta pela paz

A realização da Conferência de Colombo, no próximo ano, depende em grande medida da atitude de Washington e dos seus aliados. O principal assunto em agenda deverá ser a declaração que torna o Oceano Índico numa zona desnuclearizada

Ash Narain Roy e Prabhati Nautial *



Os EUA transformaram Diego Garcia num centro vital para a sua estratégia planetária

SIR Halford John Mackinder (1861-1947) o famoso geógrafo britânico, disse certa vez: «A potência que dominar o coração da Eurásia exercerá o controlo sobre o litoral das monções da Ásia e, inevitavelmente sobre todo o mundo». O «litoral das monções» é apenas outra denominação das costas do oceano Índico, que sempre

despertou o interesse das superpotências fascinadas pela sua diversidade geográfica — desde o estreito de Ormuz, no golfo Árabe, e o estreito de Bab el Mandeb, no extremo sul do mar Vermelho, até ao estreito de Malaca e à rota para o Cabo, no extremo sul do continente africano.

Os Estados Unidos e outras potências ocidentais reivindicam «in-

teresses legítimos» no oceano Índico, uma vez que 60% do abastecimento de petróleo da Europa Ocidental, dois terços do da Austrália e 90% do do Japão vêm do Médio Oriente. Além disso, o tráfego comercial entre a Europa Ocidental e o

* Investigadores da Escola de Estudos Internacionais da Universidade Jawaharlal Nehru, de Nova Deli.



Brejnev: reiteradas afirmações de que a URSS não pretende bases na região

Japão depende grandemente do oceano Índico. Não é surpresa, portanto, que se alegue que os interesses económicos de todo o mundo capitalista dependem das condições de livre navegação no oceano Índico.

Por outro lado, na sequência do embargo do petróleo árabe, os Estados Unidos perceberam a vulnerabilidade do sistema militar ocidental em relação a medidas dessa natureza. O embargo árabe teve grave impacto sobre as actividades marítimas dos Estados Unidos. O tempo de navegação da frota norte-americana foi reduzido em 20%, e o tempo de voo da força aérea, em 18%. Além disso, um limite de 80 quilómetros por hora foi imposto aos 158 mil veículos militares e a temperatura de aquecimento dos edifícios militares foi reduzida para 18 ou 20 graus centígrados.

Depois que a União Soviética assinou a declaração de Tashkent com a Índia em 1965, oferecendo os seus bons ofícios para a ajudar em qualquer conflito militar com qualquer país estrangeiro, os Estados Unidos não só compreenderam que a sua influência se deteriorava no sul asiático, como se sentiram também ameaçados pela influência crescente da União Soviética naquela região. No Médio Oriente, o fortalecimento



da Organização do Tratado Central (CENTO), especialmente através da forte militarização do Irão, mostrou-se, na verdade, inútil após a queda do xá Reza Pahlevi. Além disso, a influência soviética na região estratégica do Médio Oriente vinha crescendo desde 1956. A derrota dos Estados Unidos na Indochina foi outro golpe no sudeste asiático. Em tais circunstâncias, o oceano Índico apresentou aos Estados Unidos uma excelente oportunidade para a mobilização dos seus submarinos nucleares, portadores de mísseis balísticos, expondo certos alvos na União Soviética ao ataque nuclear e tornando a URSS, pela primeira vez, vulnerável a um ataque nuclear vindo do sul.

Os soviéticos têm interesses não menos importantes no oceano Índico.

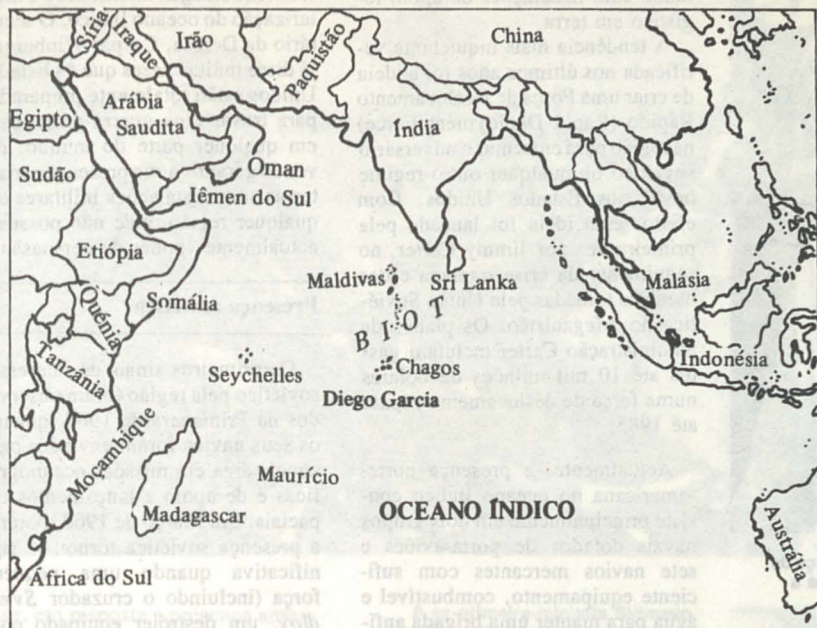
As rotas comerciais entre as regiões do Pacífico e a região do mar Negro passam pelas suas águas. Da mesma forma, o crescente comércio entre a União Soviética e a região do oceano Índico depende da navegação neste último.

A importância estratégica de Diego Garcia

A ilha de Diego Garcia foi descoberta em 1532 por um navegador português que lhe deu o seu nome. No século 18, um punhado de colonizadores franceses estabeleceu-se ali e a ilha permaneceu sob o controlo da França até 1814. Após as guerras napoleónicas, Diego Garcia passou para as mãos dos britânicos.

Trata-se de uma ilha de coral, em forma de ferradura, com uma área de cerca de 28 quilómetros quadrados, localizada na crista central do oceano Índico. Com 20 quilómetros de comprimento e uma largura que chega a 6,5 quilómetros, Diego Garcia é a maior das 52 ilhas que compõem o arquipélago de Chagos. Por estar situada no vértice de um triângulo isósceles cuja base vai da Austrália à África do Sul, a operação de aviões a partir dessa ilha facilita o policiamento das rotas de navios-tanques desde o golfo Árabe até ao cabo da Boa Esperança, e desde o mar Vermelho e a Arábia até à costa leste da África e da Índia.

A ilha possui uma laguna de mais de 42 metros de profundidade, de tamanho suficiente para abrigar toda uma frota. Com efeito, durante a Primeira Guerra Mundial, o vaso de guerra alemão *Emden* aí encontrou refúgio contra a perseguição de dois cruzadores britânicos. Também durante a Segunda Guerra Mundial, a ilha de Diego Garcia foi usada como escala naval e como base de reabastecimento de navios britânicos e seus aliados.



Logo que assumiu o poder, Reagan preocupou-se em reactivar o papel de Diego Garcia ampliando as instalações militares. Hoje, já lá podem atear bombas estratégicas B-52

Diego Garcia na estratégia norte-americana

Em 1965, Diego Garcia tornou-se parte do Território Britânico do Oceano Índico (Biot), juntamente com o arquipélago de Chagos e as ilhas Desroches, Farquhar e Aldebra. No ano seguinte, após uma troca de mensagens, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos concordaram em transformar a ilha em instalação militar, para fins de defesa, por um período inicial de 50 anos. Em 1972, após nova troca de mensagens, ambos os países estabeleceram um centro de abastecimento e comunicações nessa estratégica ilha.

O interesse norte-americano por Diego Garcia tornou-se crítico em 1974, em consequência de dois eventos: o envio da 7.^a Esquadra para o oceano Índico, em Dezembro de 1971, durante a disputa do Bangladesh entre a Índia e o Paquistão, e, mais tarde, em 1973, durante a crise do oeste da Ásia. Os Estados Unidos convenceram-se da grande necessidade de criar uma presença

naval e aérea permanente na região, para enfrentar situações de emergência que pudessem «pôr em risco» os seus interesses. Nessa eventualidade, os Estados Unidos podem actualmente dispor de uma poderosa força, a qualquer momento, sem ter de manter no Índico uma grande frota e grandes efectivos militares. Segundo o Pentágono, a instalação militar é necessária para contrabalançar a crescente superioridade naval soviética na região, pois, com a reabertura do canal de Suez, a marinha soviética conseguiu rápido acesso à região ocidental do oceano Índico a partir das suas bases no mar Negro.

Assim, o objectivo principal do fortalecimento naval dos Estados Unidos em Diego Garcia era reforçar o sistema de segurança norte-americano na região e ampliar o seu perímetro estratégico, estendendo-o desde a África até à Austrália. Cabe aqui acrescentar que os Estados Unidos possuem bases navais na Cidade do Cabo (África do Sul), em Alice Springs, Exmouth e Cockburn Sound, na Austrália, e em Berbera e

Mogadiscio (Somália). Agora, com a sua base em Diego Garcia, os especialistas concordam em que os Estados Unidos podem agir com maior eficácia contra qualquer alvo na Ásia e na União Soviética. Quanto a esta, para não falar de outros países asiáticos, não pode fazer outra coisa senão permanecer na defensiva.

Outro factor que influenciou a decisão norte-americana de estabelecer uma base militar completa em Diego Garcia foi a necessidade de preencher o chamado vácuo de poder criado na região após a retirada da Grã-Bretanha da zona do Índico. Mas há ainda outros motivos: as necessidades das operações navais e aéreas dos Estados Unidos no caso de eclodir novo conflito no sudoeste asiático; a tentativa de furar um bloqueio naval no estreito de Bab el Manbed para restaurar as linhas de abastecimento para Israel; e a necessidade de um posto de reabastecimento para uma força de porta-aviões que navegasse desde Subic Bay, nas Filipinas.



Foi Carter o criador da Força de Intervenção Rápida para a região do Índico

Novos acontecimentos

Desde que Reagan assumiu o poder, o governo dos Estados Unidos vêm procurando uma forma de exercer o seu poderio militar na resolução de conflitos regionais vistos sob o prisma do confronto entre o Oriente e o Ocidente. Isto levou a uma reavaliação crítica do papel de Diego Garcia. Como já se esperava, o novo governo decidiu incrementar ainda mais as suas instalações naquela ilha. Actualmente, Diego Garcia conta com uma pista recém-ampliada, de quatro mil metros de comprimento, capaz de ser utilizada por grandes aviões, tais como os bombardeiros estratégicos de longo alcance B-52 e aviões-tanques.

As instalações de armazenamento de petróleo também foram ampliadas. Sete navios de pré-posicionamento já se encontram ancorados na base, com suficiente equipamento, munições e água para manter 15 mil fuzileiros a bordo durante 30 dias. Isto significa que os Estados Unidos poderiam realizar missões de bombardeamento táctico a distâncias muito longas em torno da bacia do Índico, inclusive em todos

os países ribeirinhos da África, contando com instalações de apoio logístico em terra.

A tendência mais inquietante verificada nos últimos anos foi a ideia de criar uma Força de Deslocamento Rápido (Rapid Deployment Force) na região para enfrentar o adversário soviético ou qualquer outro regime hostil aos Estados Unidos. Com efeito, essa ideia foi lançada pela primeira vez por Jimmy Carter, no seguimento da crise iraniana e das medidas tomadas pela União Soviética no Afeganistão. Os planos da administração Carter incluíam gastos até 10 mil milhões de dólares numa força de deslocamento rápido até 1985.

Actualmente, a presença norte-americana no oceano Índico consiste principalmente em dois grupos navais dotados de porta-aviões e sete navios mercantes com suficiente equipamento, combustível e água para manter uma brigada anfíbia de cerca de 12 mil homens e sustentar 12 esquadrões de caças da força aérea.

O governo Reagan fortaleceu a Força de Deslocamento Rápido e destacou o 18.º Corpo Aéreo para dar-lhe apoio. Este corpo aéreo consiste em duas divisões, a 82.ª (de pára-quedistas) e a 101.ª (de helicópteros e veículos), consideradas as forças de deslocamento mais rápido de todo o exército norte-americano. Segundo os planos actuais, dentro em breve serão acrescentadas uma divisão do exército e algumas unidades do corpo de fuzileiros e da força aérea. O governo Reagan pensa, inclusive, em transformar futuramente a Força de Deslocamento Rápido num comando à parte, o que pode ocorrer dentro dos próximos três anos. Segundo o jornal cubano «Granma», os efectivos desse novo comando poderão atingir a cifra de 300 mil homens. Quando a Força de Deslocamento Rápido estiver a funcionar perfeitamente, os Estados Unidos esperam neutralizar qualquer ataque soviético que o governo de Washington possa enquadrar dentro daquilo que definem como «expansionismo de Moscovo».

Torna-se claro, portanto, que o Governo Reagan intensificou a militarização do oceano Índico. O secretário da Defesa, Caspar Winberger, já disse muitas vezes que os Estados Unidos estão totalmente preparados para travar uma guerra prolongada em qualquer parte do mundo, devendo garantir a sua presença e manter as suas instalações militares em qualquer região onde não possuam actualmente «poder de persuasão».

Presença soviética

Os primeiros sinais de interesse soviético pela região foram observados na Primavera de 1967, quando os seus navios foram enviados para aquela área em missões oceanográficas e de apoio a lançamentos espaciais. Em Março de 1968, porém, a presença soviética tornou-se significativa quando uma pequena força (incluindo o cruzador *Sverdlov*, um destróier equipado com mísseis teleguiados, um submarino nuclear e um petroleiro, o *Pevek*) visitou os portos de Aden (Iémen Democrático), Sri Lanka, Índia, Paquistão e o golfo Árabe.

Nos dez anos seguintes, os soviéticos colocaram na região uma formidável força naval. Além disso, melhoraram consideravelmente nos últimos anos a sua manobrabilidade e capacidade de ataque. Actualmente, a União Soviética afirma que os seus submarinos nucleares são capazes de circum-navegar o Globo sem serem detectados, e podem «desafiar as marinhas imperialistas em todos os mares e oceanos do mundo».

Porém, a eficácia da Marinha soviética no oceano Índico tem várias limitações. Entre elas, segundo o especialista indiano, J.P. Anand, estão «a necessidade de manter forças navais em outras regiões de alta prioridade, a falta de bases marítimas ou terrestres, de aviões capazes de dar apoio de reconhecimento ou protecção e a ausência de instalações terrestres de apoio logístico seguro».

Não obstante, os soviéticos têm enviado os seus vasos de guerra para o oceano Índico em momentos de



A ex-primeira-ministra Sirimavo Bandaranaike estabeleceu as bases para o conceito de «zona de paz», em 1971. Segundo este princípio, os navios que transportem material bélico não se poderão deter na região



crise, em resposta à presença ameaçadora dos norte-americanos. Por ocasião da guerra indo-paquistanesa, a União Soviética enviou 20 navios de combate (13 de superfície e 7 submarinos) para o Índico durante um breve período, no começo de 1972. Tratava-se de uma contra-ofensiva contra a poderosa 7.^a Esquadra norte-americana, que lá estava com uma força de mais de 10 navios de superfície, capitaneados pelo porta-aviões nuclear *Enterprise*. A frota ameaçava dirigir-se para a Índia. Os navios soviéticos foram retirados quando os Estados Unidos retiraram essa força, em Janeiro de 1972.

Por outro lado, enquanto a presença naval norte-americana vem aumentando desde Outubro de 1973, a Marinha da URSS mantém na região uma presença modesta. O maior vaso de guerra soviético que já esteve no oceano Índico foi um navio de menos de 20 mil toneladas, em comparação com as 80 ou 90 mil toneladas dos porta-aviões norte-americanos *Enterprise*, *Kitty* e *Constellation*.

Em suma, embora os soviéticos tenham estabelecido a sua presença no oceano Índico, não possuem bases e instalações comparáveis às

norte-americanas. Mesmo assim, os Estados Unidos não podem transformar o oceano Índico num «lago norte-americano», uma vez que os soviéticos já abalaram suficientemente a hegemonia de Washington na região.

Oceano Índico: uma zona de paz

Mesmo antes da criação formal do Território Britânico do Oceano Índico (Biot), o Sri Lanka já levava o problema do Índico como zona de paz perante a conferência do Cairo dos países do Movimento dos Não-Alinhados, em 1964. A primeira-ministra indiana, Indira Gandhi, também já expressara a sua profunda preocupação com a militarização do oceano Índico em 1970, em Lusaka (Zâmbia), quando as rivalidades entre as superpotências começavam a fazer-se sentir na região.

Não obstante, foi a então

primeira-ministra de Sri Lanka, Sirimavo Bandaranaike, que estabeleceu as bases de todo o conceito de zona de paz no discurso que pronunciou perante a Assembleia Geral em Outubro de 1971. Segundo ela, «dentro da zona de paz, nenhum armamento de qualquer tipo, defensivo ou ofensivo, pode ser instalado na superfície ou abaixo da superfície do mar, no leito marítimo subjacente ou em terra; os navios de todas as nações terão o direito de passagem, mas os vasos de guerra ou navios que transportem equipamento bélico, inclusive os submari-

nos, não poderão estacionar na região, não serão permitidas manobras de vasos de guerra de qualquer país; serão proibidas operações de espionagem naval; será proibido o trânsito de quaisquer tipos de armas. O sistema de regulamentação a ser instituído ficará sob efectivo controlo internacional».

Mais tarde, na 27.ª Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 1972, o grupo de países não-alinhados apresentou a minuta de uma nova resolução, definindo medidas concretas destinadas a implementar a Declaração de 1971, especialmente através da formação de um comité de 15 países da bacia do oceano Índico. Subsequentemente, foi criado em 1972 um Comité Especial para o Oceano Índico, encarregado de «estudar as implicações da proposta» de declarar o Índico zona de paz, «com especial referência às medidas práticas que possam ser tomadas para a realização dos Objectivos da Resolução 2832 (XXVI) da Assembleia Geral, com a devida atenção aos interesses de segurança dos países litorais ou não do oceano Índico». A tarefa do Comité Especial não era assim tão fácil, e aquela entidade acabou por chegar à conclusão de que o problema extremamente complexo do oceano Índico só poderia ser resolvido através dos esforços homogêneos de um foro representativo de maiores dimensões e de natureza internacional.

Assim, em 1974, a Assembleia-Geral das Nações Unidas teve de solicitar, através da sua Resolução 3259 «A», que os membros permanentes do Conselho de Segurança e outros importantes utilizadores das rotas marítimas do Índico se consultassem mutuamente a fim de tornar viável uma conferência internacional sobre o assunto em questão, de modo a descobrir os meios de converter o oceano Índico numa zona de paz. Infelizmente, nenhum dos membros permanentes do Conselho de Segurança, à excepção da China, e nenhum dos utilizadores das rotas marítimas do oceano Índico, à excepção do Japão, apoiavam a ideia adoptada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Dificuldades do comité

Embora o tom moderado da habitual expressão «rivalidade entre as grandes potências» permitisse que a União Soviética se manifestasse a favor da resolução apresentada na 32.ª Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, realizada em 1977, os Estados Unidos e outros países do Ocidente abstiveram-se novamente de votar. Nessa sessão, ficou decidido convocar, em Nova Iorque, uma conferência dos Estados litorais ou não do oceano Índico. Outros países foram também convidados e participaram na conferência, ou demonstraram a sua boa vontade em relação ao trabalho do Comité Especial para o Oceano Índico.



Em Julho de 1979, a conferência dos países litorais ou não do oceano Índico realizou-se em Nova Iorque, nela participando também os representantes dos membros permanentes do Conselho de Segurança e de importantes utilizadores das rotas marítimas do Índico. A conferência pôde adoptar um documento final que delineava um possível acordo futuro sobre a zona de paz, depois de definir os seus limites geográficos. Vale aqui notar que, na resolução adoptada em 1980, a Assembleia-Geral conseguiu os votos positivos de todos os países membros das Nações Unidas, inclusive os Estados Unidos. Depois disso, a superpo-

tência também se fez representar no Comité, em Fevereiro de 1980.

Segundo o veredicto da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Comité sobre o oceano Índico deveria preparar, também, uma conferência internacional antes do final de 1981, em Colombo, com vista a implementar a proposta de transformar o oceano Índico em zona de paz. A proposta de um grupo de países não-alinhados no sentido de que a conferência fosse realizada em Agosto de 1981 foi imediatamente recusada pelo representante norte-americano, com base no argumento de que a presença de tropas soviéticas no Afeganistão tornava impossível realizá-la. Contudo, a atitude negativa dos norte-americanos não desanimou o grupo não-alinhado, cuja minuta de agenda para a conferência permitia a livre discussão da situação política existente no Índico e, assim, dela foi eliminada a expressão habitual de «rivalidade entre as grandes potências». O grupo confirmou a sua determinação de realizar a conferência em Agosto de 1981, em Colombo.

Estados Unidos rejeitam proposta

Desde então, os Estados Unidos, e especialmente o governo Reagan, vêm rejeitando categoricamente a proposta de zona de paz e torpedeando a ideia de realizar a própria conferência. Com a excepção de Washington e de alguns dos seus companheiros de armas, quase todos os membros da ONU aceitaram, então, em princípio, a ideia de converter o oceano Índico em zona de paz e realizar a conferência internacional sobre o assunto, em Colombo, em 1983. Os Estados Unidos vêm tentando obstruir essa conferência, afirmando que só participarão se houver o que eles chamam de «novos princípios construtivos aceitáveis» para Washington e os seus aliados. Assim, é impossível prever se a próxima conferência internacional conseguirá incumbir-se da sua tarefa.

Quanto à União Soviética, a sua atitude em relação ao problema do

o oceano Índico como zona de paz tem sido bastante positiva. Já em 1964, o memorando apresentado às Nações Unidas pelo representante soviético, intitulado «Medidas para o Afrouxamento da Tensão Internacional e Reestruturação da Corrida Armamentista», continha uma secção que tratava especificamente da questão de criar zonas desnuclearizadas e propunha o oceano Índico como zona de paz. A iniciativa de Moscovo, que veio a estagnar nos anos seguintes, era o resultado do gradual aumento da presença militar norte-americana e ocidental na região.

A posição soviética nessa questão ficou clara durante o 25.º Congresso do PCUS, quando Leonid Brejnev declarou: «Tem havido ultimamente um número crescente de tomadas de posição em muitos países contra a criação, por qualquer uma das grandes potências, de bases militares na região do oceano Índico. Simpatizamos com essas declarações. A União Soviética jamais teve nem tem qualquer intenção de construir bases militares no oceano Índico. E exortamos os Estados Unidos a tomarem a mesma atitude».

Parece, assim, que a União Soviética não tem na região do Índico outros interesses senão políticos, uma vez que alguns países da área libertaram-se recentemente do jugo colonial. Moscovo não só apoiou esses países na sua luta pela independência, como continua a apoiá-los ainda hoje na sua luta contra o imperialismo, o hegemonismo, o neocolonialismo e o racismo. Além disso, a União Soviética parece favorável à ideia de transformar o Índico em zona de paz, contanto que nisso seja acompanhada pelos Estados Unidos e por outras potências.

Os não-alinhados

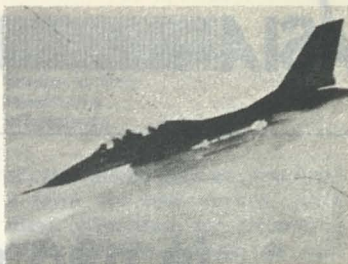
A transformação do oceano Índico em zona de paz é de importância vital para os países em desenvolvimento da região, que lutam para se afirmar como nações. Foi talvez por ter em mente o padrão independente adoptado nos países

em desenvolvimento que a sr.^a Bandaranaike observou no Primeiro Comité da Assembleia-Geral, a 12 de Outubro de 1971, que «o conceito de zona de paz é inerente ao conceito de não-alinhamento». Com efeito, a filosofia básica do Movimento dos Países Não-Alinhados visa a genuína independência nacional, cuja preservação dependeria do exercício da vontade política para o desenvolvimento nacional e obtenção de independência económica. Seria impossível atingir tais objectivos sem a paz internacional em geral e sem a paz regional em particular. A resolução adoptada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas durante a sua 26.ª Sessão, em 1971, salienta este espírito, e declara que «a determinação dos povos dos países litorais ou não do oceano Índico de preservar a sua independência, soberania e integridade territorial, e de resolver os seus problemas políticos, económicos e sociais em condições de paz e tranquilidade» é válida.

Nesse particular, embora sejam de grande importância os votos de boa vontade das superpotências, mais importantes ainda são os esforços genuínos dos países da região do oceano Índico, litorais ou não. A intensidade do seu comprometimento ou determinação de resolver o problema é o primeiro critério que levará as superpotências a sentarem-se à mesa das negociações para estudar o assunto.

Necessidade de diálogo

Por outro lado, já se observou que certos países estão apenas a dar um apoio «pró-forma» à proposta da zona de paz. A esse respeito há quem aponte que a proposta de uma Zona Desnuclearizada na Ásia do Sul, repetidamente aceite pelas Nações Unidas, foi recusada pela Índia. Enquanto as actuais bases estrangeiras, militares e navais, ou os locais onde são instaladas essas ogivas nucleares, continuarem a trazer a ameaça de agressão à região, a posição da Índia sobre a desnuclearização da área tem as suas justificativas, assim como as suas dúvidas



A poderosa máquina bélica norte-americana em Diego Garcia é uma constante ameaça aos povos da região

acerca da sua segurança são muito válidas.

Portanto, enquanto o Movimento dos Países Não-Alinhados tem de agir em conjunto para transformar o oceano Índico em zona de paz durante a próxima Conferência de Colombo, os governos locais terão de fazer um esforço genuíno para reduzir, senão eliminar, as causas de tensões mútuas. Com isso, estarão certamente a reduzir a possibilidade de que as potências externas criem tensões e promovam a corrida armamentista, procurando fazer com que as suas indústrias bélicas tirem proveito das nações litorais ou não do oceano Índico. Evitando alianças e especialmente pactos militares com as grandes potências, a influência e a presença destas últimas na região pode ser minimizada. Os seus próprios esforços no sentido de resolver conflitos através da abertura de um diálogo construtivo entre as partes em litígio eliminariam a oportunidade de intervenção das grandes potências nos seus assuntos internos.

Esses seus esforços conscientes ajudá-los-ão provavelmente muito mais a criar uma atmosfera pacífica na região do que a mera passagem de resoluções nesse sentido nos vários foros regionais ou internacionais. Encontrar soluções úteis e práticas para «os problemas políticos, económicos e sociais, em condições de paz e de tranquilidade» depende fundamentalmente dos países amantes da paz na região, já que as grandes potências, quando os seus vasos de guerra singram as águas do oceano Índico, só fazem perturbar a paz. □

Índia

O eleitor já não acredita em slogans

O resultado das eleições estaduais permite concluir que o cidadão indiano se politizou e que o seu voto deixou de ser «de cruz»

COM as mini-eleições gerais de Maio passado, a jovem democracia indiana passou por outro teste de sobrevivência e ingressou numa nova fase. Passados que são quatro meses da sua realização, é já possível fazer um balanço do seu significado e importância. Contrariando as expectativas, as eleições realizaram-se nos quatro estados sem qualquer incidente maior de violência. Em Bengala Ocidental, o pleito eleitoral foi extremamente pacífico, desmentindo as sérias dúvidas manifestadas pela própria primeira-ministra. Do mesmo modo, a despeito da presença de dezenas de guardas, os eleitores do distrito de Garhwal, ao norte de Uttar Pradesh, fizeram vista grossa às provocações e exerceram pacificamente o seu direito de voto.

Desta vez, o eleitorado votou em maior número. Além disso, reagiu favoravelmente à introdução do voto electrónico, que foi experimentado pela primeira vez na Índia no distrito eleitoral de Perur, situado no estado mais culto da Índia (Kerala), no qual o comparecimento dos eleitores foi de 75% contra 70% em outras regiões do Estado. Trata-se de um avanço político, tanto em termos de rapidez como de honestidade eleitoral. O resultado das eleições poderia ter sido divulgado em poucas horas, mas foi retardado para



Indira Gandhi face à desilusão do eleitorado

que se aguardassem os votos postais. Mesmo assim, na maioria das mesas eleitorais, os resultados foram divulgados muito mais depressa que no passado.

A derrota do oportunismo

O eleitor demonstrou também maior capacidade e politização, não só dando provas de adaptação como utilizando melhor as regras do jogo e convenções tradicionais da democracia parlamentar. Vários políticos foram punidos nas urnas pelas suas atitudes descaradamente oportunistas.

A derrota do ex-porta-voz da Assembleia de Kerala, Sr. José, é um exemplo disso. Supostamente, o porta-voz é um homem neutro. Mas, neste caso, o indivíduo em causa utilizava repetidamente o seu voto para salvar a Frente Democrática Unida (FDU). O Economic Times, de Nova Déli, descreveu o incidente em poucas palavras: «O porta-voz é, essencialmente, um servo da Casa (Assembleia). Mas, neste caso, ele transformou-se em dono da casa, promovendo virtualmente, os seus interesses».

Os resultados das eleições de-



monstraram ainda que a polarização de forças políticas intensificou-se em Kerala e Bengala Ocidental. A frente de esquerda, liderada pelo Partido Comunista da Índia (Marxista) (PCIM), obteve uma vitória esmagadora em Bengala Ocidental, que resultou principalmente da unidade entre os diferentes partidos de esquerda e pela sua boa actuação política nas zonas rurais. Da mesma forma, a UDF de Kerala, liderada pelo Partido do Congresso, de Indira Gandhi, conseguiu a maioria na Assembleia, graças principalmente à unidade entre as chamadas «forças democráticas».

Mesmo nos estados nortistas de Haryana e Himachal Pradesh, a polarização foi benéfica aos partidos da oposição. O eleitor demonstrou a sua desilusão com o partido da sra. Gandhi, que não cumpriu as suas promessas eleitorais, deixando claro que carisma e promessas, por si sós, não são suficientes. As massas populares admiram ainda certas qualidades da sra. Gandhi, mas há que reconhecer que os seus principais ministros, escolhidos a dedo na maioria dos estados, permanecem completamente separados do povo.

Infelizmente, os partidos da oposição não puderam unir-se e deixaram de apresentar uma alternativa viável ao partido da sra. Gandhi

frente ao eleitorado. O eleitor demonstrou a necessidade de uma oposição forte e sadia para a preservação dos valores democráticos e estendeu a mão aos partidos que possuem uma direcção e quadros coerentes, como o *Lok Dal* e o *Bhartiya Janata*. O *Janata* (popular) e outras duas facções do Partido do Congresso demonstraram ser insignificantes e até irrelevantes.

A propaganda não é tudo

Outro aspecto importante destas eleições é que o cidadão não se deixou levar pela propaganda maciça. Os resultados obtidos em Bengala Ocidental são prova disso. Aí, o Partido do Congresso tentou, frivolamente, explorar a questão da lei e da ordem. Mas o povo fez valer os seus pontos de vista mais enfaticamente do que o teria feito se a opção não houvesse sido imposta tão rudemente pelo partido da sra. Gandhi.

Os marxistas venceram em Bengala Ocidental graças ao seu bom desempenho no governo, que já estava nas suas mãos. Aplicaram maiores recursos no campo do que na cidade, a fim de obterem o apoio das massas rurais. O bom trabalho dos marxistas chegou a ser elogiado até mesmo pelo conservador semanário londrino, *The Economist*: «Os marxistas promoveram reformas agrárias limitadas e, portanto, viáveis, e mobilizaram os campone-

Fazer vingar os seus pontos de vista repelindo a propaganda

ses mais pobres para uma luta firme a favor dos seus direitos. Além disso, ofereceram aos eleitores o único governo honesto do sub-continente».

É curioso notar que nenhum projecto económico ou de segurança nacional recebeu destaque durante a campanha eleitoral dos partidos políticos. A oposição levantou a questão de que o empréstimo feito pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), no ano passado, ao governo de Indira, seria um suborno, e a própria sra. Gandhi fez breves comentários, nos seus discursos da campanha, à aquisição de caças *F-16* pelo Paquistão, mas estes não foram os temas centrais da campanha eleitoral. O ponto alto da campanha foi a questão da autonomia estadual versus supremacia central.

O papel de Indira

A campanha eleitoral deixou claro, mais que em qualquer época do passado, que o Partido do Congresso de Indira é uma estrutura apoiada numa base única. Nenhum líder estadual ou central tem estatura política nacional e por isso nenhum deles é capaz de influenciar os eleitores fora do seu próprio estado. Por esse motivo, a própria sra. Gandhi — a única figura proeminente do partido — teve de percorrer a maioria dos distritos eleitorais dos quatro estados indianos. O semanário *Mainstream*, de Nova Déli, escreveu: «É como se Indira fosse candidata por todos os distritos eleitorais. Uma amostragem da sua campanha indica que ela procura cobrir quase todos os distritos de um estado. Por exemplo, nos primeiros dois dias da sua supersónica passagem por Haryana, ela percorreu 27 centros populacionais — talvez um recorde mundial de corrida eleitoral».

À excepção de Bengala Ocidental, o partido da sra. Gandhi conseguiu formar o governo em todos os três estados — Haryana, Himachal Pradesh e Kerala — graças princi-

palmente aos incentivos oferecidos aos independentes e dissidentes. Uma vez que o governador de um estado é designado pelo governo central, fica ao seu critério convidar o líder de qualquer partido político ou grupo que, em sua opinião, tem o apoio da maioria. Os governos estaduais naturalmente pediram ao líder do Partido do Congresso para formar um governo, sob instruções do centro.

Convém acrescentar que a coligação de vários grupos díspares, sob a égide do Partido do Congresso, não vai demorar a entrar em colapso, tal como no passado. À medida que as pressões do dia-a-dia começarem a crescer, o governo de coligação não permanecerá convincentemente unido, e os mesmos dissidentes, atraídos pelo dinheiro e pelo poder, se juntarão a outras fileiras. Assim, não é exagero dizer que a política indiana está a voltar a viver o fenómeno da instabilidade tal como ocorreu na década de 1960.

Com os resultados das eleições, porém, uma coisa ficou clara: a sra. Gandhi parece estar a perder o seu encanto eleitoral, à medida que o cidadão indiano se torna mais maduro.

Já não é como no passado

Por ocasião das primeiras eleições após a independência, o Partido do Congresso foi beneficiado pelo seu papel no movimento de libertação nacional. Embora o *mahatma* Gandhi, o arquitecto principal da independência, se houvesse afastado do Partido do Congresso imediatamente após a independência, o Partido continuou a beneficiar de tão brilhante associação. Além disso, a liderança do partido era composta de baluartes como Jawaharlal Nehru, Maulana Abul Kalam Azad, Sardar Vallabhbhai Patel, G. B. Pant e outros. O amor popular a Nehru, o respeito por Patel, a estima por Pant, e a admiração por Azad eram suficientes: as personalidades eram tão eminentemente aceitáveis que ninguém perdia tempo a dis-

cutir questões políticas.

A euforia inicial em relação ao Partido do Congresso não durou muito, e o rombo na estrutura partidária que se pretendia monolítica e abrangente começou nos estados, quando muitos deles passaram a optar por governos alheios ao Partido.

Após as eleições gerais de 1967, o Partido do Congresso perdeu a maioria em 8 dos 16 Estados da União Indiana. Não obstante, foram necessários 30 anos de independência para que o fenómeno se manifestasse a nível nacional quando, em 1977, o partido da sra. Gandhi perdeu praticamente todas as cadeiras no norte. A derrota do partido em 1977 não se deveu, porém, ao súbito desencanto público com todas as personalidades envolvidas. A desilusão do povo tinha a ver com as questões políticas: excessos justificados pela lei de emergência, censura à Imprensa, esterilização forçada, etc. O eleitor exerceu o seu direito novamente em 1980, ao rejeitar o *Janata* e devolver o poder a Indira Gandhi. A deposição do *Janata* resultou também da preocupação do povo com questões públicas como o alto custo de vida, o

desacato à lei e à ordem e a enorme ineficiência administrativa.

Mais uma vez, ficou demonstrado que, quando irritado com assuntos que têm a ver com a sua vida diária, o eleitor é perfeitamente capaz de provocar uma drástica e dramática mudança no governo. Actualmente, o eleitor indiano é mais influenciado por assuntos políticos do que por personalidades. Seria prematuro prever se o eleitor rejeitará ou não o governo de Indira Gandhi nas eleições gerais de 1985.

O eleitorado indiano já deixou claro que tem duas opções diferentes para o governo central e para os estados. Mais claro ainda é o facto de que as massas não se deixam levar mais por *slogans* vazios. Exigem acções concretas. Quando um membro do governo se mostra ineficiente, sabe como ensinar-lhe a devida lição. No passado, o povo indiano disse aos governantes britânicos que nenhum bom governo podia substituir o governo autónomo. Agora esse mesmo povo percebe que o oposto também é verdadeiro: nenhum governo autónomo pode substituir um bom governo. (Ash N. Roy) □

O novo presidente

GIANI Zail Singh, um lutador pela causa da liberdade, missionário sikr e jornalista antes de se tornar político, foi eleito por maioria esmagadora como o sétimo presidente da República da Índia no passado mês de Julho.

Quinhentos e vinte e sete membros do Congresso (num total de 752) e uma nítida maioria das assembleias estatais – à excepção das de Bengala Ocidental e Tripura – votaram pelo candidato do Partido do Congresso, actualmente no governo.

O candidato da oposição e ex-juiz do Supremo Tribunal, H. Khanna, obteve, como se esperava, um modesto segundo lugar, novamente com a excepção de Bengala Ocidental e Tripura e, em menor escala, nos estados de Kerala e Himachal Pradesh.

O resultado é interpretado como um triunfo da disciplina e da organização do Partido do Congresso e como resultado das disputas travadas entre a oposição.

A vitória de Zail Singh é a segunda em maioria depois da que S. Radhakrishnan obteve em 1962, como segundo presidente da República.

A morte de Koirola líder e símbolo da oposição

O desaparecimento do velho resistente nepalês ocorre num momento particularmente difícil para a oposição do reino do Himalaya

Narinder Koshla

A morte, em 21 de Julho último, do líder da oposição, Bisweswok Prasad Koirola, constitui uma grave perda para o movimento pela democratização do reino do Nepal.

Koirola, popularmente conhecido por B.P., faleceu com 67 anos após uma vida marcada pela resistência, a perseguição, a prisão, e o exílio, desaparecendo quando a oposição e o seu próprio Partido do Congresso Nepalês (PCN) se encontram divididos e isolados.

Koirola era um membro da velha guarda da Internacional Socialista e no início da sua actividade política foi influenciado pelo movimento de independência da Índia. Era a época em que a família Rana dominava o país, controlando o governo e mantendo durante cerca de um século o Nepal isolado do resto do mundo.

O clã autocrático foi derrubado em 1951 e em 1959 efectuaram-se as primeiras eleições no montanhoso reino. Triunfou o PCN de Koirola que tentou executar o seu programa de modernização que incluía a reforma agrária, uma política de redistribuição dos rendimentos e a criação de uma administração pública virtualmente inexistente, mas em virtude da Constituição, o parlamento dependia do monarca, depositário da soberania e do poder

real. O analfabetismo atingia a grande maioria da população e segundo as tradições religiosas atribuía-se natureza divina ao rei.

Pouco depois de um ano de governo, deu-se um confronto entre Koirola e o então rei Mahendra que dissolveu o parlamento e encarcerou o líder do PCN.

Mahendra restabeleceu a monarquia absoluta e impôs um regime que prescindia dos partidos políticos que, com ligeiras modificações, continua em vigência.

Koirola passou oito anos na prisão e depois outros oito exilado na Índia. Regressou ao reino do Himalaia em 1976 e foi novamente encarcerado, para em seguida lhe ser autorizada a saída do país onde regressou pela última vez em 1978.

Uma sociedade feudal

A luta de Koirola e da oposição nepalesa estão dirigidas contra a monarquia absoluta e o Panchayat (parlamento), cuja função se limita a aprovar os projectos enviados pela casa real.

O PCN concordou em aceitar um projecto de Constituição em que lhe era reconhecido um papel limitado mas no qual a monarquia deveria outorgar ao governo um regime multipartidário. Apesar da concessão, o rei negou-se a qualquer reforma.

Com o actual rei Birendra, foi efectuado em 1980 um plebiscito em relação ao regime do Panchayat e à sua alternativa, o sistema multipartidário. A opção pelo Panchayat recolheu 55 por cento dos votos e o multipartidarismo 45 por cento.

Numa sociedade condicionada pelas estruturas feudais — em que o peso da tradição e da religião constituem um apoio importante do monarca — a percentagem obtida pelas forças democráticas foi um excelente resultado, tanto mais tendo em conta as dificuldades com que a oposição defrontou no contacto com a maioritária população rural.

Nas vésperas das eleições do ano passado, a oposição considerou que não contava com garantias democráticas mínimas e recusou-se a participar, decisão difícil que alguns consideraram errada.

Foi eleito o primeiro-ministro Surya Bahadur Thapa, tendo a afluência às urnas sido relativamente elevada apesar dos apelos da oposição para a abstenção. A doença de Koirola, o velho lutador que invariavelmente resolvia as contradições no interior do PCN, teve grande influência neste desfecho.

A morte de Koirola, líder e símbolo, deu-se, assim, num momento particularmente difícil para a oposição nepalesa, a braços agora com a tarefa de encontrar um substituto para B.P. e de reanimar o movimento contra o regime monárquico. □

Uma constituição de botas

Com o anunciado referendo da Junta militar, o eleitorado turco vê-se constringido a escolher o menor de dois males

Agustin Castaño

DITADURA encapotada ou ditadura sem disfarce: tal a proposta que surge do projecto de Constituição que a Junta militar pretende impor através de «referendo».

Apesar da censura e da repressão, a divulgação, em fins de Julho passado, dos duzentos artigos do projecto, levantou numerosas críticas e tomadas de posição de repúdio, o que, segundo alguns observadores, poderia levar o poder castrense a emendar o referido projecto parcialmente.

Aqueles que assim pensam, referem que a Turquia, a manter as suas aspirações de ingresso na Comunidade Económica Europeia (CEE), não pode adoptar um regime contrário à democracia liberal, sob pena de ver fechadas as portas do Mercado Comum Europeu e deterioradas as suas relações com os demais países do velho continente.

Outros, por outro lado, pensam que nem as oposições externas nem internas serão suficientes para neutralizar o desígnio da Junta militar de implantar um regime autoritário, nem o desejo do general Kenan Evren, presidente da mesma, de perpetuar-se no poder. As declarações dos militares parecem vir dar razão a quem assim argumenta.

Pouco tempo depois da apresentação pública do projecto, um jornalista estrangeiro perguntou ao general Evren o que sucederia caso o resultado do referendo a realizar em Novembro fosse 'negativo'. A resposta do presidente da Junta não se fez esperar: «isso significaria que o povo está contente connosco». O primeiro-ministro, almirante Bulent



Ulusu foi, se acaso era ainda possível, mais explícito: «em tal caso o meu governo prosseguirá em funções».

A extorsão está pois montada: ou votar a favor da nova Constituição, ainda que isso dê origem a um governo autoritário, ou, caso contrário, manter-se-á a Junta militar. O povo turco ver-se-á constringido a escolher de entre dois males aquele que considerar menor.

Após ter tomado o poder em Setembro de 1980, na sequência de um período caótico que levou o país à

beira da guerra civil, a Junta militar prometeu a restauração do sistema democrático não sem que antes fossem «corrigidas as causas da desordem e da violência». Algum tempo depois, o general Evren instituiu um conselho consultivo composto por 160 membros, que gozavam de uma particularidade: todos eram designados pela Junta.

O referido conselho consultivo viria a nomear um comité constituinte a quem foi recomendado que redigisse um projecto de Constituição, o qual, após ser examinado



Para o general Evren (em cima) um «não» no referendo significará uma aprovação popular da acção da Junta militar que mantém presos os principais adversários do projecto constitucional, como o antigo primeiro-ministro Bulent Ecevit (ao lado)



pelo próprio conselho e, em última e definitiva instância, pela Junta, seria submetido a referendo.

O projecto apresentado é de tal modo autoritário e insustentável de um ponto de vista jurídico que vários foram os membros do conselho — não obstante a grande predominância de ultra-conservadores — que lhe teceram abertas críticas.

Nos seus aspectos gerais, o projecto preconiza:

— a atribuição ao presidente de poderes quase ilimitados e aos altos comandos das Forças Armadas o controlo, de facto, do governo.

— restrições severas às liberdades públicas e à Imprensa, bem como aos sindicatos que veriam reduzido praticamente a nada o seu papel.

— a possibilidade de tanto o governo como o Parlamento poderem ser dissolvidos pelo presidente do

Estado, cujo mandato teria sete anos, durante os quais não teria de responder perante ninguém dos seus actos ou decisões.

— a manutenção «fora-da-lei» do comunismo, do fascismo e dos partidários de um Estado religioso.

— a permanência em vigor das leis que regem a dissolução dos partidos e da privação de direitos políticos a numerosos políticos e sindicalistas, na sua maioria progressistas.

Tais proibições, juntamente com a repressão, a censura e o medo político generalizado, demonstram por si só a singular institucionalização que pretendem impor os militares turcos. O projecto foi apenas elogiado pelo presidente da confederação empresarial, Halit Narin, e por alguns expoentes da direita. Fora desse minoritário círculo, choeram as críticas, inclusive vindas

da Imprensa moderada que se expressou com a cautela que a situação exige.

De um ponto de vista social, quem melhor terá definido o projecto foi, singularmente, a central sindical centrista, que, por ter tal orientação, é tolerada pelo regime. De facto, a Turk-is, como se designa a referida central sindical, manifestou num comunicado onde se denuncia o intento de amordaçar a Imprensa e despojar os sindicatos da sua eficácia que «se corre o risco de os desejos dos patrões serem institucionalizados». Quanto aos dirigentes da esquerda, os maiores adversários do projecto donstitucional, ninguém tem sequer a possibilidade de conhecer as suas opiniões, porque ou estão presos ou ameaçados de o serem, caso abram a boca. □

arnaud

desde 1870

EM QUALQUER PONTO QUE PRECISE

CARGA AÉREA
FRETAMENTOS
GRUPAGENS
DESPACHOS
CONTENTORES
CAMIÕES TIR

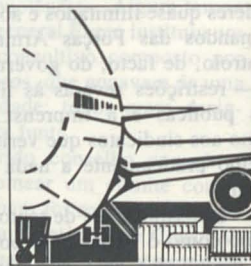
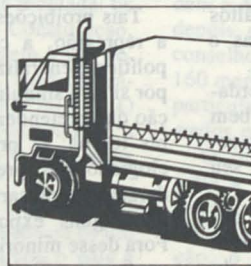
PORTUGAL
LISBOA
ESCRITÓRIOS
Av. 24 de Julho, 2-2.º D
Telef. 361391/2/3/4/5
Telex 12704 ARNAU P
1200 LISBOA

PORTUGAL
PORTO
ESCRITÓRIOS
Rua Infante D. Henrique, 83-2.º
Telef. 315511
Telex 22200 ARNOPO P
4000 PORTO

REPÚBLICA POPULAR
DE ANGOLA
LUANDA
Av. 4 de Fevereiro
Edifício Presidente, SALA 441, 4.º Andar
Caixa Postal 2271
Tel. 71788/71483/71518
TELEX 3159 ARNAUD AN
LUANDA

REPÚBLICA POPULAR
DE MOÇAMBIQUE
MAPUTO
Av. Armando Tivane, 494
Tel. 741143
Telex 6528 COFIN MO
MAPUTO

MARINHA GRANDE • AÇORES • MADEIRA



A guerra continua

Com a intensificação da agressão armada ao sul angolano, o regime do apartheid pretende atrasar a todo o custo a descolonização da Namíbia

Baptista da Silva e Esteban Valenti



QUANDO, a 24 de Julho passado, o coronel Pedro Maria Tonha (Pedalé), ministro da Defesa da República Popular de Angola, anunciava em conferência de imprensa, em Luanda, que «os racistas sul-africanos prepara(va)m uma nova agressão» contra o seu país, a imprensa internacional, de uma maneira geral (como tem sido usual*), deu pouco destaque à denúncia então feita por aquele alto responsável das FAPLA e do Estado angolano. Os factos posteriores, no entanto, encarregar-se-iam de mostrar até que ponto essas denúncias tinham fundamento.

Na realidade, os sinais dos preparativos por parte do regime de Pretória para uma nova aventura bélica

não eram poucos. Os voos de reconhecimento em todo o sul da República Popular de Angola, em particular nas províncias do Cunene, Huila e Namibe (antiga Moçâmedes) eram acompanhados por incursões de patrulhas sul-africanas, enquanto que nos finais desse mesmo mês de Julho, Cahama, quase integralmente arrasada durante a invasão racista de Agosto do ano passado, era alvo de novo de uma esquadilha de *Mirages* sul-africanos estacionados no norte do território da Namíbia. Enquanto isso, ao longo da fronteira com Angola, o regime de Pretória fazia concentrar milhares de efectivos, de que se destacavam forças de comandos, unidades heliotransportadas, forças de mercenários, para

além de reforçar substancialmente as esquadilhas de aviões de combate sediadas nas bases do norte do ilegalmente ocupado território namíbio.

É, no entanto, no início de Agosto que a criminoso ofensiva dos «cães de guerra» do apartheid em território angolano ganha corpo. A partir de Xangongo e Ngiwa — posições que os sul-africanos conservam desde a invasão de Agosto do ano passado — as tropas de Pretória, apoiadas em forças de mercenários e bandos de contra-revolucionários angolanos por si treinados e armados, lançam uma ofensiva contra Cuvelai numa grande operação de envolvimento pelo leste da província do Cunene, aparentemente com o ob-

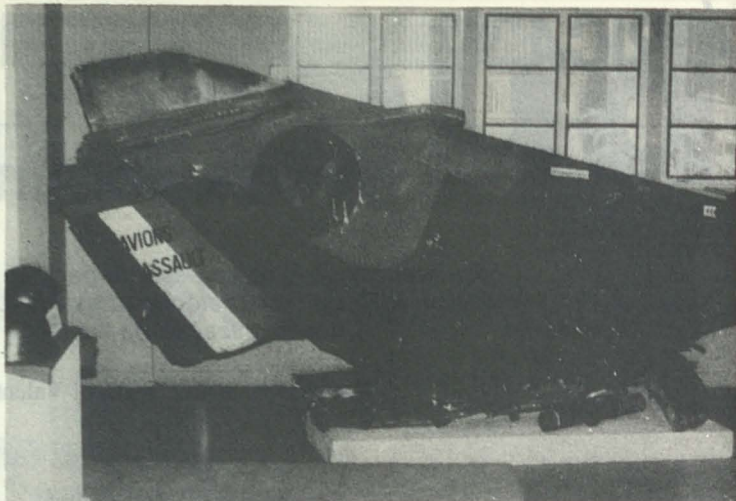
jectivo de atingir a capital da Huila, Lubango, importante centro estratégico das Forças Armadas angolanas (FAPLA), onde se localiza o estado-maior de toda a região sul.

A ofensiva sul-africana encontrou, porém, uma resistência com que por certo os estrategos, de Pretória não contariam. Isso mesmo é reconhecido por quase todos os observadores e correspondentes que se deslocaram à zona de combates. Alguns desses observadores interpretaram mesmo a deslocação de tropas pelo leste do Cunene como uma tentativa de evitar o confronto com a resistência organizada das FAPLA entrincheiradas junto das linhas defensivas de Cahama. Por outro lado, ao mesmo tempo que essa ofensiva sul-africana tinha lugar em território angolano, a SWAPO, movimento de libertação da Namíbia, anunciava importantes perdas infligidas às forças de ocupação sul-africanas em território da antiga colónia alemã. Isso mesmo viria a ser reconhecido pelo ministro da Defesa sul-africano ao confirmar a perda de um helicóptero «Puma» e a morte dos seus quinze passageiros, dos quais, no entanto, se recusou a fornecer a identificação.

Alargar a «zona-tampão»...

Mas se os objectivos militares da ofensiva de Pretória em território angolano parecem ser claros, os ganhos políticos e diplomáticos daí resultantes parecem ser muito mais nublados. Sobretudo se se tiver em conta que esta nova agressão mereceu o repúdio da esmagadora maioria dos países africanos — veja-se por exemplo a declaração final dos 32 países presentes em Tripoli para a cimeira da OUA que não se veio a realizar —, de países ocidentais que integram o grupo de Contacto para a Namíbia, como a França, Grã-Bretanha, República Federal Alemã, e de muitos outros, de que se destacam Portugal e a Espanha.

Para o leitor que acompanha «por alto» a situação na África Austral, esta intensificação da agressão sul-africana poder-lhe-á parecer tanto mais estranha quanto a im-



«Eles matam e destroem mas serão derrotados», assegura a legenda desta asa de um «Mirage» abatido pela artilharia antiaérea das FAPLA. Nas últimas investidas de Pretória, as baixas da aviação sul-africana têm aumentado consideravelmente

prensa internacional se tem feito eco de um possível cessar-fogo na Namíbia e de prováveis eleições, supervisionadas pela ONU, naquele território, já para o próximo ano. Segundo fontes do governo angolano, o objectivo sul-africano parece ser consolidar e alargar a área de ocupação que já detinham no sul de Angola, por forma a manterem assim um poderoso factor de pressão sobre Luanda em relação às negociações que presentemente se travam sobre a Namíbia. Isso mesmo viria a ser denunciado pelo presidente José Eduardo dos Santos quando da sua estadia em Tripoli, onde o líder angolano anunciou que, desde Agosto do ano passado, a África do Sul mantinha em Angola cerca de 5 mil e 500 homens, apoiados por um elevado número de blindados, e contando com uma poderosíssima cobertura aérea estacionada no norte da Namíbia.

Mais do que criar uma zona imune de «infiltrações» da SWAPO, como referia a imprensa afecta ao regime do apartheid, a intensificação das acções militares de Pretória no sul de Angola parece ter como objectivo não só a destruição e desorganização do aparelho produtivo da RPA nessa vasta região — os objectivos económicos têm sido um dos alvos preferenciais da artilharia e da aviação

sul-africanas —, com os inevitáveis efeitos na sua balança comercial e de Pagamentos, como a fazer com que sejam desviadas para o sector da Defesa e Segurança de Angola importantíssimas verbas que, de outro modo, seriam obviamente canalizadas para o desenvolvimento. O «Jornal de Angola» referia recentemente que, desde 1975 até aos nossos dias, as agressões da África do Sul já haviam causado um prejuízo de 7 milhões de dólares. Por outro lado, e simultaneamente, Pretória, ao tentar alargar aquilo que se designou por «zona-tampão» no sul angolano, pretende dar terreno de manobra aos fantoches angolanos por si apoiados para que estes eventualmente pudessem vir a ser «catalpados» ao papel de «interlocutores» nas negociações sobre a criação de uma zona desmilitarizada junto das fronteiras com a Namíbia.

As deslocações dos «itinerantes» da Casa Branca


Outro factor a entrar em linha de conta, em qualquer tipo de análise sobre a complexa situação que se vive na África Austral, será necessariamente as deslocações dos sucessivos embaixadores «itinerantes» da Casa Branca pelas diferentes capitais do cone sul africano. E isto

porque a data de calendário e a ocorrência dessas deslocações são, por vezes, muito mais elucidativas do que propriamente as declarações proferidas por esses mandatários da administração Reagan. Atentemos em apenas dois exemplos: coincidindo com a visita a Luanda do general Vernon Walters, «embaixador itinerante» dos Estados Unidos, muito activo em África (vejam-se as suas sucessivas deslocações a Marrocos) — aliás o estilo da «diplomacia ultra-móvel» parece constituir um expediente universal para Reagan — a África do Sul bombardeava intensamente com a sua aviação o sul do território angolano; mais recentemente, quando o subsecretário de Estado adjunto norte-americano para os assuntos africanos, Frank Wysner, que já havia acompanhado Walters, chegava a Luanda, a 17 de Agosto, para conversações com as autoridades de Luanda, a ofensiva sul-africana recrudescia de violência em torno dos importantes eixos rodoviários de Mulundo e Cuvelai.

Coincidência? Para o avaliar quase que se torna obrigatório recordar outras experiências «itinerantes», como sejam a do ex-secretário de Estado Alexander Haig entre Buenos Aires e Londres na questão das Malvinas, quando, impavidamente, a frota britânica se deslocava para o Atlântico Sul; ou para o drama do Líbano e mais concretamente de Beirute, onde outro «itinerante», Philip Habib, procurava uma suposta «mediação» enquanto tanques, aviões e artilharia israelitas massacravam a ferro-e-fogo as populações libanesa e palestina.

A questão que se põe é das duas uma: ou os aliados dos Estados Unidos têm muito pouco «respeitinho» pelo seu protector e impõem o seu critério pelas armas; ou, pelo contrário, as armas pretendem ser o suporte da acção diplomática norte-americana, dado que os objectivos estratégicos de protegidos e «protector» coincidem plenamente em todos os casos.

É de reacar que, face ao desenvolvimento dos acontecimentos no

A black and white portrait of José Eduardo dos Santos, the leader of the Angolan People's Revolutionary Armed and Forces (FAPLA). He is shown from the chest up, wearing a light-colored shirt and a dark tie. He has a serious expression and is looking slightly to the right of the camera. The background is a plain, light color.

José Eduardo dos Santos: dar ao inimigo a lição que ele merece

Líbano, os círculos mais belicosos e sanguinários de Pretória, as centenas de conselheiros israelitas que dão assessoria às forças armadas sul-africanas e às suas unidades de mercenários pressionem no sentido de ser implementado um plano similar para Angola. As consequências de uma possível aventura como essa seriam incalculáveis, não só para a paz na região como para o quadro global das relações internacionais.

Por outro lado, não é lícito pensar que as agressões contra a República Popular de Angola por parte do regime de Pretória são completamente desligadas das acções de desestabilização que a República da África do Sul promove na Suazilândia ou no Zimbábue, ou do acrescido apoio que o *apartheid* vem concedendo ao autoproclamado Movimento de Resistência Moçambicana, grupo a que não se conhece programa ou ideologia mas apenas actos de banditismo contra populações civis indefesas. Sem incorrer no exagero, poder-se-ia afirmar que a «guerra de Angola» se insere no contexto mais geral do «conflito da África Austral»; se o regime de Pretória na sua

agressão a território angolano terá de equacionar problemas políticos, militares e logísticos específicos, certo é também que isso constituirá apenas uma parte dos dados que estão por detrás da análise e da estratégia escolhidas pelos dirigentes do *apartheid* para toda a África Austral.

Em Angola, apesar dos milhares de vítimas que os ataques e a ocupação sul-africanos têm causado, sobretudo a partir de Agosto de 81, das centenas de milhares de deslocados que se viram obrigados a procurar outras zonas do país, dos problemas económicos e sociais infligidos, dos milhões de dólares de prejuízos, os objectivos militares e políticos pretendidos por Pretória não puderam ser atingidos. E vários foram os países do continente africano, como a Nigéria, Moçambique, Tanzania, Madagascar e outros, que, invocando o artigo 51 da Carta da ONU, manifestaram a sua disposição de participar militarmente na defesa do território angolano. Por outro lado, aumentou sensivelmente o isolamento internacional da África do Sul, que conheceu talvez a sua

maior derrota política quando da realização da Assembleia Geral especial da ONU sobre a Namíbia.

No momento em que escrevemos estas linhas, a ofensiva sul-africana em território angolano prosseguia, tendo, nesta ocasião, colunas de blindados atingido a zona mineira de Cassinga, na província da Huila, a mais de 200 quilómetros da fronteira com a Namíbia. E torna-se impossível prever até onde irá esta nova aventura militar sul-africana. Mas, tanto da parte das tropas como dos dirigentes sul-africanos, há — por experiência de todos estes meses — a certeza de encontrar em uma resistência por parte dos combatentes angolanos. Isso mesmo reafirmava recentemente o presidente José Eduardo dos Santos: «o nosso dever é redobrar os esforços para assegurar a defesa armada do nosso país e da nossa população. Todos nos devemos mobilizar para defender a pátria agredida, para saber no momento exacto neutralizar as investidas do inimigo e dar-lhe a lição que ele merece, porque queremos consolidar a nossa revolução e pretendemos construir uma pátria nova».

A consolidação e o desenvolvimento na África Austral de processos revolucionários como o de Angola, Zimbabwe ou Moçambique representam precisamente um dos maiores perigos para o regime de Pretória, não só para a sua ocupação ilegal da Namíbia, mas, sobretudo, como exemplo e ponto de referência para as populações oprimidas na África do Sul pelo regime do *apartheid*. E é esse regime, historicamente condenado, que Piether Botha e os seus acólitos civis e militares procuram denodadamente fazer sobreviver. Os balões de oxigénio passam por agressões armadas (como esta levada a cabo contra Angola), conjuras, no sentido de fazer inverter a 180 graus os processos libertadores nesses países ou pelo assassinato de dirigentes do movimento anti-*apartheid* na África do Sul, como Ruth First e tantos outros.

(*) Ver «Como a imprensa esqueceu a guerra», no N.º 39 de cadernos.



Os novos ataques do «apartheid» procuram alargar a «zona tampão» para servir de meio de pressão nas conversações sobre a Namíbia, numa altura em que Sam Nujoma (ao centro) tem anunciado um crescente número de operações militares do Exército Popular de Libertação da Namíbia-PLAN (em baixo)



Petróleo e independência nacional

Pedro de Castro Van Dunen, ministro da Energia, explica, a traços gerais, a política energética do seu país e aponta os efeitos negativos que a queda dos preços internacionais de petróleo teve na economia da República Popular de Angola

Roberto Remo

O tenente-coronel Pedro de Castro dos Santos Van Dunen (Loy) visitou recentemente o Brasil, encabeçando uma missão de alto nível que assinou diversos convênios bilaterais. Durante a sua visita concedeu a *cadernos do terceiro mundo* a seguinte entrevista exclusiva, a única que deu durante a sua estadia. Pedro Van Dunen é ministro da Energia desde a criação da pasta, a 1 de Julho de 1980. Tem 40 anos e é formado em engenharia eletrotécnica na União Soviética. É deputado da Assembleia Popular e coordenador da Comissão de Energia da SADCC (Comissão de Cooperação e Desenvolvimento da África Austral), organismo que reúne o grupo de países independentes da África Austral. É, também, presidente da Comissão Mista Brasil-Angola, pela parte angolana.

Quais as linhas centrais da política energética angolana?

— Só agora começamos a definir qual será a política energética do nosso país. A infra-estrutura energética de Angola foi criada durante a guerra colonial, sem considerar aspectos do planeamento nem mesmo levar em conta o desenvolvimento do país. Chegámos assim à inde-



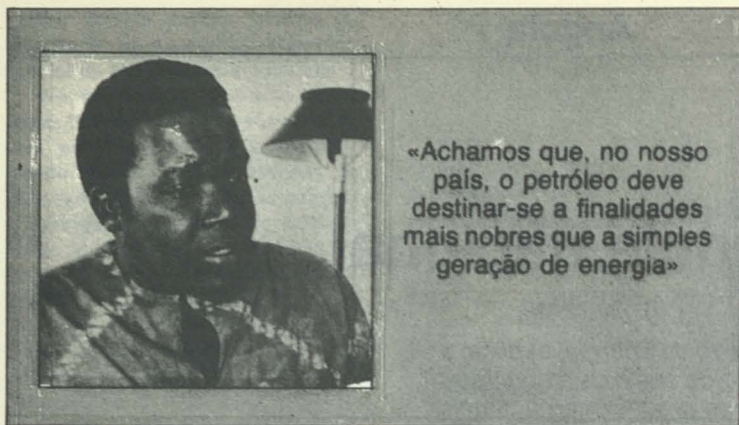
Pedro Van Dunen: «os nossos recursos petrolíferos não são tão grandes como desejaríamos»

pendência, sem estudos nem experiência nesse sector. Agora estamos a realizar esforços consideráveis para definir essa política.

Em primeiro lugar, naturalmente, teremos de avaliar a procura, as nossas necessidades, para estudar de-

pois as formas de estabelecer um equilíbrio energético. Nesta etapa, o desenvolvimento da energia hidro-eléctrica foi considerado prioritário.

Além do mais, dispomos de outras formas de energia potencial-



«Achamos que, no nosso país, o petróleo deve destinar-se a finalidades mais nobres que a simples geração de energia»

mente importantes, como a biomassa, a energia solar e a energia eólica. Estamos a começar a estudar a sua utilização e achamos que futuramente poderemos usar a biomassa como fonte energética em pequena escala. A médio prazo, a biomassa deverá ser uma fonte importante de energia no nosso país.

E dispomos, também, naturalmente, dos recursos petrolíferos, que não são tão grandes como desejaríamos. O petróleo é explorado actualmente em pequena escala. Para ampliá-la, será necessário realizar investimentos de grande monta e o nosso país, por enquanto, não está em condições de fazê-lo.

Qual é a participação do petróleo no comércio externo angolano?

— Exportamos actualmente entre 130 e 140 mil barris diários, o que corresponde a 80 % do valor das nossas importações. O petróleo é um grande gerador de divisas para Angola.

Utilizamos o petróleo igualmente como fonte de energia. Contudo, o modelo de desenvolvimento institucionalizado pelos portugueses no nosso país dirigia os recursos unicamente para as aldeias e cidades onde se concentravam as comunidades portuguesas, enquanto que uma grande parte do interior do país era deixada à margem. Aí, a maior parte da energia provém de pequenos ge-

radores que consomem derivados de petróleo. Um dos nossos objectivos é, precisamente, utilizar a biomassa e a energia solar como fontes alternativas para corrigir essa situação, que ainda subsiste nas comunidades rurais.

Integração energética

Presentemente a Comissão de Energia dos países independentes da África Austral está sob a sua chefia. Qual é o estado das negociações sobre integração regional em termos energéticos?

— Os nossos países da África Austral decidiram juntar esforços formando, nesse sentido, um organismo de integração, a SADCC — da qual participam Angola, Moçambique, Botswana, Zâmbia, Tanzania, Zimbaúwe, Malawi, Suazilândia e Lesoto — e que visa a diminuição da sua dependência da África do Sul. Um dos aspectos da integração é naturalmente o energético, cuja actividade o nosso país está a coordenar. Angola é o único produtor de petróleo da região e, por essa razão, deverá ser o encarregado do abastecimento de «crude» e derivados aos demais países da área.

Angola está em condições de fazê-lo?

— Ainda é cedo para poder responder. Só agora estamos iniciando os estudos, colhendo os dados de

cada um dos países para poder calcular as necessidades e depois estabelecer o balanço energético. Nós achamos que o petróleo, no nosso país, deve destinar-se a finalidades mais nobres que a simples geração de energia, mas existem também outros recursos a nível regional que devem ser desenvolvidos para que se estabeleça um balanço energético. O petróleo continuará a ser uma importante fonte de energia, mas não a única.

Em que medida Angola programou esses «usos mais nobres» do petróleo?

— Actualmente, a transformação do petróleo que se realiza em Angola é muito deficiente. Estamos a estudar a instalação, no nosso país de uma indústria petroquímica. Já se encontra adiantada a preparação de um projecto para instalar uma unidade de produção de amónio, produtos ligados à indústria de fosfatos destinados à produção de fertilizantes.

O controlo das transnacionais

Quais são os actuais compradores do petróleo angolano?

— Exportamos o produto especialmente para os Estados Unidos, por razões peculiares, já que as companhias norte-americanas exploram a maioria dos poços de petróleo angolano. Exportamos algum petróleo para a Europa e também para o Brasil.

Angola pode controlar a actividade dessas transnacionais petrolíferas no seu território?

— Temos vários mecanismos de controlo. Em primeiro lugar a nossa própria legislação, que regulamenta as concessionárias. Contamos também com a participação da empresa estatal angolana Sonangol, que tem em Cabinda 51 % da participação accionária da exploração do produto, realizada juntamente com a Gulf Oil.

Contudo, esse controlo ainda não é totalmente eficaz. Estamos a estudar novas formas, com a participação mais directa dos nossos próprios quadros técnicos. Mas estes, por razões óbvias, não são suficientes. Muitos estudantes angolanos estão-se a especializar no exterior, mas para cobrir essas necessidades em matéria de petróleo, precisamos formar mais quadros. Estamos a planear sistemas que obriguem as companhias a participarem activamente na formação de técnicos angolanos, com contribuições financeiras, concedendo bolsas de estudo e criando no país estruturas de formação profissional.

Acreditamos que a médio prazo, em dez ou quinze anos, Angola poderá dispor de um contingente capaz de levar a cabo todo o tipo de actividade em matéria de petróleo.

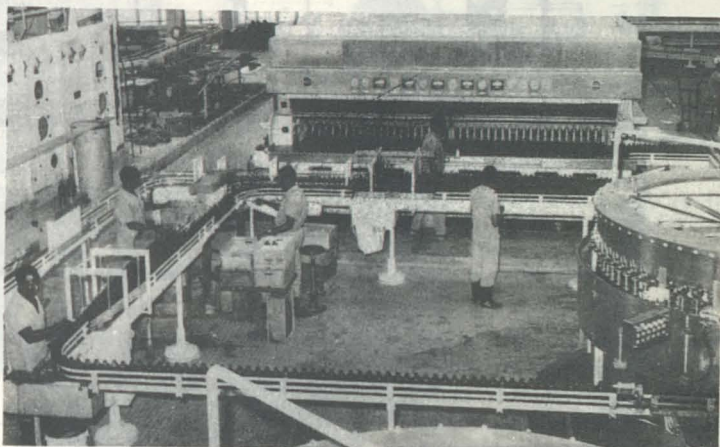
Angola não é membro da OPEP. Como define então a sua política em termos de preços e contratos?

— Embora não pertençamos à OPEP, tratamos de acompanhar a sua política, já que esta tem uma forte incidência no comportamento do mercado. O nosso objectivo é estabelecer relações duradouras, justas e a longo prazo com os compradores, de forma a que a nossa produção não seja atingida, pois o petróleo é muito importante para a nossa balança comercial. Visamos a implementação de uma política mais conveniente, que satisfaça os interesses da República Popular de Angola e também os dos nossos clientes. E essa política tem surtido efeitos positivos. Por outro lado, a nossa produção de petróleo é muito pequena, não temos condições para influenciar o mercado.

Em que medida a queda do preço internacional do petróleo atingiu Angola?

— Obviamente, fomos muito atingidos. Para manter o nível anterior de desenvolvimento teríamos que produzir muito mais petróleo

«O desenvolvimento de relações económicas entre países com ideologias diferentes é uma tendência cada vez mais acentuada»



«A indústria é uma outra actividade a ser desenvolvida»

para poder compensar a sua baixa cotação no mercado internacional. Isso tem criado dificuldades de toda a ordem que estamos tentando superar mediante o desenvolvimento de outras áreas de actividade, como a pesca, a agricultura, a agro-indústria e a mineração, de forma a diminuir, a médio prazo, essa dependência da economia do nosso país no que diz respeito a um único recurso, o petróleo.

«A moeda-petróleo»

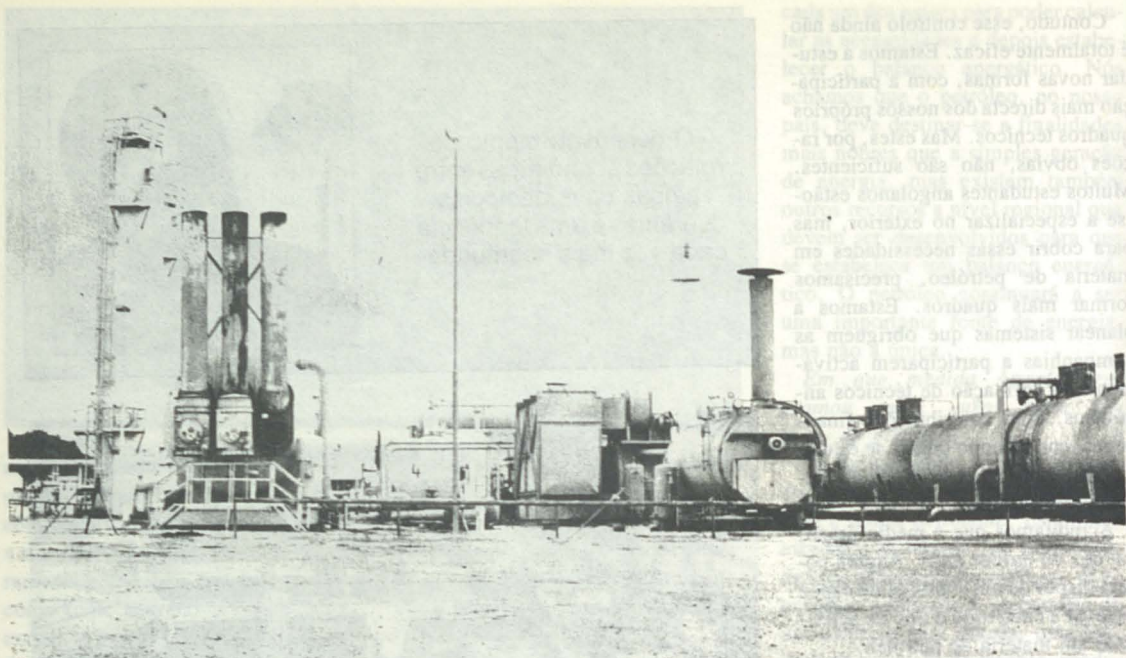
Durante esta sua visita ao Brasil falou-se do estabelecimento de um novo sistema de intercâmbio entre os dois países, segundo o qual Angola pagaria as suas importações em

«moeda-petróleo». Acha que essa poderia ser uma nova fórmula para as relações económicas Sul-Sul?

—No quadro das relações económicas internacionais, há uma tendência para estabelecer a troca directa como uma forma de desenvolvimento dessas relações.

Retoma-se a tradição dos antepassados...

— Talvez. Claro que não é a troca directa de forma pura, mas um sistema de intercâmbio que tende a estabelecer um tratamento mais justo para ambas as partes. Nós ainda não praticamos esse tipo de relacionamento. Nunca sequer pensamos na utilização desse mecanismo de moeda-petróleo para o estabelecimento das trocas comer-



«Angola definiu o petróleo como elemento de sustentação do seu desenvolvimento económico»

ciais. Na realidade, essa proposta brasileira apanhou-nos um pouco de surpresa. Vamos estudá-la, analisar as suas implicações, o seu contexto e só depois estaremos em condições de dar uma resposta à proposta apresentada.

Em todo o caso, se chegarmos a pôr em prática essa ideia do ministro brasileiro César Cals, no sentido de utilizar o petróleo como moeda, acho que isso não deveria ser somente aplicado ao projecto Kapanga (central hidroeléctrica a ser construída em Angola por empresas brasileiras) mas deveria abranger também outros campos. O Brasil é um país com uma indústria bastante desenvolvida, tem experiências adquiridas que nós poderíamos aproveitar.

Angola definiu o petróleo como o elemento de sustentação do seu desenvolvimento. No quadro dessas relações, caso seja aceite a proposta brasileira, poder-se-iam estudar as modalidades que permitissem assim a participação do Brasil bem como o seu compromisso no desenvolvi-

«A queda dos preços do petróleo criou-nos todo o tipo de dificuldades e estamos tentando superá-las desenvolvendo a agricultura, a agro-indústria, a pesca e a mineração»

mento económico de Angola na instalação de capacidades produtivas, seja no sector industrial ou no agrícola.

A moeda-petróleo não seria utilizada, então, para pagar mercadorias, mas tecnologia brasileira...

— Não poderia ser de outra maneira.

As relações bilaterais não são prejudicadas pelas diferenças ideológicas entre os governos de Luanda e Brasília?

— O desenvolvimento de relações económicas entre países com ideologias diferentes é também uma

tendência cada vez mais acentuada no mundo de hoje. Nós desejamos relacionarmo-nos com todos os países, na base da não-ingerência e respeito mútuos.

Além do mais, há outras premissas que nos caracterizam: angolanos e brasileiros têm um passado histórico com muitos aspectos comuns e vínculos culturais suficientemente importantes para desenvolverem uma relação estreita.

Soma-se a isso o factor da assimilação de tecnologia. O Brasil experimentou na sua própria pele os males da sofisticação na primeira fase da assimilação de novas tecnologias e optou por algumas soluções intermédias, mais de acordo com a situação concreta do país. Nós estamos em condições semelhantes, a natureza dos nossos homens, as suas concepções, seus modos de vida fazem com que possamos utilizar tecnologias brasileiras com muito poucas adaptações. Para nós, é muito mais fácil tratar com brasileiros do que com suíços ou suecos, por exemplo. □

A grande advertência

A recente tentativa do golpe de Estado teve pelo menos um mérito: destruiu o mito de «um dos países mais estáveis de África» propalado pela imprensa ocidental

Gabriel Omotozo



Arap Moi passa revista a um destacamento da Kenya Air Force que dias depois desenhava um pronunciamiento militar contra a corrupção e as desigualdades sociais

AS numerosas análises dedicadas pela imprensa ocidental à recente tentativa de golpe de Estado no Quénia, realçaram o facto de ter caído o mito deste ser um dos países mais estáveis de África. Porém, foi dado em geral escasso relevo à circunstância de se tratar de um regime extremamente impopular.

Na realidade, antes do pronunciamento da força aérea, a 1 de Agosto, não faltavam indícios da existência de um profundo mal-estar, e se os acontecimentos surpreenderam muitos, isso aconteceu porque os observadores se tinham habituado a confiar na capacidade do aparelho de segurança para detectar e extirpar qualquer actividade opositora.

O centro intelectual da oposição ao regime do falecido Jomo Kenyatta e do seu sucessor desde

Agosto de 1978, o presidente Daniel Arap Moi, localizava-se desde há muito na Universidade de Nairobi, que em finais de Julho se encontrava no seu ponto máximo de ebulição.

Os estudantes, na sua maioria identificados com posições progressistas, levaram a cabo nessa altura várias manifestações em prol da libertação de professores, detidos precisamente pelas suas ideias avançadas e contrárias ao regime.

Era pois natural que os aviadores rebeldes — que parece não terem despertado suspeitas ao General Special Units, o célebre GSU, corpo paramilitar encarregado da segurança — se tenham dirigido para a Universidade em busca de apoio.

O papel de Odinga Oginga

No plano político tinha-se dado, pouco antes, um facto importante. O

veterano ex-vice-presidente Jaramogi Odinga Oginga, que no partido da União Nacional Africana do Quénia, KANU, (partido único desde a independência do país, em 1963) encabeçava a ala esquerda, tinha dirigido um desafio aberto a Arap Moi e à classe dirigente partidária. A sua posição de esquerda, em linha de coerência com as lutas desenvolvidas antes da independência, custaram a Oginga uma progressiva marginalização no partido e no regime, à medida que se acentuava a trajectória conservadora e pró-occidental imprimida por Kenyatta ao Quénia e aprofundada por Arap Moi.

No início de Maio, Oginga pronunciou, em Londres, numa reunião com deputados trabalhistas britânicos, um discurso que teve grande repercussão no Quénia, onde foi interpretado como um convite para a



Odinga Oginga: o desafio a Arap Moi valeu-lhe a expulsão do partido

formação de um partido de oposição.

Dias depois do regresso de Oginga a Nairobi, um ex-deputado da sua tendência, George Anyona, declarou que o país necessitava de um partido de oposição de tendência socialista.

Tornava-se evidente que, com a prudência aconselhada pela experiência repressiva, Oginga e os seus

adeptos consideravam esgotada a etapa de trabalhar dentro do KANU e defendiam abertamente uma alternativa exterior ao partido.

Para os dirigentes do partido governamental estas declarações foram suficientes para expulsar Oginga e Anyona do KANU em 13 de Maio, facto que muitos observadores creem ter influido de algum modo na rebelião das unidades da Kenya Air Force (KAF), como levam a concluir os indícios de contactos recíprocos surgidos nas semanas seguintes à intentona.

Mas para lá das vinculações que hajam tido, os jovens oficiais foram motivados pela gravidade da situação socio-económica e pelo exemplo do êxito de outros militares rebeldes, como Jerry Rawlings, no Gana, e Samuel Doe, na Libéria. Isso se depreende das consignas das suas proclamações contra a corrupção e as desigualdades sociais e em favor de profundas reformas de orientação nacionalista.

Uma grave crise económica

Com a economia queniana já de si extremamente dependente do ocidente, Arap Moi optou por estreitar ainda mais esses laços no plano político, entregando aos Estados Unidos dois aeroportos e uma base no

porto de Mombaça de invulgar valor estratégico que permitem o acesso das forças armadas norte-americanas ao Oceano Índico.

A crise económica do país tem sido agravada pela imitação do modelo de desenvolvimento capitalista.

O centro de Nairobi é moderno e rico e a burguesia desfruta de um alto nível de vida, mas acaba aí a prosperidade do Quênia. Nos arredores da capital amontoam-se os bairros-de-lata e a miséria grassa no interior do país.

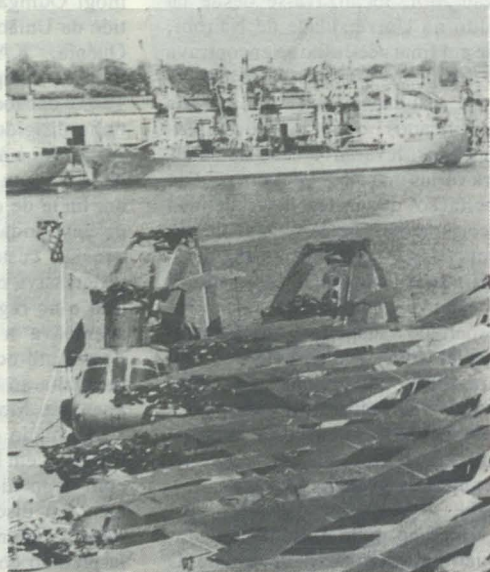
A crise desse modelo de desenvolvimento foi agravada pela queda dos preços do chá e do café — os dois principais produtos de exportação do Quênia — factor que tem contribuído para uma descida ininterrupta do rendimento *per capita* nos últimos quatro anos.

Nesta nação de 17 milhões de habitantes com um índice demográfico de quase 4 % — um dos mais altos do mundo — em cada ano, cerca de 250 mil jovens lutam para ingressar no mercado de trabalho. No plano de desenvolvimento que o governo lançou para o período de 1979-1983, apenas foi prevista a criação de um terço dos postos de emprego necessários.

Os militares da força aérea tinham denunciado claramente a gravidade da situação e sentiram-se chamados a alterá-la. Mas tudo indica que careciam de experiência, pois não souberam atrair a oficialidade do exército onde também havia adversários do regime.

A derrota implicou a eliminação de todos os quadros progressistas da força aérea (a própria arma foi dissolvida), assim como de numerosos dirigentes estudantis, totalizando cerca de três mil presos políticos.

Para o regime significa o fim de um largo período de estabilidade política e uma vigorosa advertência. Arap Moi terá agora, de optar entre modificar a sua política ou recorrer a uma repressão crescente para abafar o clamor popular. No entanto, os observadores inclinam-se a acreditar que será este último o perigoso caminho que o governo escolherá. □



Porta-helicópteros norte-americano no porto de Mombaça: excelente acesso para o Oceano Índico

O cerco a Nyerere

Um original projecto de desenvolvimento socialista enfrenta poderosas pressões internacionais nas vésperas de completar quase duas décadas

Carlos Castilho

NOS seus dezoito anos de vida independente, a Tanzania nunca viveu uma crise económica tão séria como a actual. Uma crise que colocou o projecto socialista vigente desde 1967 numa encruzilhada que muitos consideram definitiva. Essa crise aliás, tornou-se num caso quase clássico do dilema enfrentado por países que sofrem enormes pressões económicas e políticas de organismos do sistema capitalista internacional, no momento em que decidem pôr em prática um projecto económico independente.

A vertiginosa queda da produção agrícola da Tanzania, aliada à elevação constante das matérias-primas ou bens manufacturados comprados no exterior, criou uma

situação de penúria interna e endividamento externo que acabou por provocar o surgimento de interesses individualistas numa sociedade que se propõe colectivista e comunitária. Cresce a corrupção, o boicote, a especulação e, em consequência, fica aberto o caminho para que as pressões de organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) se tornem cada vez mais poderosas e eficazes.

O fenómeno não é novo nem único na África. Mas o caso da Tanzania mostra até que ponto o mundo ocidental é implacável mesmo com os sistemas políticos mais moderados que tentam escolher o socialismo como uma forma de sair de uma situação colonial, para procurar o desenvolvimento económico e

social. O projecto implantado por Julius Nyerere em 1975 na Tanzania nunca pôde ser classificado de marxista nem pode ser colocado entre os inimigos radicais do Ocidente.

O objectivo do homem a quem os tanzanianos chamam *Mwalimu* (o professor) era fortalecer as bases comunitárias da sociedade, dando preferência a uma via socialista na exploração dos recursos agrícolas do país. Hoje, a Tanzania precisa desesperadamente de empréstimos externos para enfrentar uma situação de penúria alimentícia interna. E os bancos, bem como o Fundo Monetário Internacional, impõem como condição a transformação da economia comunitária num regime clássico liberal.

A escalada

Em Dar-es-Salaam, como em todas as grandes cidades da Tanzania, os postos de gasolina só abrem nas segundas, quartas e sextas-feiras. Nos domingos, os carros estão proibidos de circular depois das duas horas da tarde. A maioria dos estabelecimentos de ensino que tinham aulas à noite foram obrigados a suspender as classes depois das seis horas da tarde para economizar luz. Quase um terço das famílias das três cidades mais importantes do país só podem fazer uma refeição quente por dia, devido à falta de gás de cozinha.

A estes detalhes das dificuldades da vida quotidiana vêm-se juntar dados ainda mais dramáticos nas estatísticas económicas. Os quatro principais produtos agrícolas de exportação da Tanzania sofreram quedas de produção que variam entre 30% e 70% (piretro, castanha-de-caju, sisal e algodão). As importações de petróleo consomem 55% de todas as divisas externas auferidas pelo país, que nos últimos anos teve que pagar até 280% a mais pelos produtos semi-manufacturados e



A queda da população agrícola provocou a miséria interna

pelas matérias-primas que importa. A parcela das exportações destinada ao pagamento da dívida externa passou de 7,1% em 1977 para mais de 15% em 80. E as exportações da Tanzânia não cobrem hoje senão 40% das importações.

Os plantadores de algodão da área de Mwanza, que há dez anos colhiam 450 quilos por acre (0,4 hectares) não colhem hoje mais de 300 kg. A indústria criada a partir de 1974 trabalha actualmente a menos de 40% da sua capacidade útil, devido à brutal queda na importação de matérias-primas. E nem a excepcional alta do preço da castanha-de-caju no mercado internacional pode desafogar a economia tanzaniana. Se, no final da década de 70, a castanha-de-caju havia subido 250% no preço mundial, a produção da Tanzânia desceu 61%.

Hoje, o país precisa importar 200 mil toneladas de alimentos como milho, arroz e trigo para que a fome não atinja proporções trágicas, num momento em que o governo já enfrenta uma enorme dívida externa e uma dramática carência de divisas estrangeiras.

A crise económica agravou a especulação e o mercado negro. Um relatório confidencial do governo, mencionado pela publicação *África News*, diz que 15% de todo o comércio interno do país é feito hoje por vias ilegais, e que em breve essa proporção pode chegar a 50%, tornando-se incontrolável. Cálculos de economistas africanos indicam que a Tanzânia necessita hoje de quase quinhentos milhões de dólares para evitar o colapso e tentar reactivar a sua economia.

As origens da crise

Quando Nyerere assumiu o governo logo após a independência, ele herdou um país arrasado pelas desigualdades criadas pelos coloni-

O «mwalimu» Nyerere tentou desenvolver um projecto socialista de inspiração cristã e humanista para superar a herança de pilhagem colonial

zadores alemães e depois pelos britânicos, dividido por profundas divergências económicas e sociais. A antiga Tanganica era paupérrima, habitada na sua maioria por tribos negras que se dedicavam à agricultura de subsistência. Havia o fenómeno da concentração urbana provocado pela acção predatória dos colonizadores, forçando a emigração de enormes contingentes humanos para a periferia das cidades (1).

Por seu lado, a ilha de Zanzibar era um centro comercial importante no Oceano Índico, depois de ter sido um entreposto de tráfico de escravos. Havia na ilha uma classe média voltada para o exterior e muito influenciada pelos comerciantes de origem árabe, já que Zanzibar fora durante muito tempo uma possessão do sultanato de Oman. Existiam portanto duas estruturas sociais e económicas bastante diferentes, no momento em que os nacionalistas, tanto no continente como nas ilhas, decidiram que a luta pela independência era a única saída possível para a crise deixada pelo colonialismo.

(1) Em Março de 1974, a Tanganica e Zanzibar uniram-se para formar um só país que adoptou o nome de Tanzânia.



A personalidade de Julius Nyerere teve, nesse processo de unificação e de escolha do socialismo, um carácter marcante e decisivo. A autoridade intelectual do ex-aluno da Universidade de Edimburgo, na Grã-Bretanha, a sua identificação com o agricultor do interior e a sua flexibilidade política deram-lhe uma respeitabilidade e aceitação sem paralelo entre todos os políticos da Tanzânia, na época da independência. A base social sobre a qual ele apoiou o processo de unificação do país era ainda, no entanto, muito heterogénea. Na antiga Tanganica, existia o Tanu (*Tanganika African National Union*), enquanto que em Zanzibar o partido mais actuante era o Afro-Shirazi.

Os dois partidos representavam as camadas nacionalistas mais influentes nas suas respectivas regiões. Reuniam tanto sectores radicais, que mais tarde evoluíram politicamente num sentido mais revolucionário, como englobavam também importantes núcleos da classe média e pequena burguesia, que eram contra a dominação colonial, mas não chegavam a ultrapassar os limites do reformismo económico e político. A

grande habilidade de Nyerere resistiu justamente em evitar que militantes e pequeno-burgueses entrassem em conflito. Sob a sua autoridade política quase paternal, o *Mwalimu* conseguiu ser radical nas ideias e hábil nas negociações políticas durante quase dezoito anos.

Mas neste período, a realidade económico-social da Tanzânia sofreu modificações de fundo na sua estrutura. A proposta socialista da declaração de Arusha, em Fevereiro de 1967, dava prioridade absoluta à procura da auto-suficiência económica e à preocupação com o desenvolvimento agrícola baseado em formas comunais de organização. O projecto das *ujamaa* (aldeias comunais) ganhou fama internacional como uma forma inédita de buscar uma ligação entre o passado tribal da maioria da população do país e a estrutura social moderna de inspiração socialista.

O socialismo comunitário

Na época, a ideia do socialismo comunitário das *ujamaa* foi muito criticada tanto pela esquerda como pela direita no resto do mundo. Os ideólogos capitalistas qualificaram o projecto como anti-económico já que não colocava a busca da eficiência e do lucro como preocupação imediata. Por seu lado, os marxistas mais ortodoxos classificaram como utópica a preocupação comunitária de Nyerere enquanto este não questionasse outros aspectos das relações económicas globais. Assim, o caminho para o socialismo na Tanzânia passou a ser visto com desconfiança, tanto em Washington como em Moscovo.

Essa equidistância em relação aos principais pólos da guerra fria e da batalha ideológica foi, de certa maneira, até útil para o líder tanzaniano. Mas com o passar do tempo, a heterogénea composição da classe do movimento político que o



Em Zanzibar, o partido Afro-Shirazi reunia as camadas nacionalistas

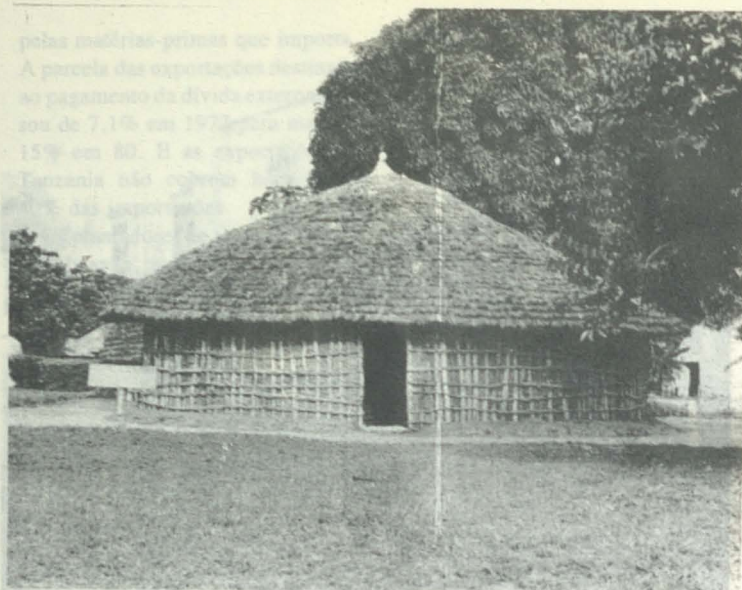
apoiava passou a sofrer o impacto das dificuldades económicas que o país começava a enfrentar.

O projecto de criar uma economia nacional de base comunitária entrou em contradição com a necessidade de manter a importação de bens essenciais visando a manutenção do funcionamento de determinados sectores industriais. A prioridade dada à agricultura tinha como objectivo básico garantir empregos e alimentação para todos. Mas depressa os responsáveis pela economia viram que um objectivo socialista exige uma sequência de medidas e não poderia ser plenamente alcançado sem que houvesse também uma industrialização. O país não poderia apenas trocar alimentos por bens manufacturados, mesmo que isso fosse feito em escala reduzida para atender ao consumo das populações urbanas cada vez mais numerosas.

A auto-suficiência teria que ser procurada tanto na agricultura como na indústria. E isso foi-se tornando cada vez mais difícil devido às desi-

gualdades do mercado internacional. Depois do fracasso da união económica com o Quênia e o Uganda (a Comunidade Económica da África Oriental), essas disparidades tornaram-se ainda mais evidentes. Enquanto os preços dos produtos agrícolas ficavam cada vez mais baixos, os dos manufacturados subiam constantemente de cotação. O défice resultante obrigou o governo, num primeiro momento, a tomar medidas de austeridade e depois a recorrer a créditos internacionais.

A redução compulsiva do consumo agravou os conflitos de classe. Enquanto o camponês ou o grupo tribal do interior era estimulado a trabalhar mais, produzir mais e ter menos recompensa, nas cidades, a elite urbana, na sua maior parte ligada ao aparelho burocrático do Estado, resistia à perda de regalias, bem como começava lentamente a ceder diante dos atractivos de uma relação com o capital internacional. Como este sector burocrático era o encarregado de transmitir, planear e executar as decisões governamen-



Com a distribuição desigual dos recursos estatais, o camponês sentiu-se abandonado e baixou a produção



tais, ele tinha um considerável poder sobre as comunidades tribais. A distribuição dos recursos estatais começou a ser feita de maneira cada vez mais desigual.

Com isso, o camponês sentiu-se abandonado, reduziu a produção ou não teve meios para enfrentar a progressiva redução da fertilidade do solo, graças à acidificação, desertificação, epidemias e falta de material agrícola. A redução das safras agrícolas reflectiu-se imediatamente nas cidades com a escassez de alimentos, logo seguida pela corrupção, mercado negro e o boicote político, principalmente dos sectores burocráticos que vêem o Estado

apenas como uma fonte de rendimento e emprego.

Em 1977, Julius Nyerere viu que o factor político começava a ser fundamental na crise. Foi então que promoveu e conduziu a fusão do Tanu, fundado em 1954, com o partido Afro-Shirazi. O novo partido único passou a chamar-se *Chama Cha Mapinduzi* (CCM — Partido Revolucionário da Tanzania) e teria como principal função conduzir a luta ideológica, de maneira a neutralizar as resistências opostas pela pequena burguesia. A sede do CCM foi instalada na cidade de Dodoma, a futura capital do país, localizada no centro do território nacional e cuja construção faz parte do plano de evitar o aumento da influência da classe média urbana, concentrada no litoral. Mas, uma linha política coerente não se obtém simplesmente com a unificação formal de dois partidos. A unificação sofreu resistências de ambos os lados e não foi acompanhada da necessária depuração das fileiras partidárias, onde também se implantaram a corrupção e a burocracia.

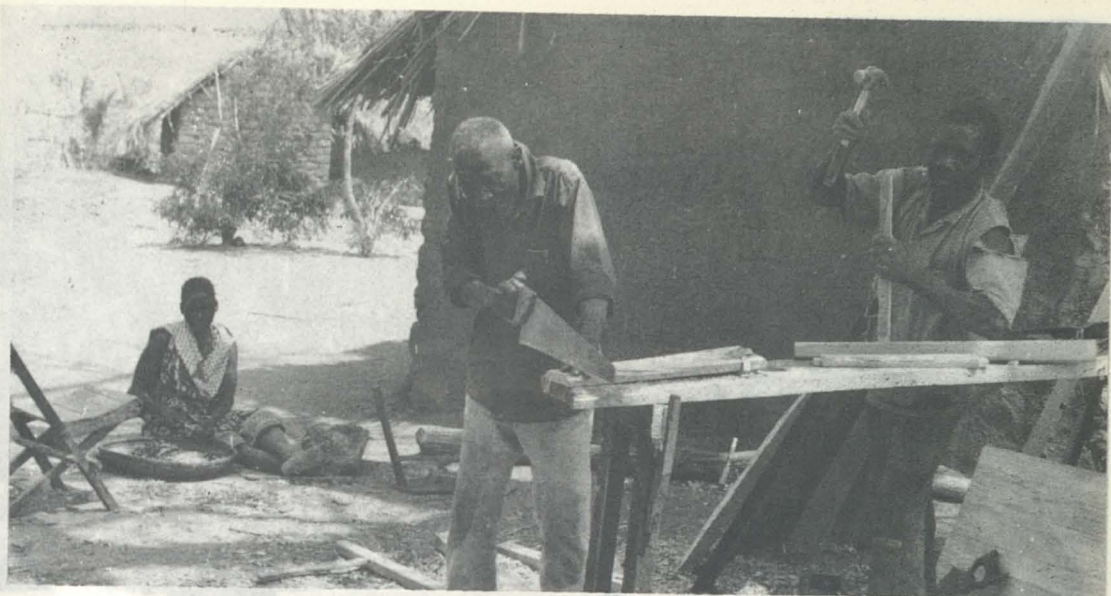
Assim, o esforço de ideologização acabou por ser neutralizado, e reflectiu-se na falta de definição entre a prioridade agrícola e a prioridade industrial.

Na declaração de Arusha, em 1967, os planos do governo dedicavam apenas 1% do orçamento nacional à indústria. No terceiro plano quinquenal, aprovado em 1976, a indústria já recebia 22% dos recursos oficiais. Surgiram fábricas de cimento, têxteis e de tratamento do caju, muitas delas com financiamentos externos. Foi um reforço do poder da burocracia, que não obstante se mostrou incapaz de garantir o crescimento da indústria. A inexistência de mão-de-obra qualificada, num país em que 72% da população é analfabeta, foi um dos factores que bloquearam o desenvolvimento industrial, que enfrentou também dificuldades como escassez de matéria-prima, carência de transportes e comunicações, sem falar nos problemas para intensificar o comércio regional.

O cerco do FMI

Com isso, a indústria passou a ficar cada vez mais dependente dos créditos do Banco da Tanzania para obter licenças de importação. Em 1977, essas licenças de importação cobriam apenas 59% das necessidades básicas da indústria. Essa percentagem caiu para, apenas, 20% em 1980. Sem poderem funcionar, as indústrias da Tanzania não podiam exportar. E sem exportação não vieram as divisas externas necessárias para pagar os débitos internacionais assumidos para implantar essas mesmas indústrias.

A difícil situação económica do país levou a maioria dos bancos privados internacionais a recusar empréstimos. Em parte pela ausência de garantias e em parte por causa do indisfarçado interesse em obrigar os tanzanianos a baterem às portas do FMI. Desde 1978 que a Tanzania está em contacto com o Fundo. As condições impostas pelo capital internacional aos países em dificuldades para pagar débitos externos são



bem conhecidas: desvalorização da moeda, liberalização dos preços ao consumidor, fim dos subsídios oficiais, elevação das taxas bancárias e diminuição dos serviços assistenciais. Em síntese, para a Tanzânia, isso significa abandonar o plano de subsidiar o desenvolvimento das *ujamaa* e renunciar ao projecto socialista proposto pela Declaração de Arusha.

O governo recusa as condições impostas pelo FMI. Nyerere denuncia as pressões externas, mas, em Agosto de 1980, as discussões com o FMI continuam, e a Tanzânia consegue dois empréstimos: Um concedido imediatamente, no valor de 16 milhões de dólares, e outro maior, cerca de 200 milhões, a ser fornecido no prazo de dois anos, para pagamento antes de 1986. O que, repita-se, não corresponde senão a uma fracção do que a Tanzânia precisa para cobrir os juros da sua dívida e tentar um mínimo de desafogo financeiro para poder recuperar a sua economia.

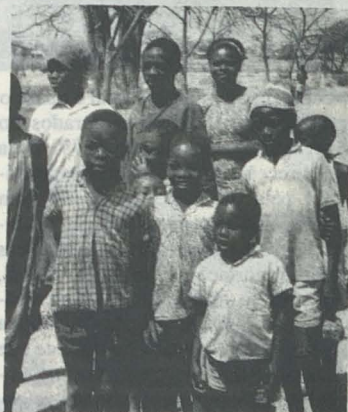
O presidente Julius Nyerere manteve-se, no entanto, inflexível na manutenção do seu projecto socialista, se bem que fazendo pequenas concessões como a desvalorização parcial do *shilling* (moeda nacional) em Março deste ano. A necessidade de enfrentar pressões externas levou



O projecto das «ujamaa» ganhou fama internacional por ser um caminho diferente ligando o passado tribal da população à necessidade de mudar a estrutura social

o governo a endurecer a vigilância interna. Os controlos oficiais sobre os gastos das empresas públicas aumentou consideravelmente e, com eles, a descoberta de numerosas fraudes.

Vários ministros foram demitidos e inúmeros comerciantes de origem asiática (na sua maioria descendentes de hindus) foram parar à prisão. Uma auditoria realizada no ano passado mostrou que dois milhões de dólares haviam desaparecido dos





A sede do novo partido ficou instalada em Dodoma, futura capital do país cuja construção destina-se a evitar a influência do litoral

cofes públicos. Esse total é quase o dobro dos «furos» encontrados no orçamento nacional em 1979. Toda a direcção do organismo responsável pela produção de piretro (um produto usado na fabricação de insecticidas e uma das rubricas básicas nas exportações) foi demitida. E, um pouco mais tarde, os funcionários da Presidência da República descobriram que a edilidade de Dar-es-Salam gastou quase um milhão de dólares no aluguer de veícu-

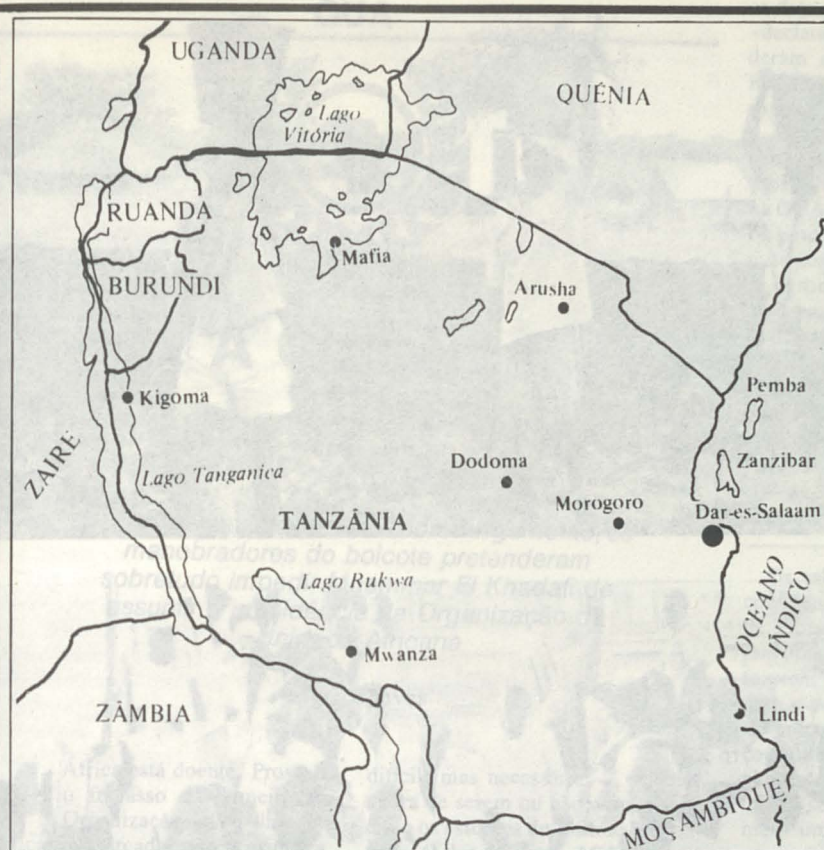
los particulares, depois de o governo ter autorizado a compra de carros no mesmo ano. Mais recentemente, foram iniciadas investigações sobre altos funcionários estatais que construíram casas luxuosas.

As denúncias começaram a tornar-se tão graves que o governo decidiu realizar, em Janeiro deste ano, uma reunião extraordinária do Partido CCM para tentar organizar um plano de salvação nacional. Perante

mais de 1.500 delegados, Nyerere fixou não só novos objectivos económicos, como desencadeou também uma campanha de educação ideológica. A Tanzania vive também, não o esqueçamos, os efeitos dos gastos avaliados em quase 500 milhões de dólares com a campanha militar no Uganda, que em 1978 apoiou o derrube do regime de Idi Amin pelos nacionalistas ugandeses.

Boicote aberto

A campanha desencadeada pelo congresso extraordinário do CCM surge no momento em que o governo tem que negociar com o FMI um crédito de 500 milhões de dólares para pagamento de débitos urgentes. Nyerere adoptou uma atitude combativa diante do Fundo, e para manter essa postura terá que se basear em muito na mobilização política. Vários sectores ligados à pequena e média burguesia dão sinais de aberto boicote ao governo, uma vez que estão mais interessados na preservação dos seus privilégios do que no projecto de auto-suficiência e de implantação do socialismo.



UM PAÍS EM NÚMEROS

Habitantes:
17.980.000

Religião:
50 % credos animistas africanos
25 % muçulmanos
25 % credos diversos

PNB per capita:
190 dólares (1977)

Rendimento per capita de um trabalhador:
58 dólares (1972)

Moeda:
shilling (1 dólar = 10 shilling)

Exportações:
café, especiarias, algodão, fruta, pérolas e pedras preciosas, castanha-de-caju, juta.





A aliança entre as bases camponesas e a pequena burguesia urbana está à beira da ruptura

Um dos sintomas dessas tensões foi o recente sequestro de um avião da *Tanzanian Airways*, capturado por um grupo que causou considerável embaraço ao governo. O grupo autodenominava-se «Movimento Revolucionário da Juventude», uma organização desconhecida no país. O episódio, ocorrido em Março deste ano, não abalou o prestígio de Nyerere que continua a ser inegavelmente o maior líder do país, respeitado em todo o continente e cuja honestidade está acima de qualquer suspeita.

Mas, começam a ganhar corpo as pressões dentro do CCM no sentido de se aprofundar ainda mais as definições ideológicas. Não será uma tarefa fácil. As dificuldades eco-

nómicas deram ao FMI e aos inimigos da opção socialista de Nyerere uma série de argumentos ponderáveis. Porém, o mais importante de tudo é que a aliança entre os sectores mais politizados do partido (em geral ligados às bases camponesas) e a pequena burguesia urbana, cujo anticolonialismo levou-a a apoiar Nyerere e ingressar no Tanu, está no momento à beira de uma ruptura. Até agora, a personalidade carismática do «professor» foi capaz de evitar um confronto dentro do CCM. Mas o agravamento das dificuldades económicas e a necessidade de reduzir os privilégios da burocracia minaram a base de consenso sobre a qual Nyerere sempre se apoiou. Já não é mais possível contentar simul-

taneamente esses dois sectores sociais: ou se abre mão dos propósitos revolucionários da declaração de Arusha, ou se aprofunda o processo de mudanças estruturais, reorganizando a economia. Para uma ou outra opção, o CCM terá que sofrer modificações na sua base política.

Daí a enorme expectativa em torno da evolução da crise nos próximos meses. À medida que o tempo for passando, a necessidade de uma nova opção política tornar-se-á ainda mais urgente e difícil. Por isso, é quase certo que a Tanzania viverá, até ao fim do ano, num clima conturbado, não podendo ser afastada a hipótese de manobras desestabilizadoras externas e graves conflitos internos. □



A Cimeira fracassada de Tripoli

Usando a questão saharai como argumento, os manobreadores do boicote pretenderam sobretudo impedir Muammar El Khadafi de assumir a presidência da Organização da Unidade Africana

Lígia Chaves

A África está doente. Prova-o o fracasso da Cimeira da Organização da Unidade Africana, marcada para a primeira semana de Agosto em Tripoli. Provam-no os gestos anti-africanos que pontuaram a actividade da OUA durante os últimos meses, nomeadamente a sua intervenção nas crises do Sahara e do Chade. Prova-o ainda o facto de um conflito relativamente secundário no panorama africano ter acabado por dominar os debates tecidos em torno da Cimeira e ter levado a querelas entre Estados progressistas do continente.

Sempre a OUA tem sido uma organização em crise, reflexo evidente dos problemas africanos e das dificuldades que os diversos Estados deparam para chegar a uma plataforma mínima sobre a comunidade de interesses dos povos do continente, mau grado as divergências ideológicas e a diversidade dos seus regimes.

Mas nunca como agora a própria sobrevivência da OUA esteve em xeque. A salvaguarda da unidade —

difícil, mas necessária — depende agora de serem ou não coroados de êxito os esforços do Comité de Contacto (Líbia, Congo, Mali, Tanzânia, Moçambique e Zâmbia) para se chegar a um consenso que permita conseguir até Outubro o «quorum» de 34 Estados indispensável para que a XIX Cimeira falhada no Verão se realize na mesma capital no Outono.

23 chefes de Estado e primeiros-ministros

Nem tudo foi, evidentemente, um fracasso em Tripoli. Podemos destacar como sinais de esperança e prova da vitalidade da OUA os seguintes factos: o número elevado de chefes de Estado (20) e de primeiros-ministros (três) que participaram na Cimeira falhada, o que constitui um recorde; a seriedade e a cordialidade com que os problemas mais candentes do continente — os da África Austral — foram debatidos; o reconhecimento *de facto* que certos Estados conferiram à RASD;

os dois pontos mais em destaque da «declaração de Tripoli», que consideram irreversível a admissão da RASD e que ratificam a escolha da capital líbia como sede da cimeira.

Para além disso, saliente-se a reafirmação nesse texto dos princípios permanentemente defendidos na OUA quanto à solidariedade com os povos da África Austral, e a recusa dos participantes em assinarem a «certidão de óbito» da OUA. Mas ainda que a XIX Cimeira venha a realizar-se, ainda que a unidade africana venha a ser salvaguardada *in extremis*, ainda que a Líbia venha a presidir à Organização, o que aconteceu em Agosto é demasiado grave.

Sabotagem à unidade afro-árabe

Os sabotadores da libertação do continente africano e os seus cavalos de Tróia dentro da OUA conseguiram uma primeira vitória de peso, ao fazerem deslocar todas as atenções para o conflito do Sahara, levando os próprios países progressistas a consumir-se na discussão que menos lesa os interesses imperialistas e a secundarizar o problema número um do continente: o fim da ocupação da Namíbia, o fim do regime do *apartheid*, a solidariedade para com os países da África Austral sujeitos a uma guerra não declarada económica e militar por parte de Pretória. Isto com a agravante de dois países afro-árabes progressistas — a Argélia e a Líbia — terem esfriado as suas relações e de a RASD se ver, de certo modo, «abandonada» por um dos seus maiores aliados, a Líbia.

Por outro lado, do grupo dos Estados africanos que, por diversos meios, boicotaram a reunião, fazem parte dois, cuja ausência constitui um duro revés: referimo-nos ao Quênia, porque se trata do actual presidente da OUA, e à Nigéria, que é um dos países de maior peso regional.

Além disso, cinco Estados afro-árabes boicotaram a reunião, sabotando a presidência da Líbia, num momento em que os EUA e Israel cometiam um crime de extermínio

contra os povos palestino e libanês e infligiam um vexame inqualificável ao mundo árabe.

O boicote à Cimeira teve duas componentes: foi um meio de liquidar a unidade africana, e, ao mesmo tempo, mais um instrumento posto ao serviço da derrota dos povos árabes.

Toda a reacção árabe e a maioria dos Estados reaccionários africanos se vergou ao *diktat* Washington-Pretória-Telavive, num momento em que a África do Sul, reforçada com a aliança expressamente privilegiada dos EUA, se prepara para

transformar Angola numa espécie de Líbano e trava uma guerra não declarada contra os Estados independentes da África Austral, num esforço de perpetuar o seu domínio colonial sobre as populações negras no interior das suas fronteiras e de manter a ocupação ilegal da Namíbia.

Dos 51 Estados membros da OUA, houve 16 que pura e simplesmente estiveram ausentes da reunião, três que abandonaram a capital líbia, antes da data prevista para a inauguração da Cimeira, e dois que, estando embora em Tri-

poli, se recusaram a comparecer a quaisquer reuniões mesmo informais.

A todos os meios recorreram os EUA, a África do Sul, Israel e os Estados do Golfo (com a Arábia Saudita à cabeça) para fazer falhar a Cimeira.

Cimeira adiada para Outubro?

O dirigente líbio revelou que tinha provas documentais de que os EUA «havam aliciado, corrompido e ameaçado» países africanos para



Os presentes, os ausentes e os hesitantes

A posição dos 51 países membros da OUA em relação à Cimeira de Trípoli foi a seguinte:

Trinta participaram

Vinte a nível de Chefe de Estado:

Argélia (Chadli Bendjedid)
Angola (José Eduardo dos Santos)
Benin (Mathieu Kérékou)
Botswana (Quett Masire)
Burundi (Jean-Baptiste Bagaza)
Congo (Sassou Nguesso)
Etiópia (Mengistu Hailé Mariam)
Gana (Jerry Rawlings)
Guiné-Bissau (Nino Vieira)
Líbia (Muammar El Khadafi)
Madagascar (Didier Ratsiraka)
Mali (Moussa Traoré)
Moçambique (Samora Machel)
Mauritânia (Khouna Ould Haidalla)
RASD (Mohamed Abdelaziz)
Ruanda (Juvenal Habyarimana)
S. Tomé e Príncipe (Manuel Pinto da Costa)
Seychelles (Albert René)
Tanzania (Julius Nyerere)
Zâmbia (Kenneth Kaunda)

Três a nível de Chefe de Governo:

Cabo Verde (Pedro Pires)
Maurício (Aneerod Jugnauth)
Zimbabwe (Robert Mugabe)

Sete a nível ministerial:

Centro África
Chade
Malawi
Lesoto
Uganda
Suazilândia
Togo

Dezasseis boicotaram

Camarões
Comores
Costa do Marfim
Egipto
Gabão
Gâmbia
Guiné
Guiné Equatorial
Libéria
Marrocos
Senegal
Serra Leoa
Somália
Sudão
Tunísia
Zaire

Cinco hesitaram

Alto Volta, Djibuti e Níger abandonaram Trípoli antes da data prevista para a abertura da Cimeira. Nigéria e Quénia estiveram representados na capital líbia mas recusaram-se a participar em qualquer tipo de reunião

os dissuadirem de ir a Trípoli.

O Lesoto denunciou as pressões a que foi sujeito pela África do Sul e às quais não se vergou: Pretória chegou ao ponto de lhe oferecer uma saída para o mar através da doação de terras, para que aquele país faltasse a Trípoli.

Sabe-se também que a Serra Leoa cedeu a promessas de auxílio econômico feitas pelos Países do Golfo; que o Níger se deixou comprar por uma barragem, cujo financiamento lhe foi prometido pela Arábia Saudita, e que o Alto Volta foi submetido a pressões tão fortes, exercidas pelos EUA, que não teve a coragem de se lhes opor.

Compreende-se o interesse dos EUA e seus serventuários da África e do Médio Oriente em impedir que a Líbia assuma a presidência da OUA e que os africanos mantenham uma certa coesão adentro da organização. Para Israel e para os EUA seria intolerável que o tão caluniado dirigente líbio fosse investido do inequívoco prestígio que confere o exercício da presidência da OUA. Seria isso uma terrível derrota diplomática para dois Estados empenhados em destruir toda a honra e dignidade dos povos árabes, dada a posição de intransigente defesa da causa árabe que caracteriza a Líbia.

Por sua vez, Washington e Pretória não poderiam tolerar que a presidência da OUA fosse exercida por um Estado com o qual quaisquer compromissos (do tipo dos que foram possíveis com o Quênia) se afiguram totalmente irrealizáveis.

Contudo, há ainda a esperança de que a manobra de Agosto não resulte em Outubro.

Isto que se passou em Trípoli faz-nos lembrar algo que se tentou em Havana, quando Cuba foi a sede da Cimeira dos Não-Alinhados. A Administração Carter tudo fez para impedir que Washington recebesse essa tremenda bofetada. Conseguiu contratar certos cavalos de Tróia do Movimento, mas as tentativas feitas falharam rotundamente.

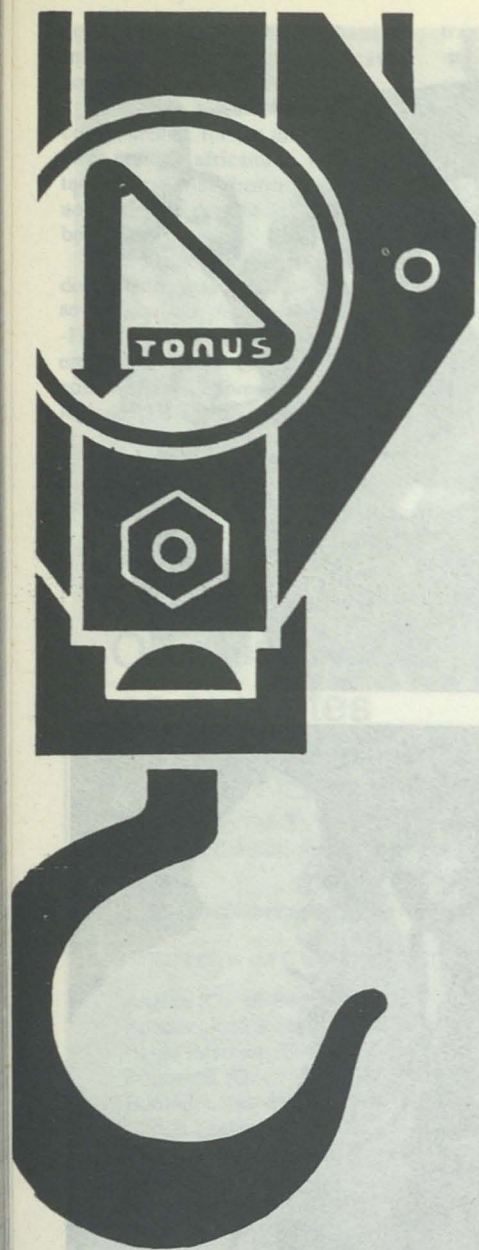
É bom que os africanos conscientes se interroguem sobre as razões por que é possível ter êxito num



Muammar El Khadafi na companhia de Jerry Rawlings, Nino Vieira, Mohamed Abdelaziz e Ould Haidalla: a integração da RASD na OUA foi o pretexto para o boicote. Em baixo, o secretário-geral da organização, Edem Kodjo, com Abdelaziz em território libertado saharauí

boicote da OUA, quando tal sabotagem falhou em relação aos Não-Alinhados, que são afinal um conjunto de Estados com interesses muito menos convergentes que os dos países africanos.

Como dizíamos a princípio: a África está realmente doente. Mas são os próprios africanos, os cidadãos de cada Estado do continente que têm de encarregar-se das transformações que se impõem. □



Na grande ou pequena intervenção damos-lhe a garantia da nossa experiência

- *montagem de estruturas metálicas
pórticos
pontes rolantes e transportadores*
- *movimentação, elevação
montagem de equipamentos pesados*
- *montagem de torres processuais
reservatórios de armazenagem*
- *pré-fabricação e montagem de tubagem*
- *montagem de equipamento rotativo*
- *cedência de pessoal especializado*

servimos as indústrias:

petróleos
petroquímica
química
cimentos
naval
energia
celulose
papel,
siderurgia
mineira
agrícola
alimentar

TONUS

Montagem e Aluguer de Máquinas, Sarl

Lisboa - Porto - Setúbal - Sines

Sede: Av. 5 de Outubro, 114-1.º Dt.º - 1000 Lisboa

A maré conservadora

Região de complexa geopolítica, as Caraíbas de língua inglesa sofrem actualmente um avanço das forças conservadoras, enquadrado na intensificação das pressões norte-americanas

POUCAS regiões do planeta são tão diferentes, complexas e economicamente instáveis como as Caraíbas. Poucas regiões foram cenário de confrontações de tal magnitude e tão prolongadas entre potências colonialistas rivais como as que atingem as Antilhas desde a chegada de Cristóvão Colombo. As potências europeias lutaram entre si e dominaram as ilhas durante mais de três séculos. Com o declínio dos antigos impérios coloniais, os Estados Unidos apres-

saram-se a preencher o vazio, mediante a intervenção directa nos assuntos da região, seja através da «diplomacia do dólar» seja através da política das canhoneiras e dos marines.

Há 23 anos que a política norte-americana para a região é instrumentada em função da sua rivalidade com Cuba. Essa tensão foi transferida para as Caraíbas de expressão inglesa e atingiu níveis de histeria a partir da tomada do poder por parte do movimento New Jewel

em Granada e do início de um processo de transformações radicais nessa ilha.

Contudo, o panorama político do resto das ilhas de expressão inglesa não apresenta sinais de «cubanização», mas de retrocesso das forças políticas de esquerda e progressistas.

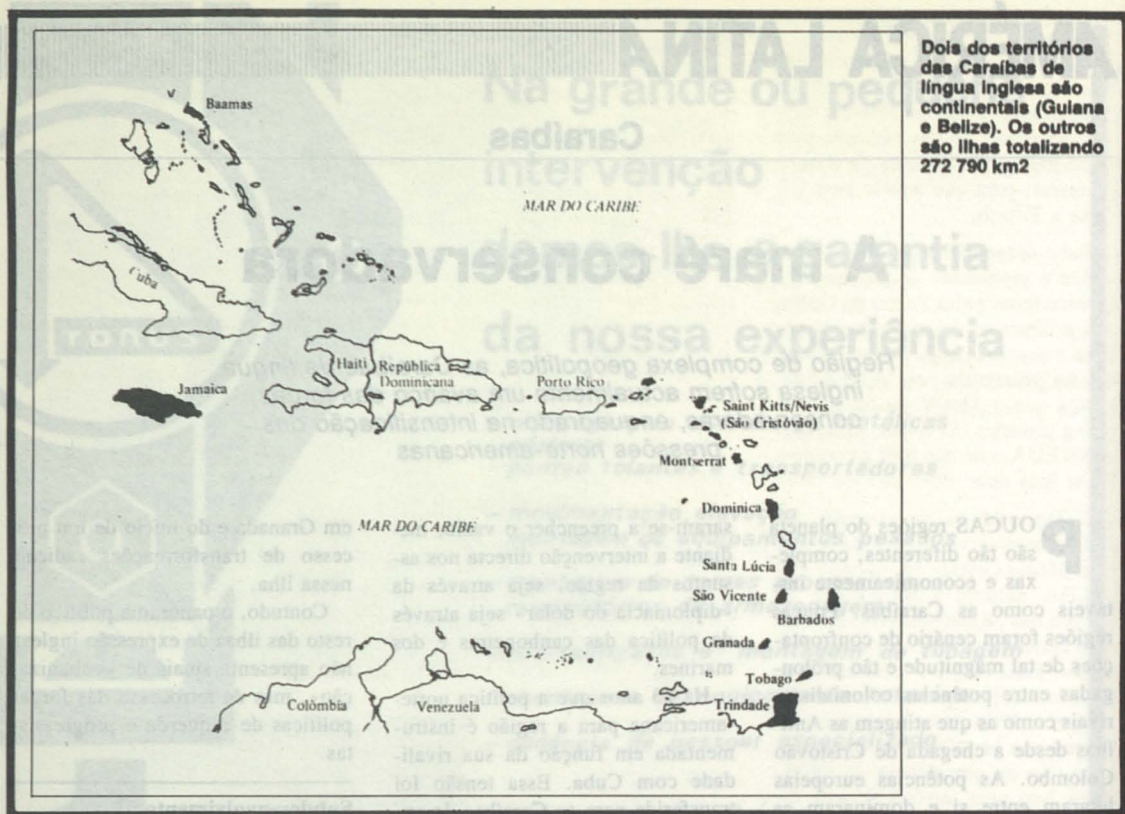
Subdesenvolvimento

São, na sua totalidade, 17 unidades territoriais que foram (ou ainda são) colónias britânicas conhecidas genericamente como as «Caraíbas da Commonwealth». Duas dentre elas constituem territórios continentais (Belize, na América Central e a Guiana, na América do Sul).

O restante são ilhas e arquipélagos que totalizam uma superfície de 272 790 quilómetros quadrados, com uma população superior a cinco milhões de habitantes. Desde 1960 que onze países alcançaram a independência: Trindade — Tobago, Jamaica e Guiana (1962); Barbados (1966); Bahamas (1973); Granada (1974); Santa Lúcia e São Vicente (1979); Belize, Antigua e Bermuda (1981). Continuam a ser colónias britânicas, as ilhas Caimão, Turcas e Caicos, Virgens Britânicas, Anguila, Montserrat e St. Kitts-Nevis.



Denominador comum da região: subdesenvolvimento económico



Têm, no entanto, um factor em comum: o subdesenvolvimento económico; daí que integrem organizações terceiro-mundistas como o Grupo dos 77 e o Movimento de Países Não-Alinhados. Algumas possuem uma indústria de certa envergadura, mas a maioria vive de uma agricultura primitiva. Embora a região seja rica em solos férteis e minérios e exporte matérias-primas agrícolas, é obrigada a importar alimentos e as suas populações vivem em condições que mal ultrapassam o nível mínimo de subsistência. Os índices de desemprego oscilam entre 15% e 40%.

As Caraíbas de expressão inglesa integram a Comunidade Britânica de Nações (a Commonwealth), e todos os seus governos adoptaram o modelo parlamentar de Westminster. A partir de um passado comum e de diversas afinidades, as ilhas

esforçam-se por atingir «uma significativa integração económica como meio de superar os limites impostos ao seu desenvolvimento económico derivados do seu pequeno tamanho, da extrema fragmentação e da dependência económica externa».

Levando em conta este quadro genérico, podem ser analisadas as tendências eleitorais de cada um destes países de expressão inglesa, desde 1979 até aos nossos dias.

São Vicente: vitória dos conservadores

A revolução de Março de 1979 em Granada parecia destinada a iniciar um rápido processo de mudanças na região, mas, em Dezembro daquele ano, a oposição foi derrotada em São Vicente pelo conservador Partido Trabalhista, dando à direita a sua primeira vitória eleitoral pós-

-granadense nas Caraíbas da Commonwealth.

O Partido Trabalhista de São Vicente (SVLP) obteve onze dos treze lugares no Congresso, com mais de 50% dos votos, o que permite ao primeiro-ministro Milton Cato continuar a governar por ampla maioria.

Os dois assentos da oposição mudaram de mãos e pertencem agora ao Novo Partido Democrata (NDP), liderado pelo ex-primeiro-ministro James Mitchell. O NDP obteve quase 30% dos votos (9.864 sufrágios), enquanto que o Movimento Popular Unido (UPM), de esquerda, obteve somente 14%, o que, segundo as regras definidas, não foi suficiente para obter representação parlamentar.

Contudo, é preciso destacar que o partido do governo decresceu em quase 16% em relação às eleições anteriores, enquanto que o Partido

Político do Povo (PPP), do ex-primeiro-ministro Ebenezer Joshua, foi praticamente liquidado, recebendo apenas 796 votos (2,4%), perdendo, desse modo, as duas cadeiras que ocupava na legislatura anterior.

Significativos são, porém, os 4.829 votos obtidos por Ralph Gonçalves, professor universitário marxista, líder do UPM. Em 1974, a esquerda havia conseguido apenas 0,8% dos sufrágios.

Dessa forma, embora com a vitória dos conservadores, a eleição rompeu pela primeira vez o monopólio mantido até então pelos dois partidos neocoloniais (o SVLP e o PPP) e ampliou a inserção do UPM entre os trabalhadores.

St. Kitts/Nevis: derrota trabalhista

A 18 de Fevereiro de 1980 realizaram-se eleições gerais em Saint Kitts (São Cristóvão) / Nevis. Uma coligação conservadora integrada pelo Movimento de Acção Popular (PAM) e o Partido da Reforma de Nevis (NRP) obteve cinco dos nove lugares parlamentares e elegeu para primeiro-ministro o doutor Kennedy Simmonds. O NRP ganhou os dois assentos da ilha de Nevis e o PAM conquistou três das sete cadeiras de Saint Kitts. As quatro restantes foram para o Partido Trabalhista de St. Kitts (SLP), que governara ininterruptamente as ilhas durante 28 anos.

Os padrões da votação demonstram que os conservadores foram apoiados por uma parte considerável do eleitorado trabalhador e das comunidades agrícolas, tradicionais eleitores dos trabalhistas. O doutor Simmonds reiterou, ao assumir o governo, as suas promessas eleitorais de abolir o imposto de rendimento, melhorar os serviços sociais e estimular o crescimento económico. Disse, por outro lado, que esperava dos Estados Unidos uma ajuda económica substancial.

Antigua: avanço progressista

Dois meses depois, deu-se uma nova vitória eleitoral das forças conservadoras em Antigua, pois o Partido Trabalhista (ALP) obteve 13 das 17 cadeiras parlamentares nas eleições de 24 de Abril.

O Movimento Trabalhista Progressista aumentou, contudo, a sua representação parlamentar, passando de um para três deputados. O lugar restante corresponde a um deputado da ilha associada de Barbuda, que não tem representação partidária.

Dominica: a dama de ferro das Caraíbas

Uma onda de greves e manifestações, seguida da renúncia colectiva de altos funcionários, forçaram o governo repressivo de Patrick R. John a renunciar, em Junho de 1979. John foi substituído por um governo provisório de unidade nacional, presidido pelo dirigente de esquerda Oliver Seraphine. No momento em que cresciam as esperanças de um programa de reformas sociais e económicas que melhorassem as condições de vida da maioria da população, um furacão deixou o país em ruínas e economicamente dependente de um consórcio norte-americano que se comprometeu a investir na ilha 20 milhões de dólares.

A França também ajudou na reconstrução mas não o fez desinteressadamente, e sim em troca de um compromisso político.

Dominica tornou-se um aliado importante da política colonial francesa na região.

Isso levou o governo de Seraphine a chegar desmoralizado às eleições de Julho de 1980 em que o direitista Partido Dominicano da Liberdade (DFP) obteve 17 dos 21 lugares parlamentares. Pela primeira vez, desde que se realizam eleições na ilha há 32 anos, o trabalho sofre uma derrota nas urnas. Foi esta a terceira vitória eleitoral consecutiva das forças conservado-

ras das Caraíbas de expressão inglesa.

A senhora Eugenia Charles foi nomeada primeira-ministra. A primeira mulher a desempenhar tal função nas Caraíbas é filha de um rico proprietário de terras e costuma descrever-se a si mesma como «liberal, democrata e anticomunista», com uma linguagem semelhante à da «dama de ferro» de Londres. Tal como a senhora Thatcher, a sra. Charles prometeu estimular a empresa privada e dar prioridade, em termos de política externa, à aliança com os Estados Unidos.

Jamaica: uma viragem radical

Essas vitórias conservadoras em pequenas ilhas das Caraíbas precederam as eleições de Outubro de 1980 na Jamaica, muito mais dramáticas e de maior impacto sobre a política regional.

O Partido Trabalhista (JLP) de Edward Seaga obteve 51 dos 60 lugares no Congresso, enquanto que o Partido Nacional do Povo (NPN), de Michael Manley, passou de 47 a apenas 9 deputados. Isso constituiu uma viragem radical na política jamaicana, que abandonou o «socialismo democrático» de Manley, apoiado por Cuba, para passar ao conservadorismo de Seaga, apoiado pelos Estados Unidos.

Ao conhecer o resultado das urnas, Seaga disse que o povo havia votado contra «o comunismo, o marxismo e os aliados dessas políticas». Por seu lado, Manley admitindo a derrota afirmou: «O povo votou. Tomou uma decisão e, naturalmente, aceitamo-la... O país atravessou enormes dificuldades económicas e estas foram um factor decisivo no resultado». Acrescentou que o seu governo «perdeu por se ter atrevido a desafiar o poder da estrutura económica ocidental».

No seu primeiro acto oficial, o primeiro-ministro Seaga expulsou do país o embaixador cubano. Ulises Estrada, a 1 de Novembro de 1980. As relações diplomáticas com Cuba foram rompidas, uma atitude baseada em acusações sem consistência.

A seguir, o novo governo iniciou uma campanha de privatização de empresas públicas, eliminação de controlos económicos estatais e incentivo ao investimento transnacional, tendo, simultaneamente, negociado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) um crédito de 650 milhões de dólares.

Seaga promoveu o projecto de um «mini-plano Marshall» para a bacia das Caraíbas, segundo o qual os países industrializados do Ocidente, o Japão e os exportadores latino-americanos de petróleo (México e Venezuela) ofereceriam uma ajuda económica maciça à América Central e às Antilhas para assegurar estabilidade política aos seus governos e «conter o socialismo e o comunismo» na região. A administração Reagan apoiou oficialmente o plano e, para pô-lo em prática, convocou uma conferência, de responsáveis pela política externa dos Estados Unidos, Canadá, México e Venezuela.

O chamado «mini-plano Marshall» não é mais do que uma fachada para promover os interesses do capital privado norte-americano. O governo da Nicarágua acusou-o de ser «agressivo» e destinado a «obstruir a luta dos revolucionários em El Salvador e Guatemala e, ao mesmo tempo, neutralizar a luta dos povos de Granada e Panamá». O presidente mexicano José López Portillo rejeitou virtualmente o plano ao impor três condições inaceitáveis para os Estados Unidos: que o plano não excluísse, em princípio, nenhum país da região; que não encerrassem nenhum objectivo militar, e que não fosse usado como instrumento de luta política (contra-revolucionária). Finalmente, em 20 de Maio de 1982, o Comité de Relações Externas do Senado norte-americano aprovou uma resolução que limita a ajuda económica à região; essa ajuda passa a ser concedida bilateralmente e canalizada através de agências como o Banco Mundial. Com essa decisão restringem-se as possibilidades da administração Reagan no sentido de pressionar os países das Caraíbas oferecendo «favores» económicos.



Com sérios problemas económicos, a Jamaica serve de ponta-de-lança da estratégia norte-americana na região

Em suma, as forças conservadoras e reaccionárias obtiveram uma vitória importante na Jamaica, que indica uma viragem na tendência que conduziu ao poder governos de esquerda em Granada (Março de 1979) e Santa Lúcia (Julho de mesmo ano). Foi também uma vitória significativa da estratégia norte-americana, que utiliza desde então a Jamaica como ponta-de-lança dos seus planos para a região.



Bermudas: cresce a oposição

Dois meses depois, os conservadores triunfaram também nas Bermudas, onde o primeiro-ministro David Gibbons se manteve no cargo que ocupa desde 1968. O partido governamental *United Bermuda Party* (UBP) obteve 54% dos votos e conquistou 22 das 40 cadeiras no Congresso, 2 a menos das que possuía. O Partido Trabalhista Progressista (PLP), que defende os interesses da população de origem africana (em cada cinco cidadãos três são negros), conquistou os 18 assentos restantes, aumentando a sua representação.

Santa Lúcia: outro avanço direitista

Em Santa Lúcia aconteceu a última das vitórias eleitorais direitistas

na região. Nas eleições gerais de 4 de Maio passado, o Partido Unido dos Trabalhadores (UWP), de tendência conservadora, obteve 14 das 17 cadeiras no Congresso. Dois assentos foram conquistados pelo Partido Trabalhista, do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros Peter Josie, enquanto o Partido Trabalhista Progressista (PLP) perdeu o governo e viu reduzida a sua representação de 12 para apenas 1 deputado.

O novo primeiro-ministro e líder do UWP, John Compton, declarou à imprensa que «continuaremos próximos dos nossos amigos tradicionais, como a Grã-Bretanha, Estados Unidos, Canadá e Venezuela. O nosso lugar é no Mundo Ocidental,



Os níveis de desemprego nas Caraíbas oscilam entre 15 e 40 por cento

embora estejamos comprometidos com uma política de não alinhamento». Compton é um dos defensores mais ardorosos da criação de uma Força de Segurança das Caraíbas, projecto norte-americano destinado a combater possíveis revoluções na região.

O governo anterior, em compensação, tinha uma política externa independente e de apoio aos governos de Cuba e Granada, com os quais mantinha relações diplomáticas normais. Dominica, São Vicente, Antigua e outros mini-Estados das Caraíbas de expressão inglesa não têm nenhum tipo de vínculo diplomático com Havana.

Redutos conservadores

Não houve recentemente eleições em Barbados e Trindade-Tobago, mas ambos os governos são fortes redutos das forças conservadoras nas Caraíbas. O Partido Trabalhista de Barbados (BLP), no governo, liderado por Tom Adams, é uma organização da classe média na qual advogados, médicos e homens de negócios exercem o comando. O BLP é radicalmente anticomunista e fielmente pró-norte-americano. O primeiro-ministro George Cham-

bers, de Trindade-Tobago, não deverá introduzir mudanças na linha política do seu antecessor, Eric Williams, falecido há poucos meses. O Movimento Nacional do Povo, fundado por Williams, liderou a luta anticolonialista nas ilhas e desafiou o poder da classe média branca. Após a independência, acabou por se transformar em protector da mesma estrutura de poder que havia atacado anteriormente.

Guiana: um caso

A Guiana é, em vários aspectos, um caso especial. O Congresso Nacional do Povo (PNC), dirigido por Forbes Burnham, governou o país durante 17 anos, mantendo vínculos amistosos com Cuba e proclamando-se fiel ao «socialismo científico». A Constituição foi reformada visando a transformação do país na primeira «república cooperativa» do mundo.

No passado, Burnham foi acusado de estar ao serviço da Agência Central de Informações dos Estados Unidos (CIA) e a sua chegada ao poder foi decorrente de uma manobra britânica, que antes da independência ignorou a vitória eleitoral do Partido Popular Progressista (PPP), organização marxista dirigida por

Chedi Jagan. Considera-se, geralmente, entre os círculos de esquerda das Caraíbas de expressão inglesa, que o proclamado «socialismo cooperativo» de Burnham não é senão uma postura ideológica destinada a manter-se no poder. Uma recente reforma constitucional instaurou um sistema presidencialista de governo, que dá a Burnham poderes quase ditatoriais. Em Dezembro de 1980, o PNC venceu umas eleições cuja legitimidade foi posta em causa pela oposição e por observadores internacionais.

Descontentamento

A análise dos resultados eleitorais indica que a Jamaica e Santa Lúcia não dois casos significativos de vitórias conservadoras sobre forças progressistas e de esquerda no poder.

Em países governados pelos conservadores (Trindade-Tobago, Barbados, Antigua, St. Kitts/Nevis, etc.) a vitória eleitoral oficial não indica necessariamente uma derrota das forças populares. Finalmente, em Antigua, Bermuda e São Vicente os conservadores conseguiram manter os governos, mas a oposição progressista registou crescimentos significativos.

Para compreender a política das Caraíbas — dos países de língua inglesa — há que levar em conta que as polémicas e divisões internas da esquerda sobre temas secundários custaram vários milhares de votos. As ilhas têm, além do mais, uma arraigada tradição de parlamentarismo bipartidário, no qual o eleitor manifesta normalmente o seu descontentamento votando contra o partido que está no poder. Assim, a sucessão de vitórias eleitorais conservadoras não reflecte necessariamente uma viragem ideológica para a direita, mas a preocupação em experimentar novos caminhos e o repúdio por dirigentes que não conseguiram satisfazer os desejos e aspirações da maioria. Os grandes temas geopolíticos das Caraíbas — o bloqueio a Cuba, o boicote a Granada, a militarização proposta por

Reagan — não foram o tema decisivo em nenhuma dessas eleições. Discutiu-se sobre manteiga e não sobre canhões. Emprego para os desempregados e mercados para os

produtos da região foram temas de preocupação para os eleitores. E se a direita não consegue dar respostas satisfatórias (como poderá dá-las se a sua doutrina monetarista só fez

promover a recessão por toda a parte?), a actual tendência não tardará a sofrer um recuo e será inevitavelmente arrastada pelo refluxo da vaga. □

Evolução da nova esquerda de língua inglesa

A evolução ideológica da nova esquerda das Caraíbas de língua inglesa avançou a partir de um perfil destacadamente étnico, de 1969 em diante, para a consolidação de um socialismo de base nacional, na década de 80.

O antropólogo e perito em questões das Caraíbas, Andrés Servin, assinala que as origens da nova esquerda no movimento *black power* (poder negro), nasceram no final dos anos 60 com um forte carácter anti-europeu, anticapitalista e anti-imperialista.

O *black power* surgiu numa fase de tensão social nas Caraíbas provocada pela crise económica, caracterizada por mobilizações populares. O fracasso de modelo de industrializações com base em capitais estrangeiros, e o declínio da agricultura, aumentaram consideravelmente os níveis de desemprego que se situaram entre 20% e 30%. Externamente, produziu-se o deslocamento da influência colonial britânica provocado pela intervenção cada vez mais acentuada dos Estados Unidos, através de investimentos na região.

Nesse quadro, Servin assinalou que o catalizador do *black power* foi a jovem intelectualidade, influenciada pelo movimento idêntico nos Estados Unidos, pelas lutas de libertação em África e pela nova esquerda europeia.

Segundo o pesquisador, a particularidade do movimento está na sua vinculação com os operários desempregados, o que lhe permitiu articular as tradições etnicistas das lutas populares com as posições anti-imperialistas. Distanciou-se tanto das estratégias políticas da social-democracia como do marxismo-leninismo clássico.

As mudanças económicas e políticas que a região viveu na década de 70 reorganizaram o movimento *black power* no sentido de quatro novas concepções ideológicas:

Um sector manteve a ideologia etnicista, afastando-se do marxismo por considerá-lo eurocêntrico, ao mesmo tempo que se promovia um «socialismo negro», de raízes africanas e orientação anti-imperialista, que contesta os sistemas clássicos eleitorais. (Exemplos: *Movement for National Liberation*, Monali, e *National United Movement*, ambos de Barbados; *Movimento Rastafari*, limitado em princípio à Jamaica e que se estendeu depois ao resto das Caraíbas).



Maurice Bishop, primeiro-ministro de Granada: um dos raros países das Caraíbas em que a esquerda é poder

Uma outra corrente evoluiu para uma articulação de posições nacionalistas e socialistas, influenciada pelas tendências da nova esquerda europeia. No plano estratégico, essas organizações transformaram-se em partidos políticos, a partir de alianças com outros grupos progressistas, para participarem nos processos eleitorais, apesar de porem em questão o sistema político económico vigente (exemplo: a maioria das organizações radicais das Caraíbas Orientais: o *ACLM* de Antigua, o *Yulino de São Vicente* e o *Movement for a New Dominica*, da Dominica, entre outros grupos).

A terceira linha ideológica caracterizou-se pela radicalização dos partidos sociais-democratas existentes que também incorporaram personalidades progressistas. Incluiu-se neste grupo o *People's National Congress*, da Guiana, o *People's National Party*, da Jamaica, e em menor escala o recente *Progressive Labour Party* de Santa Lúcia.

A quarta linha evoluiu em direcção a um perfil abertamente marxista que se identificou com as diversas correntes internacionais: maoísta, soviética e trotskista. Incluiu-se nessa mesma orientação o *People's Progressive Party* da Guiana, identificado com o marxismo-leninismo desde 1969 e o *Jamaica Workers Party*, inicialmente associado ao *black power*, mas que se distanciou posteriormente desse movimento. (Susana Pezzano).

Argentina

As lições de von Clausewitz

A derrota das Malvinas acelera a decomposição do regime militar e abre as comportas a situações imprevisíveis

Gregorio Selser

N OS últimos quinze meses, a Argentina teve no governo nada menos que sete ditadores que funcionaram a título de «presidentes». Se bem que não seja um recorde na história nacional, pelo menos é-o desde que Juan Manuel de Rosas se apossou do governo em 1835. Editorialistas e politicólogos têm advertido na imprensa portenha acerca dos riscos da «bolivização». Que coisa pior podia acontecer-lhes como o facto de se parecerem com os vizinhos do planalto do norte, de acordo com a visão até há bem pouco tempo triunfalista, daqueles que se gabavam de ser, na América Latina telúrica ou mestiça, um caso particular de país de «raça branca» e ligado irrevogavelmente à chamada «civilização cristã e ocidental?»

Mas esse não era o único motivo de orgulho presente na retórica militar desde o dia 24 de Março de 1976, quando sobre os escombros de um governo constitucional desgastado por inépcia e inércia, as forças armadas iniciaram mais uma vez uma experiência de governo, sem limitações nem condicionamentos, à qual chamaram «Processo de Reorganização Nacional» (mais um rótulo tão

atractivo como excessivo semelhante ao do regime do general Juan Carlos Onganía, que se autodenominou, em Junho de 1966, «Revolução Argentina»). O outro motivo de orgulho, segundo os discursos militares proferidos durante as comemorações, era que a Argentina, desde a consolidação da sua independência nacional, jamais havia sido derrotada numa guerra travada contra uma nação estrangeira.

A guerra suja

Noutro tom, talvez mais abominável, falava-se de outro tipo de vitória, muito mais recente e conquistada dentro do próprio território argentino, contra as «forças da subversão», ou do «terrorismo», ou da «antipátria». Havia sido esta uma confirmação atípica em termos bélicos e, talvez por fidelidade às suas características tão especiais, os seus próprios protagonistas lhe deram o nome singular de «Guerra Suja». Não existem dados oficiais, fidedignos ou definitivos dessa conflagração local que, em nenhum momento, foi mencionada como «guerra civil». Sabe-se, em virtude das investigações de organismos tão



responsáveis como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), entidade acreditada pela Organização de Estados Americanos (OEA), que houve muitos milhares de «desaparecidos» além de mortos reconhecidos como tais e outros tantos milhares de presos políticos e sindicais. Mas as cifras diluem-se na ambiguidade e na reticência oficiais. Possivelmente, se se tratasse de uma defrontação convencional, do qual não houvesse consciência de culpa nem sentimentos de vergonha, de uma «guerra limpa», empregando um antónimo condizente com a situação, não existiriam mistérios, nem sonegação de números, nem de nomes, nem enterros secretos. E muitos daqueles que seriam os protagonistas, a partir de Abril de 1982, de uma guerra em estilo clássico, gabam-se dessa «Guerra Suja» como um mérito profissional e patriótico.

A operação das Malvinas e das Geórgias foi resolvida, portanto, sem consulta nem prévia anuência da nação e do povo. Foi uma decisão secreta e exclusiva do regime ditatorial e totalitário de Galtieri, e que se concluiu com a derrota no campo militar, com um agravamento do desastre económico-financeiro em que o país já se debatia, e com um golpe palaciano que tirou o ditador da jogada e instalou um outro que também pertence ao exército. Mas abriu as comportas ao imprevisível, como

uma caixa de Pandora. Toda a derrota tem o seu preço e no caso da Argentina é óbvio que terá uma magnitude maior, além da dolorosa quantidade de mortos, feridos, aleijados e desaparecidos. E da perda do equipamento bélico.

O velho Clausewitz

O clássico «guru» dos estrategos argentinos, Karl von Clausewitz, afirmou no seu livro «Sobre a guerra»: «A perda de território e a falta de reservas frescas são, via de regra, as principais causas que determinam a retirada (...) Todo o confronto é, portanto, a medição sangrenta e destrutiva da fortaleza das forças físicas e morais; aquele que detiver no fim a soma maior de ambas as forças será o vencedor (...). As perdas na batalha consistem, principalmente, em mortos e feridos; e depois da batalha, em armas abandonadas e em prisioneiros. O vencedor compartilha com o vencido das primeiras perdas, mas isso não acontece com as segundas e, por essa razão, elas ocorrem geralmente só num dos lados adversários ou encontram-se ao menos, nesse mesmo lado, em excesso considerável.»

Se nos ativermos a esse texto, não há dúvida de que a palavra derrota, que era tabu para os militares argentinos no que diz respeito às Malvinas, aconteceu realmente. Houve um campo de batalha onde se defrontaram exércitos adversários, numa guerra que embora não tenha sido oficialmente declarada produziu, em termos militares, um vencedor e um vencido, de acordo com as citações precedentes do prussiano estudado em todas as academias que se dedicam no mundo à *ars belli* (arte da guerra).

Final triste e desastroso

Subitamente e com a mesma ausência de aviso prévio que caracteri-

zou a invasão do arquipélago das Malvinas, as forças armadas argentinas deixaram de combater, esmagadas pela superioridade tecnológica e profissional dos britânicos. O general Menéndez que capitulou diante do general Moore, riscou da acta de rendição a palavra *incondicional*. Era o único sinal de rebeldia possível, mas o seu símbolo não dissimulava a evidência irremediável da derrota, com o triste e desastroso ponto final de uma aventura que, apesar de alguns esbanjamentos de heroísmo e imaginação dos seus protagonistas — principalmente os da força aérea — cometera o pecado original de um cálculo equivocado das forças que estão em jogo na política internacional.

Os estrategas argentinos chamaram a si a derrota a partir do momento em que subestimaram certos sinais de apoio tático por parte de alguns personagens de primeiro plano do governo dos Estados Unidos.

Por sua vez, tanto os serviços de informação norte-americanos como os britânicos tomaram conhecimento dos preparativos com bastante antecedência; mas os seus condutores dos Negócios Estrangeiros e da Defesa fizeram vista grossa a esse facto, porque pensaram que os *argies* só pretendiam reforçar, diante dos foros internacionais, a sua reivindicação secular com um acto adicional de reforço aos seus argumentos históricos e jurídicos. Aquilo que começou na madrugada do dia 2 de Abril como um fácil exercício anfíbio, acabou na noite de 14 de Junho com todas as características de um desastre.

Desastre que não se deve limitar aos aspectos meramente militares e cuja consequência imediata foi a substituição pouco elegante do responsável principal pela operação, o tenente-general Leopoldo F. Galtieri. Os seus companheiros de armas comportaram-se com ele quase da mesma maneira como ele se comportou, em Dezembro de 1981, com o seu antecessor na cadeira presidencial da Casa Rosada, tenente-general Roberto E. Viola. A história costuma preparar esse tipo de ironia.

O que sobrevém agora como um dos tantos saldos e heranças da aventura malvinense (e não seria muito modificado mesmo no caso de uma vitória sobre os britânicos) é uma situação económica que levou o país à beira de uma catástrofe, senão do caos. O dólar no mercado negro (um dos índices mais infalíveis) já ultrapassou a barreira dos 40 mil pesos por unidade, enquanto que a 2 de Abril era cotado a 20 mil pesos.

O bloqueio da Comunidade Económica Europeia (CEE) não produziu efeitos exagerados que não possam ser remediados, mas, em compensação, a dívida externa pública e privada, que já era a mais elevada na história do país, sofreu um novo impulso ascendente num quadro de crescente desemprego, encerramento de comércios e indústrias, falências, fuga de capitais e índices económicos que já estavam a 31 de Março de 1982 em declínio, como nunca havia ocorrido antes.

E como se não fosse suficiente, a derrota acelerou o processo de decomposição dentro do regime militar, fracturando a sua coesão e abrindo as comportas para situações imprevisíveis e talvez até incontroláveis. O povo e a classe trabalhadora, que não foram consultados, assistem impassíveis a essa nova frustração.

Balanço desventurado

O general reformado Reynaldo Bignone substituiu, por uma decisão parcial dos seus pares do exército — e com a automarginalização premeditada da força aérea e da marinha — o general Galtieri, transformado em bode expiatório de um desastre do qual, a rigor, as três armas têm de assumir a responsabilidade. Analisando o assunto em maior profundidade, o desfecho foi uma consequência do impulso gerador e expansionista da força naval, e indo mais longe ainda, do comandante-em-chefe desta última, almirante Jorge Isaac Anaya.

A competição e a rivalidade entre as armas não é uma novidade na Argentina e bastaria lembrar os choques de 1962-1963 entre «Azuis» e «Vermelhos», para tentar uma



maior compreensão de Bignone, seguidor dos generais Videla e Viola no período de 1976-1981 do chamado «Processo...» etc., anuncia-se que haverá uma convocação de eleições para o primeiro trimestre de 1984 e, pela primeira vez em mais de seis anos, menciona-se que o candidato não será um militar mas um civil que deverá chegar à primeira magistratura através do voto maioritário. Bignone pertence ao bando que dirigiu e executou a «Guerra Suja», assim como o novo comandante-em-chefe do exército, tenente-general Cristiano Nicolai-des (o «ayatollah»), um feroz católico pré-conflito, ultradireitista e adversário declarado da «política» e dos «políticos». Mas isso não o impede de chamar a si mesmo «democrata» e muito menos ainda de se considerar um impetuoso defensor do «Ocidente», entendendo por «Ocidente» e por «democracia» o que os militares argentinos e, em geral os sul-africanos, entendem pelo termo.

A derrota

O estrategista von Clausewitz afirma: «O sentimento da derrota,

«A vitória tem cem
pais, mas a derrota é
sempre órfã»:
Galtieri aclamado
após o desembarque
argentino nas
Malvinas e a chegada
de prisioneiros a
Buenos Aires.



que arrebatada só no campo de batalha os oficiais superiores, estende-se, afinal, a todas as hierarquias, até ao soldado raso. Esse sentimento agrava-se por causa da desconfiança crescente para com o chefe, a quem os subordinados acusam, em maior ou menor grau, dos esforços infrutíferos que realizem».

«E esse sentimento de derrota não é uma simples imaginação que possa ser vencida. É a verdade evidente que o inimigo foi superior, verdade que poderia inicialmente ter ficado tão escondida a ponto de não poder ser detectada antes, mas que surge

clara e conclusiva no resultado.»

«Talvez tivéssemos previsto antes, mas, por falta de algo mais real, tivemos de contrapor a esperança ao acaso, a confiança na coragem. Mas agora tudo isso demonstrou a sua inadequação, e devemos enfrentar imperativamente a dura verdade (...) E que podemos dizer do efeito da derrota fora do exército, sobre a nação e o governo! É a derrocada repentina de esperanças levadas ao extremo, da queda de toda a confiança em si mesmo. Em lugar dessas forças extintas, um espírito negativo, com as suas propriedades

destrutivas em expansão, precipita-se no vazio que restou e completa o abatimento. É um verdadeiro ataque fulminante de apoplexia, e um dos dois combatentes recebe a fálscia eléctrica da batalha principal. Em vez de se precipitarem todos com espírito decidido, para ajudar a reparar as perdas, todos pensam que os seus esforços serão em vão, param e vacilam, abatidos pelo desânimo. (...) Toda a batalha perdida tem uma influência enfraquecedora e desintegradora. Uma segunda batalha conduziria à derrota total, a menos que novas circunstâncias favoráveis entrem em jogo. Há uma necessidade imediata de se concentrar e recuperar, na concentração, a ordem, a coragem e a confiança.»

Se essas fórmulas se referem a batalhas militares perdidas, é preciso pensar na sua aplicação às outras batalhas de natureza civil, aquelas que tanto o povo como a classe trabalhadora argentina têm perdido durante anos, por obra e graça dos seus governantes de todo o tipo e condição, e por causa da premeditada antinacional e antipopular acção dos quadros estáveis da oligarquia agro-financeira, a cujo serviço actuaram — e possivelmente continuam actuando — os quadros profissionais das forças armadas.

Arthur Schlesinger refere em «Os mil dias de Kennedy», que no final do fiasco que foi a tentativa de invasão da Baía dos Porcos, em Abril de 1961, e após assumir com voluntarismo a responsabilidade pelo desastre, o decepcionado presidente comentou: «A vitória tem cem pais, a derrota é sempre órfã». O povo argentino está a ser derrotado desde Março de 1976 pelos seus algozes parasitas, que foram derrotados por sua vez naquilo que lhes é inerente: a sua profissão de armas. A título de desforra, o exército e a sua polícia apontam novamente as armas contra aqueles que já foram oprimidos. Daí que sejam escolhidos os militares da «linha demente», — os Nicolaides e os Bignones — para que eles continuem a derrotar e a submeter o povo em proveito das corporações transnacionais e os seus aliados locais. □

Brasil

A igreja no banco dos réus

Através da condenação dos padres franceses, tenta-se julgar a acção pastoral do clero brasileiro que tem assumido a defesa dos sem terra

Memélia Moreira

○ julgamento dos missionários franceses Aristide Camio e François Gouriou, realizado em Belém, capital do estado do Pará, no norte do Brasil, no dia 21 de Junho, constituiu-se, de facto, no julgamento da acção pastoral da Igreja brasileira.

Todos os sectores do clero, dos mais progressistas, como D. Pedro Casaldáliga, aos mais moderados, como o arcebispo de Belém, D. Alberto Gaudêncio Ramos, coincidem nessa interpretação. Não houve um só bispo que discordasse: a justiça militar de Belém julgou, na pessoa dos padres, a pastoral da terra, executada pela Igreja em toda a Amazônia.

Essa pastoral da terra, aprovada pela Comissão Episcopal de Pastoral, uma espécie de ministério da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), defende uma reforma agrária com a participação dos camponeses, combate a exploração da terra por parte do capital nacional e estrangeiro e incentiva a participação dos trabalhadores nas associações de classe e sindicatos.

Praticada desde o início da década de 70 por um reduzido grupo de bispos, a pastoral da terra viveu durante cerca de onze anos quase de forma «clandestina». Foi necessário

que os conflitos pela terra na região dos rios Araguaia e Tocantins (que dividem os estados do Maranhão, Pará e Goiás) crescessem, que centenas de camponeses perdessem as vidas em emboscadas e acções armadas dirigidas pelos grandes fazendeiros, para que o episcopado brasileiro assumisse uma posição nos problemas fundiários do país.

Foi assim que em Fevereiro de 1980, durante a assembleia-geral dos bispos do Brasil, realizada no interior de São Paulo, na cidade de Itaipu, que mais de 300 bispos aprovaram o documento «A Igreja e os problemas da terra». Nesse documento, os bispos fazem uma distinção entre *terra de exploração* e *terra de trabalho*.

A *terra de exploração* — afirmam os bispos — «é a terra de que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros».

A *terra de trabalho*, entendem os bispos, «é possuída por quem nela trabalha. Não é terra de explorar os outros nem para especular».

«No nosso país — afirma o documento — a concepção de terra de trabalho aparece fortemente no direito popular de propriedade familiar, tribal e comunitária. Essas formas de propriedade, alternativas

à exploração capitalista, abrem um amplo caminho, que viabiliza o trabalho comunitário, até em áreas extensas, e a utilização de uma tecnologia adequada, tornando dispensável a exploração do trabalho alheio».

Ação policialesca do GETAT

O presidente da República, sabendo com antecedência que o documento da Igreja colocava a nu a política fundiária do país, decidiu (13 dias antes dos bispos o aprovarem) criar mais um órgão que se ocupasse da reforma agrária. No dia 1 de Fevereiro de 1980, o presidente criou, por decreto-lei, o Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins — conhecido pelas suas iniciais, GETAT — subordinado directamente à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Os objectivos desse grupo são: «coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária no sudeste do Pará, norte de Goiás e oeste do Maranhão». Estes estados apresentam actualmente 433 conflitos de terra, envolvendo 107.834 famílias de camponeses, de acordo com um levantamento realizado pela Comissão Pastoral da Terra e não contestado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão responsável pela reforma agrária em todo o país, nem pelo GETAT.

Menos de dois meses depois da criação do GETAT, a Igreja do Araguaia começava a mostrar a «inutilidade» desse novo órgão afirmando que a regularização fundiária promovida «beneficia apenas os grileiros (especuladores de terra) e os grandes proprietários cujos títulos de terra não são legalizados». Agentes da Comissão Pastoral da Terra denunciavam também a acção policialesca do GETAT», afirmando que os seus funcionários «fazem prisões arbitrarias de lavradores, pa-



Aristide Camio e François Gouriou, à saída do Tribunal com D. Luciano Mendes. Ao lado, D. Pedro Casaldáliga

dres, freiras», além de estarem sempre acompanhados «pelos jagunços (pistoleiros a serviço de latifundiários) das fazendas».

Nessa época foram presos inúmeros lavradores, principalmente em Conceição do Araguaia, e assassinado o candidato à direcção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, Raimundo Ferreira Lima, o *Gringo*, em Maio de 1980.

Posseiros resistem

Assassinado à porta do hotel onde estava hospedado, *Gringo* começou a ser um nome da resistência dos posseiros do Araguaia. Sua mulher, Oneide, assumiu a luta do marido, comandando todos os pequenos movimentos de resistência no distrito de São Geraldo do Araguaia, que faz parte do município de Conceição do Araguaia. No dia do julgamento dos missionários franceses, Oneide perguntava quando encontrariam os assassinos do seu marido. A pergunta ficou sem resposta. Porém, toda a população de São Geraldo e de Conceição do Araguaia conhece os homens que tinham interesse na morte de *Gringo*.



Nessa troca de acusações entre o GETAT e a CPT, o clima de tensão na área continuava a crescer. Entre Julho de 80 e Agosto de 81, explodiram 11 pequenos conflitos provocados por acções de despejo ou emboscadas. E a emboscada do dia 13 de Agosto, da qual os missionários Aristides Camio e François Gouriou foram acusados de instigadores, foi apenas um dos momentos dessa guerra diária na região do Tocantins e do Araguaia.

O caso dos padres interessa ao regime a título de exemplo para os demais missionários, freiras e agentes de pastoral que trabalham nessa região. Uma tentativa de intimidar a Igreja e fazê-la recuar. □

O julgamento

Carlos Schramm

APÓS 22 horas de julgamento na auditoria da 8.^a Circunscrição da Justiça Militar em Belém (Pará), foram condenados os missionários e mais 13 posseiros, pela Lei de Segurança Nacional, a penas que variam entre 8 e 15 anos de prisão.

Os padres e os posseiros (trabalhadores rurais sem título das suas terras) foram julgados por uma emboscada, ocorrida no dia 13 de Agosto do ano passado, contra agentes da polícia federal e do Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins (GETAT), vinculado ao Conselho de Segurança Nacional. Os agentes estavam em missão para expulsá-los de um castanhal cujo direito de exploração foi concedido pelo governo do estado do Pará ao deputado Juraci Teixeira.

Praça de guerra

Belém, tida como capital da Amazônia — embora Manaus seja oficialmente reconhecida como tal — transformou-se, nas vésperas do julgamento, numa praça de guerra,

com todo o efectivo policial-militar nas ruas próximas à auditoria.

A maioria da população da capital paraense foi surpreendida com a ocupação, por mais de 1.200 soldados, da praça da República numa tranquila tarde de domingo, com um aparato accionado pelo Comando Aéreo regional e o 2.^o Batalhão de Infantaria da Selva.

O Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA), organizado por agentes de pastores, missionários e leigos, tinha convocado a população para um desfile até a Auditoria, através de panfletos distribuídos em toda a cidade, a maioria deles forjados pelos órgãos de segurança.

O regime pensava que a população local tentaria perturbar o julgamento com manifestações de protesto contra a ditadura. A preocupação dos órgãos de segurança foi tal que até um gerador foi instalado junto à pequena sala da 8.^a CJM para a eventualidade de uma sabotagem.

«Tudo foi muito ridículo», come

tou o bispo de Uberlândia (MG), D. Estêvão Avelar, também envolvido em processo semelhante em 1976, quando posseiros resistiram à expulsão das suas terras e mataram dois soldados que actuavam fora das atribuições das forças armadas. D. Estêvão foi comedido no seu comentário porque mais tarde assinaria, juntamente com outros 16 bispos que concelebraram uma missa de desagravo, a nota oficial da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) sobre a forma como se realizou o julgamento.

O presidente interino Aureiliano Chaves poderia ter assinado um decreto expulsório dos dois padres franceses no dia 5 de Novembro de 1981 (o presidente Figueiredo estava internado num hospital em Cleveland, EUA). Nesse caso, o julgamento não se realizaria e os posseiros autores da emboscada hoje estariam como presos comuns nas celas do presídio São Miguel, e não no quartel do 2.^o Batalhão de Infantaria da Selva, na condição de presos políticos.

Mas antes de Aureiliano Chavez fazer qualquer coisa, naquele dia, às 18.30 horas, quando D. Luciano Mendes, presidente da CNBB, foi ao Departamento de Polícia Federal receber os padres para responderem ao processo em liberdade, chegava um telex de Belém decretando a prisão preventiva dos dois missionários, o que implicou a sua remoção para o quartel do 2.^o BIS logo no dia seguinte.

O processo que condenou os dois padres e os 13 posseiros pela Lei de Segurança Nacional tem 2.500 páginas. Somente a sua leitura, praxe em todo o julgamento, consumiu cinco das 22 horas da sua duração. Na sala onde se realizou, não cabiam mais de 60 pessoas, espaço disputado desde a madrugada do dia anterior por bispos e missionários que queriam assistir ao julgamento.

Os posseiros e os missionários ouvem a sentença de condenação. A televisão francesa cobriu o acontecimento.





Os manifestantes foram cercados por efectivos militares que fizeram do local uma praça de guerra

Devido ao cerco militar que impediu o acesso de qualquer pessoa numa distância de dois quilómetros da 8.^a CJM, formou-se uma bicha para disputar as 30 credenciais permitidas (os outros lugares foram ocupados por soldados do 2.^o BIS). Mas oficiais à paisana — posteriormente reconhecidos pelos advogados de defesa como seus ex-alunos — «furaram» a bicha e ocuparam esses lugares.

Apenas dois dos 13 posseiros — os irmãos Raimundo e Venâncio da Anunciação, os únicos que não acusaram os padres de incitamento para a emboscada — assistiram ao julgamento de cabeça erguida, como observou o bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga. Os restantes pareciam estar drogados e ainda sob o impacto das torturas sofridas na fase do inquérito, conforme depoimento dos seus familiares.

A «defesa» desses posseiros, feita pelo advogado Djalma Farias, foi toda ela decalcada da acusação do promotor Demócrito Noronha, no sentido de que eles atiraram contra os polícias instigados pelos padres,

a partir de uma missa celebrada na casa de um deles — João Mathias — cinco dias antes da emboscada.

João Mathias já foi pistoleiro, serviu de guia — «bate-pau» (1) — do exército nas guerrilhas dos anos 70, de acordo com os advogados de defesa, e foi utilizado pela promotoria como a principal testemunha de acusação. Sentiu-se mal durante o julgamento e foi hospitalizado numa clínica do Ministério da Aeronáutica.

Temendo um desgaste político com a expulsão dos dois padres franceses antes das eleições de 15 de Novembro — facto já admitido mesmo antes do julgamento por membros do clero e assessores do Ministério da Justiça —, o regime conta com o recurso do Poder Judiciário para prolongar este caso até ao final do ano.

Os padres, sempre acusados de «comunistas», embora tenham sido expulsos do Laos em 1974, tencionam esgotar todos os recursos jurídicos possíveis e, segundo os seus

(1) -Bate-pau- ou -bate-duro-, camponês ligado ao exército no qual passa informações.



Aureliano Chaves: a sua assinatura teria anulado o julgamento

advogados, apenas serão expulsos do país depois de um último recurso, este junto do Supremo Tribunal Federal. Isso porque não há dúvida de que o Superior Tribunal Militar não modificará o veredicto da 8.^a CJM, de Belém. □



VESPER
Importação e Exportação

Empresa de capitais mistos Luso-Angolana

Associadas:

IMPORTANG U.E.E.

Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.

Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.

Empresa de Despachos Alfandegários de Luanda

COTECO

Sociedade de Cooperação Técnica e Comercial, Lda.

Comércio Geral de
Importação e Exportação
Representações, Serviços,
Actividades Conexas e
Agência de Empresas
Nacionais e Estrangeiras

VESPER

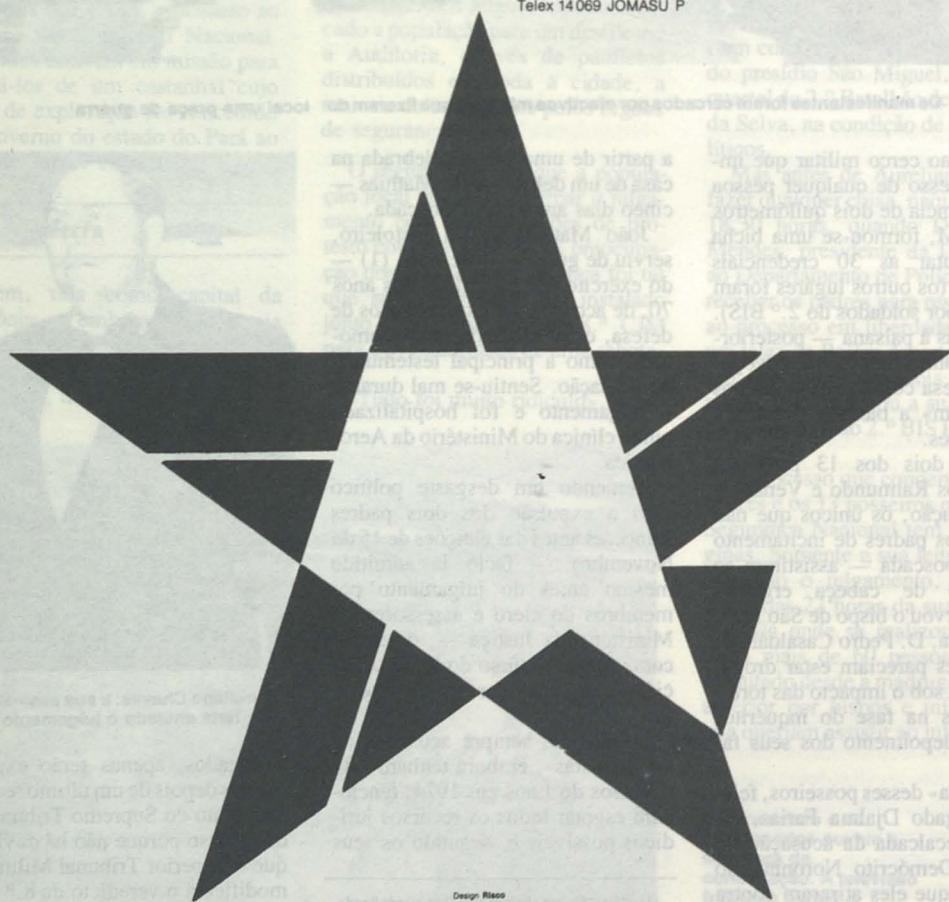
Importação e Exportação, Lda.

Av. António José de Almeida, 44, 1.º-D.

1000 LISBOA Portugal

Telefs. 73 11 23 | 73 13 23 | 73 14 23

Telex 14 069 JOMASU P



Design: Risco

COMUNICAÇÃO

O ruído como arma

A Rádio Venceremos, a voz da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), iniciou as suas transmissões a 10 de Janeiro de 1981, a partir das montanhas de Morazán, em territórios controlados pelas forças guerrilheiras salvadorenhas.

A rádio clandestina surgiu num momento em que os poucos jornais e emissoras de rádio que mantinham uma atitude crítica e de denúncia tinham sido fechados; os jornalistas opositoristas, se encontravam desterrados, encarcerados ou assassinados, assim como monsenhor Oscar Romero — «a voz dos sem voz».

A *Venceremos* desempenha vários papéis: dá instruções ao povo, informa sobre os avanços da guerrilha, agita, denuncia e rompe o cerco informativo imposto pelo regime e as transnacionais da informação.

Em pouco tempo, a rádio foi crescendo em poder de mobilização, transformando-se inclusive numa fonte obrigatória para os correspondentes estrangeiros que passaram a não dar muito crédito aos comunicados oficiais.

Porém, a partir de 26 de Março passado, na sua transmissão das seis horas da manhã, por cima do sinal da rádio guerrilheira, escuta-se um forte zumbido que impede que o programa seja ouvido normalmente. A interferência inicialmente provinha do navio norte-americano *Caron*, ancorado nas águas do golfo de Fonseca e equipado com um sofisticado sistema de comunicações.

Espionagem

A agência de notícias AP (Associated Press) já tinha denunciado, a 24 de Fevereiro, que «os Estados Unidos mantêm um destróier equipado com sofisticados aparelhos

electrónicos frente ao litoral de El Salvador, a fim de escutar as comunicações de rádio da área.».

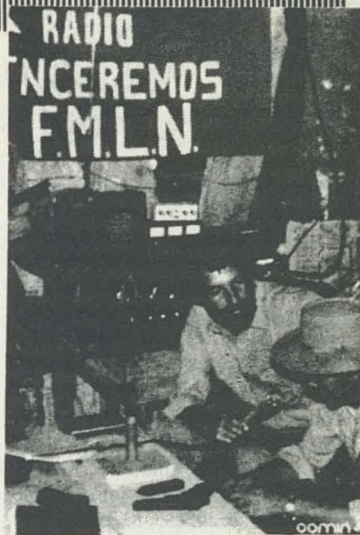
Embora os métodos de espionagem estejam severamente protegidos, sabe-se que os destróiers da classe *Spruance* têm o equipamento mais avançado para praticar o que se conhece como espionagem de comunicação.

Tanto o *Deyo*, estacionado no Pacífico em frente a El Salvador desde Janeiro, como o *Caron*, que depois o substituiu, pertencem à classe *Spruance*. Esses navios estariam em condições de escutar as comunicações entre as unidades guerrilheiras em El Salvador e técnicos da oposição identificaram-nos como a fonte das interferências na frequência da Rádio Venceremos.

Quando essas actividades começaram, o exército salvadorenho já tinha lançado 15 ofensivas contra a província de Morazán, entre cujos objectivos estava a destruição da rádio guerrilheira. Mas, a *Venceremos* continuava a transmitir apesar do comité de Imprensa das Forças Armadas ter anunciado várias vezes a sua destruição.

Diante da incapacidade da Junta para calar pelos seus próprios meios a emissora rebelde, o governo norte-americano tomou o problema em mãos numa atitude que a FMLN denunciou como «claro intervencionismo».

Aproximava-se a data das eleições e era necessário silenciar toda a denúncia. Em 19 de Março, em Chalatenango, apareceram os cadáveres de quatro jornalistas holandeses. Nesse mesmo dia, a brigada Maximiliano Hernández Martínez (grupo paramilitar de direita) publicou os nomes de 33 jornalistas «condenados à morte». A 20 de Março, um grupo de *cameramen* brasileiros foi metralhado quando se dirigia



para uma reportagem no interior do país.

Seis dias depois, começou a interferência sobre a emissora, que prossegue até hoje. Algumas vezes, é um zumbido muito forte que apaga totalmente o sinal da rádio Venceremos; outras, interferem com música de diversos ritmos, que se confunde com o sinal e só permite captar algumas frases soltas.

Frequências variáveis

Contra isso, a *Venceremos* estreou o seu «sinal guerrilheiro», sob a palavra-de-ordem «burlemos a interferência imperialista», e convidou os seus ouvintes a sintonizar a rádio em frequências variáveis na faixa de 40 metros. Mas isso obriga a uma incómoda sintonização que torna difícil escutar um programa completo. Outras vezes, a rádio transmitiu simultaneamente em duas frequências. Enquanto interferiam numa, podia-se escutar a outra. Mas o *Caron* depressa conseguiu interferir em ambos os sinais simultaneamente. Apesar dessas dificuldades, a *Venceremos* não deixou de transmitir e continua com os seus horários habituais de segunda a sábado às 6.00 e às 20:30 horas e aos domingos, às 8:00, 14:00 e às 20:30 horas, em frequên-



cias variáveis em torno dos 7 megahertz.

Segundo explica Rolando Martínez, responsável pela rádio Venceremos no exterior, em Junho, o *Caron* foi substituído por outro navio, identificado como o FF-1075 *Trippe*, fundeado em águas territoriais salvadorenhas. Martínez exorta a que se organize uma campanha mundial contra as interferências que «tentam calar a única voz livre de El Salvador, criada, desenvolvida e sustentada pelo Poder Popular nas nossas áreas de controlo».

Ao mesmo tempo que a administração Reagan desvia os seus melhores equipamentos de espionagem electrónica para a sua tarefa de censurar as precárias instalações de uma rádio guerrilheira, funcionários norte-americanos argumentam em diversos foros que a Nova Ordem Informativa Internacional, defendida pelo Terceiro Mundo, seria inaceitável devido à sua suposta intenção de limitar o «livre fluxo da informação»... □



Contra a interferência, a Rádio Venceremos convida os seus ouvintes a sintonizarem-na em várias frequências

A agência de notícias AP (Associated Press) já tinha denunciado o nome de Venceremos, que os Estados Unidos mantêm um destruído grupo de soldados com sofisticados aparelhos

Jornalista norte-americano morre a lutar pela FMLN

O povo norte-americano tem dado mostras palpáveis de apoio à luta popular salvadorenha; mas uma das expressões mais claras e concretas foi a de um cidadão norte-americano, Joseph David Anderson, escritor e jornalista, que morreu nos combates na província de Morazán.

Logo que foi viver para El Salvador, em 1980, Joseph David se empenhou na defesa da causa dos explorados, da mesma forma como o havia feito ainda nos Estados Unidos contra a guerra no Vietname.

Joseph Anderson integrou-se na Frente Oriental «Francisco Sánchez», onde realizou múltiplas tarefas: reportagens sobre a guerra, fotografias, além de estar lado a lado com os rebeldes nos combates de San Miguel, Gotera, Perquín, Joicoatique e em outras localidades. Realizou, também, uma extensa pesquisa sobre o massacre de mil camponeses em Morazán, recolhendo dados sobre a participação norte-americana nessa operação.

Paralelamente a essas actividades, exercia o seu ofício de escritor, vivendo no acampamento da Rádio Venceremos e trabalhando num livro sobre a guerra de libertação. Talvez algum dia o mundo possa ler esse livro como obra póstuma desse norte-americano consciente e engajado.

No dia 27 de Abril passado, Lucas (como era chamado nas fileiras combatentes) integrava a equipa da Rádio Venceremos que cobria a batalha de Poza Honda.

Num dos combates, Lucas — que se encontrava na primeira linha de fogo — foi ferido mortalmente por uma espingarda automática norte-americana M-16. A última fotografia que tirou foi a de um soldado

morto, ao lado de um canhão de 90 mm, de fabricação norte-americana, que o governo dos Estados Unidos enviara para o exército salvadorenho.

Uma semana antes da sua morte, Anderson tinha enviado uma carta ao Congresso norte-americano, condenando a acção da administração Reagan na América Central e, particularmente, em El Salvador. Eis o conteúdo da carta:

Morazán, 20 de Abril de 1981

Ainda não passou mais de uma década desde que o Congresso e o povo norte-americanos foram testemunhos da tragédia do Vietname, e de novo o governo do nosso país repete os mesmos erros de diplomacia internacional, os mesmos equívocos na política externa e a mesma ruptura na nossa tradição de moralidade e humanitarismo, para comprometer outra pequena nação no horror da guerra. O país em questão, hoje, é El Salvador e desta vez não se trata de uma longínqua nação noutro hemisfério, mas de uma nação que é parte do nosso continente.

Como testemunha dos trágicos resultados da nossa crescente ajuda militar à Junta salvadorenha, posso salientar a perda de prestígio dos Estados Unidos diante da vítima dessa intervenção, que é o povo salvadorenho. As pessoas daqui, assim como os latino-americanos do México até à Terra de Fogo, festejaram com alegria as conquistas dos nossos astronautas, choraram a morte do nosso presidente Kennedy e mostraram-se agradecidos com as nossas acções humanitárias. Mas quando as bombas de napalm norte-americano destroem as casas dessas mesmas pessoas, matando os seus filhos, obrigando os sobrevi-

ventes a tornarem-se refugiados no seu próprio país, então a gratidão acaba.

Escrevo-lhes não só como testemunha do sofrimento e da agonia desta nação, mas também como cidadão norte-americano que trabalha e luta junto do povo salvadorenho que clama por liberdade e quer a paz. Vocês, o Congresso e o povo norte-americano, não lhe estão, infelizmente, a dar essa oportunidade. No entanto, apesar do sangue de milhares de assassinados desde Outubro de 1979, o povo de El Salvador não se sente traído pelo povo norte-americano. Por isso eu afirmo que se o nosso governo continuar a forçar a guerra neste país centro-americano, estará a trair o povo dos Estados Unidos.

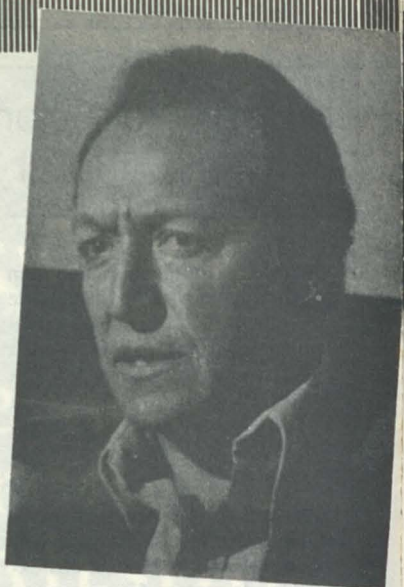
Ainda é tempo de o povo norte-americano se levantar contra o presidente e deter a ajuda militar ao governo fascista de El Salvador. Uma vez mais, o povo norte-americano deve manter-se informado das atrocidades da guerra — agora aqui, em El Salvador — e fazer um apelo ao nosso governo para que não continue a participar neste trágico conflito que, dia a dia, se torna mais terrível. □



J.D. Andersson

O último poema de Quiroga Santa Cruz

No mesmo dia do golpe de Estado de García Meza, em 17 de Julho de 1980, o líder socialista, cujo nome se tornou conhecido em todo o continente latino-americano, era assassinado juntamente com vários dirigentes sindicais. A dois anos da sua morte, prestamos-lhe uma homenagem, publicando uma poesia inédita que mostra o seu lirismo e o seu compromisso revolucionário.



DENTRE as múltiplas facetas que caracterizaram a personalidade do líder do Partido Socialista da Bolívia, assassinado pelos militares no golpe de 1980, talvez a de poeta seja a menos conhecida. Em compensação, a sua veia literária é um pouco mais conhecida.

Marcelo Quiroga Santa Cruz, com efeito, publicou em 1959 o romance «Os desabitados», recentemente editado por «Os Amigos do Livro», em La Paz. O seu livro mais difundido — actualmente esgotado — é «O saque da Bolívia» (Edições Crisis, Buenos Aires, Junho/Julho de 1973), obra polémica de economia e ciência política bolivianas e, ao mesmo tempo, um apaixonado manifesto nacionalista e patriótico, em que o fundador do Partido Socialista da Bolívia colocava, frontal e prontamente, as suas convicções na busca da libertação de uma nação e de um povo subjugados pelo poder hegemónico transnacional. Antes da sua morte, fora anunciada a publicação de uma outra obra, «A Bolívia e

o gás», de conteúdo também polémico e denunciador.

Em compensação, pouco se sabe até que ponto Marcelo Quiroga cuidava da sua veia poética, embora talvez o fizesse às escondidas e com muito pudor. Mas quem o conheceu de perto, sabe que ele era um apaixonado pela poesia. Muitos dos seus poemas nunca viram tinta de impressão. Outros tornaram-se públicos sob a capa de um pseudónimo.

Permita-se-nos recordar um desses poemas que circulou pela Bolívia em milhares de exemplares, sem que os seus leitores soubessem quem era o autor. Marcelo assinou esse poema, «Não é em vão», com o pseudónimo de Pablo Zarzal. Foi publicado na página 67 do livro «O massacre de Todos os Santos», obra editada em Janeiro de 1980 pela Assembleia Permanente dos Direitos Humanos da Bolívia, mais tarde proibida e os seus exemplares apreendidos por todo o país. Trata-se de um volume que testemunha os excessos e crimes em que incorreram as Forças Armadas a partir da quartelada do 1.º de Novembro de 1979, liderada pelo coronel narcotraficante e alcoólatra, Alberto Natusch Busch. O livro tem uma farta e eloquente documentação fotográfica, a cores e a preto-e-branco, com fotos

tiradas por Domingo Politi, Viviane de Soruco, Freddy Alborta, Félix Valdivia, David García e Charles Steiner, todas ilustrativas do drama iniciado justamente no dia de Todos os Santos. O seu saldo, com dados pormenorizados até com nomes e sobrenomes, foi de 216 mortos e uma cifra ainda maior de feridos.

O que surpreende é que, nas condições sócio-políticas já então vividas na Bolívia e no meio de um terrorismo de Estado que o chefe da III Secção (Informação Militar), coronel Luis Arce Gómez, já tinha começado a desencadear, com total desprezo pela ordem legal e constitucional, se tenha podido editar esse livro fazendo-o circular tão amplamente.

O poema de Marcelo Quiroga defende que não foram em vão aqueles 500 caídos nas duas semanas de Novembro, em que o povo boliviano acabou por se impor à soldadesca quase que apenas com a única virtude dos seus sentimentos de pátria e nacionalidade. A despeito das figuras e imagens poéticas do texto, todo o leitor boliviano identificou sem esforço os «quatro traidores de casaca» que se uniram aos militares para desencadear mais uma das centenas de golpes que proliferam na história do país.

● Marcelo Quiroga Santa Cruz foi colaborador de *cadernos do terceiro mundo* desde o seu primeiro número, publicado em Buenos Aires em Setembro de 1974. Nessa oportunidade, escreveu o artigo «Bolívia: sem gás nem pátria». Naquele momento, Quiroga estava exilado na Argentina.



Figura nacional

Foi com toda a certeza, escrito nos dias ou semanas que se seguiram ao estrondoso fracasso da quartelada. Depois, a voragem da militância política envolveu, mais uma vez, o seu autor e talvez ele já não tenha tido outra oportunidade nem a tranquilidade suficientes para escrever outro — ou outros — poemas e obras literárias. Não o sabemos. Sem pretender forçar imagens retóricas, suspeitamos que, para um militante como Marcelo, o facto de ter passado de uma eleição de oito mil votos em 1978 para outra de mais de cem mil em 1980, com todas as ameaças e pressões que o Partido Socialista deve ter suportado, souo como o mais bonito dos seus poemas. Os seus sacrifícios e desvelos não eram em vão nem podiam sê-lo. Nos versos do seu último poema, já eram milhões os punhos que se acendiam. Por isso, os uniformes de ferro o assassinaram, e cinco deles que foram identificados: Hugo Bánzer Suárez, Luis García Meza, Waldo Bernal Pereira, Ramiro Terrazas Rodríguez e Luis Arce Gómez. (Gregorio Selser) □



Não é em vão

*Duas foram duas
as semanas de Novembro
uma tinta de sangue
e outra manchada de medo.*

*Quatro foram quatro
os traidores de casaca
dois em busca de fortuna
e dois à procura de nome*

*Dez foram dez
os uniformes de ferro
cinco sedenços de sangue
e cinco ávidos de fogo.*

*Um foi só um
o terrível carrasco
metade língua de veneno
metade canino de aço.*

*Quinhentos foram quinhentos
caídos no caminho
uns viram sua a vitória
e outros venceram de mortos.*

*Milhões foram milhões
os punhos que se acenderam
milhões de corações
opostos à casaca
às balas e ao carrasco.*

*Milhões os homens
que um dia
serão um só e novo.*

Pablo Zarzal
(Marcelo Quiroga Santa Cruz)

África do Sul: O terrorismo de Estado

□ Faleceu no passado dia 17 de Agosto, em Maputo, vítima de uma encomenda-bomba, a professora Ruth First, socióloga e destacada militante do ANC, movimento de libertação da África do Sul.

O atentado teve lugar no Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane, cerca das 16.30, e ocorreu quando Ruth First, juntamente com o professor Aquino de Bragança, — prestigioso intelectual moçambicano, director daquele centro de estudos, que, entre a sua múltipla e preenchida actividade, integra o conselho editorial de *cadernos do terceiro mundo* — tentavam desembrulhar uma encomenda que vinha assinalada como contendo documentação do Centro Africano Bibliográfico de Washington, o que não causou qualquer suspeita, já que esse tipo de documentação é recebida regularmente no CEA da Universidade Mondlane. Para além de ter vitimado Ruth First, a encomenda-armadilha causou ferimentos em Aquino de Bragança, Brigitte Oloachen, professora norte-americana que lecciona no Centro de Estudos e ainda o investigador sul-africano Pallo Jordan, residente na Zâmbia, ferimentos que não vieram a assumir a gravidade que inicialmente se temera.

Fontes dos organismos de segurança moçambicanos posteriormente contactados pela agência noticiosa moçambicana, AIM, não tiveram dúvidas em atribuir a responsabilidade do atentado que vitimou Ruth First aos serviços secretos sul-africanos, particularmente activos em assassinar dirigentes do ANC nestes últimos anos.

De salientar que a encomenda que continha o explosivo chegara ao Centro de Estudos Africanos da Universidade de Maputo exactamente uma semana antes da fatídica ocorrência, e que só não fora aberta há já mais tempo devido ao total empenhamento de Ruth First, assim como de Aquino de Bragança, na Conferência de Ciências Sociais que então decorria na Universidade Eduardo Mondlane sob o patrocínio da UNESCO. Recorde-se que na referida conferência estiveram presentes destacados investigadores sociais dos diferentes países que integram o SADCC, assim como proeminentes convidados vindos dos mais diversos continentes. Segundo as autoridades moçambicanas, era intenção dos assassinos de Ruth First fazer coincidir o atentado com o decorrer dos trabalhos daquela conferência, que se debruçava, precisamente, sobre as questões da libertação da África Austral.

O assassinato político é de há muito um sujo expediente utilizado pelas autoridades de Pretória contra os militantes da luta contra o *apartheid*. Isso mesmo foi denunciado pelo Comité Executivo Nacional do ANC,



em Agosto do ano passado, que acusou o regime do *apartheid* de tentar destruir o movimento de libertação sul-africano através da eliminação física dos seus líderes e militantes, dentro e fora da África do Sul. Segundo relatava a revista moçambicana *Tempo* na sua edição de 22 de Agosto passado, elevar-se-ia já a 19 o número de dirigentes do ANC mortos pelos serviços secretos sul-africanos através de atentados desta natureza como o que vitimou Ruth First, ou através de acções directas de comandos, como o ocorrido em Janeiro do ano passado, na Matola, em Moçambique, em que um comando racista matou 12 membros do ANC e raptou outros três.

A professora Ruth First, cujo assassinato chocou profundamente o continente africano e as mais diferentes forças democráticas europeias, era mãe de três filhos e casada com Joe Slovo, destacado dirigente do ANC.

Venezuela e Suriname reconhecem RASD

□ A Venezuela e o Suriname reconheceram oficialmente e *de jure* a República Árabe Saharaui Democrática, proclamada pela Frente Polisário e pelo povo da antiga colónia espanhola em 27 de Fevereiro de 1976.

Estes novos reconhecimentos da jovem República Saharaui, cujo povo, sob a direcção da Frente Polisário, continua a lutar pela completa libertação do seu território nacional, constitui mais um sério revés para as teses expansionistas marroquinas, país que, como é sabido, continua a ocupar alguns pontos do território do Sahara Ocidental. Eleva-se assim a 53 o número de países que reconheceram a RASD.

O reconhecimento da RASD pela Venezuela ganha um especial significado se se atender que aquele país sul-americano, um dos «gigantes» da América Latina, é governado por um partido democrata-cristão com forte influência no movimento democrata-cristão mundial. Outra mudança a acompanhar é a própria «viragem» na política externa venezuelana a partir da guerra das Malvinas e da intervenção norte-americana ao lado do governo da senhora Thatcher contra as reivindicações argentinas, cujo exemplo mais marcante será, sem dúvida, a nova posição face ao governo sandinista da Nicarágua.

Coreia: Declaração para a reunificação tem uma década

□ A Declaração Conjunta do Norte e do Sul», documento histórico para a reunificação da Coreia, tem dez anos. Os pontos básicos da Declaração foram os três princípios então definidos pelo presidente Kim Il Sung nas conversações que tiveram lugar em Pyongyang entre o líder da revolução norte-coreana e a delegação vinda do sul, chefiada por Ri Hu Rak. Princípios que, decorrida uma década, mantêm uma validade inquestionável.

O primeiro, considera que a pátria coreana deve ser reunificada de maneira independente, sem depender de forças estrangeiras nem tolerar nenhuma interferência. O princípio da autodeterminação nacional é tomado como condição imprescindível para garantir uma reunificação independente, devendo ambas as partes oporem-se ao servilismo perante qualquer potência estrangeira.

O segundo princípio básico estabelece que o Norte e o Sul alcancem a unidade nacional ultrapassando as diferenças ideológicas e de regime. As duas partes devem abster-se de qualquer política hostil de uma em relação à outra. Deste modo, nem Pyongyang deverá pretender, com a reunificação, impor a ideologia comunista, nem Seul deverá considerar que ela significará uma vitória sobre o regime comunista do Norte.

O terceiro e último princípio, diz respeito à reunificação pacífica. O recurso à acção armada por qualquer das partes é considerado um grave crime contra a nação e o povo coreanos. Tanto o Norte como o Sul devem empenhar-se em reduzir os seus efectivos militares.

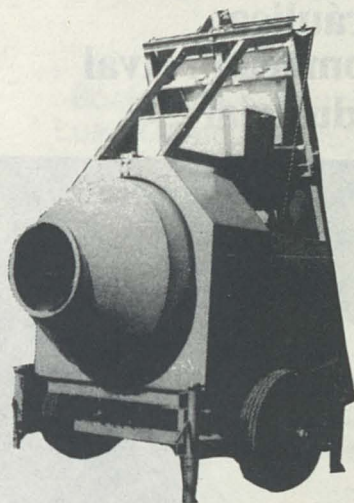
Num dos discursos que então proferiu perante as duas delegações, Kim Il Sung observou a determinado passo:

«Se conseguirmos reunificar a pátria pondo fim à divisão nacional, o nosso país será uma potência com 50 milhões de habitantes, com uma brilhante cultura e uma poderosa economia nacional, uma potência na qual ninguém ousará tocar».

Porém, dez anos depois, a nação coreana continua dividida. Se hoje o discurso de Kim Il Sung mantêm os seus princípios de paz e o governo de Pyongyang continua a praticar uma política de estrita independência nacional, as autoridades de Seul insistem na recusa do diálogo e reforçam a presença de tropas norte-americanas no seu território.

GRUFER

Fabricante de Máquinas
para a Construção Civil



- Betoneiras Rotativas Eléctricas e Diesel/Hidráulicas de 350 e 500 litros com e sem Pá e Arrasto.
- Betoneiras Basculantes com e sem Guincho de 160, 250 e 280 lit.
- Gruas de Torre.
- Gruas de Profundidade.
- Gruetas de 500 kg.
- Carros de Mão Basculantes.
- Baldes Basculantes c/descarga lateral e pelo fundo de v/capaci.
- Silos com Capacidades até 40 Toneladas.
- Monta Cargas vários tipos.
- Guinchos Pórticos.
- Mesas de Corte.
- Serras de Fita.
- Etc.

BARREIRA ALVA — 2350 TORRES NOVAS

TELEFONE 22367

I. A. N. I.

INSTRUMENTAÇÃO, AUTOMAÇÃO
NAVAL E INDUSTRIAL, LDA.

Electricidade Instrumentação Hidráulica Automação Naval e Industrial



Reparação naval e industrial

- Electricidade alta/baixa tensão
- Electrónica
- Pneumática e electro-pneumática
- Hidráulica e electro-hidráulica
- Reparação e rebobinagem em motores eléctricos incluindo geradores

Montagem naval e industrial

- Em todos os sectores de automação e electricidade

Controlo técnico de montagem e reparação

Av. 25 de Abril, 9-1.º Dt.º

Paivas — 2840 Seixal — Portugal

Telex 43702 I.A.N.I.-P Tel. 221723/30

República Dominicana: Novo presidente

□ Tomou posse, no passado dia 16 de Agosto, o novo presidente da República Dominicana, Salvador Jorge Blanco. Blanco, advogado, de 55 anos de idade, ganhou as eleições presidenciais de Maio passado representando o Partido Revolucionário Dominicano, de tendência social-democrata, actualmente no poder.

No momento de ser empossado como quinquagésimo primeiro presidente da República Dominicana, Salvador Jorge Blanco anunciou drásticas medidas de austeridade para enfrentar os problemas com que se debate o país. A tomada de posse do novo presidente deu-se num momento de alguma tensão, já que, nas semanas anteriores, haviam circulado rumores de intenções golpistas por parte de um sector das Forças Armadas. Esse receio aumentou após o desaparecimento do presidente António Guzmán Fernández, que se teria suicidado, com um tiro na cabeça, no passado dia 4 de Julho — segundo fontes governamentais, por eventual envolvimento em casos de corrupção.

Após a morte de Guzmán, o presidente em exercício, Jacobo Majluta, viu-se forçado a comparecer diante das câmaras da televisão oficial para desmentir insistentes rumores sobre um suposto golpe de Estado militar. Na ocasião, Jacobo Majluta foi categórico em afirmar que tanto ele como os altos comandos militares do país garantiriam que nenhuma alteração sofreria a ordem democrática estabelecida na República Dominicana.

O sentimento generalizado que ficou dessa onda de rumores, é que se trataria, por parte de alguns sectores — «sem escrúpulos», como qualificou o ex-presidente Majluta — de evitar a chegada ao poder do social-democrata Salvador Blanco. Este, por seu lado, enquanto recebia o apoio público das chefias militares do país, anunciava que o seu governo deverá manter «relações firmes» com os Estados Unidos, relações «de respeito» pela Nicarágua, não encarando uma abertura política em relação a Cuba e a Granada.

Antes de ter tomado posse, Salvador Blanco realizou uma visita privada de três dias ao México, onde se encontrou com o presidente López Portillo, com o presidente eleito Miguel de la Madrid e com o ministro dos Negócios Estrangeiros Jorge Castañeda. Ao ser-lhe solicitada a sua opinião sobre a situação existente em El Salvador, Jorge Blanco afirmou pensar que «nenhuma das forças em confronto tem poder suficiente para impor uma saída para o conflito», acrescentando ser partidário de «uma negociação pacífica».

Em relação à actuação do seu governo, Blanco assinalou, por várias vezes, que o programa da sua administração não prevê a nacionalização de quaisquer empresas estrangeiras, mas sempre que o fez, o actual presidente dominicano fez questão de salientar que, no entanto, seriam revistos alguns dos acordos com os consórcios que operam no país.

Guatemala: continuam os assassinatos e os sequestros

□ A Comissão de Direitos Humanos da Guatemala denunciou que durante os primeiros dias da instalação do regime militar do general Efraín Ríos Montt, ocorreram no país 403 assassinatos, 33 sequestros, 47 desaparecimentos e outros factos derivados da repressão.

Em «carta aberta» dirigida ao general que assumiu o poder na Guatemala em consequência do golpe militar de 23 de Março passado, esse organismo fez um balanço das violações dos direitos humanos que ocorreram nos últimos meses naquele país centro-americano. «Cem dias de massacres, genocídios e terror na Guatemala», é o título da carta.

A Comissão assinala que aumentou o extermínio colectivo de camponeses indígenas e refere-se aos que ocorreram ultimamente nas províncias de El Quiché, Huehuetenango, San Marcos, Solotá, Chimaltenango, Alta e Baixa Verapaz e El Petén.

Destaca que a «nova modalidade» adoptada pelo governo militar é atribuir esse extermínio aos grupos rebeldes, o que — diz o documento — foi desmentido pelos próprios sobreviventes.

Na carta enviada ao general Ríos Montt, salienta-se também que o exército guatemalteco pôs em prática a chamada «guerra de terra arrasada», que implica a eliminação, não somente dos habitantes, mas a destruição de casas, animais e colheitas dos camponeses.

O documento cita o recente caso acontecido na aldeia La Estancia de la Virgen, em San Martín Jilotepeque, assim como outra acção perpetrada no município de San Cristóbal de Verapaz, onde os soldados teriam envenenado os rios com substâncias tóxicas.

Por outro lado, foram denunciadas as chamadas «patrulhas civis», que sob ameaça de morte obrigam os camponeses a alistarem-se nelas, «comandadas por efectivos militares, que se transformam em bandos de salteadores, e cujo único objectivo é semear o terror e o pânico entre a população».

SOGUIPAL

(ex-ACTIMESA)

Sociedade Comercial
Luso-Guineense, SARL

IMPORTAÇÃO:

Amendoim, coconote, cera,
couros, borracha, bagaço, etc.

EXPORTAÇÃO:

Produtos alimentares, têxteis,
materiais de construção e bens de
equipamento

ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Áreas administrativa e financeira

ÁREA GEOGRÁFICA DE ACTUAÇÃO:

Longa experiência dos mercados
africanos e europeus

SOGUIPAL

LISBOA — Tel. 54 83 16/54 83 47/54 82 69
TELEX 14238 ACTIME/P

R. Tomás Ribeiro, 50-4.º
1000 LISBOA/PORTUGAL

ARMAZEM — R. Vale de Formoso de Cima,
125-B e C Tel. 38 62 85



ESPAÑA 82

especial

Futebol: manipulação do povo?

Nesta entrevista, João Saldanha — antigo técnico da selecção brasileira — desmistifica a visão fatalista de que o desporto mais popular no seu país pode ser manipulado com fins políticos. Para ele, o povo aproveita a festa e depois volta ao drama quotidiano

José Carlos Gondim

JOÃO SALDANHA foi técnico da selecção brasileira durante vários anos, inclusive durante a Copa do México, de 1970, altura em que o «escrete canarinho» ganhou pela 3.^a vez o troféu. Também como comentarista desportivo o seu nome é lembrado pelos brasileiros como o de um dos maiores conhecedores do mais popular desporto. **cadernos do terceiro mundo** entrevistou-o para conhecer as suas impressões depois da Copa da Espanha, e para saber a sua opinião sobre o futebol como instrumento «manipulador das massas», tema muito actual, especialmente depois do que se viu quando do último Campeonato do Mundo.

Como avalia a actuação do Brasil na Copa da Espanha?

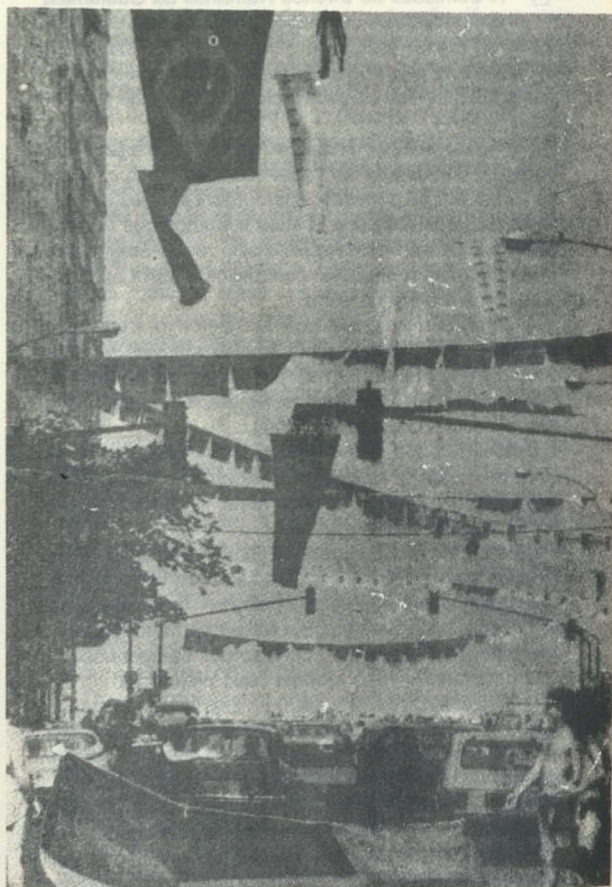
— Eu acho que foi relativamente boa, porque conseguimos apresentar uma das expressões da nossa arte popular — o futebol, o nosso futebol, com o seu carácter nacional — de forma muito elevada, atraindo a admiração de todos. Porém, poderíamos ter ido melhor.

Concorda com a opinião tantas vezes expressa de que o Brasil é só futebol e carnaval?

— A imprensa brasileira levantou o problema de como o futebol está a ser levado aqui. Falo da atitude do governo em relação aos desportos, principalmente ao futebol e, portanto ao desporto ao qual o povo brasileiro está mais integrado do que a nenhum outro ramo da arte popular. Até mesmo mais que o samba, outra paixão nacional.

Se houvesse um desfile de escola de samba por semana, a avenida ficaria vazia. Isso não acontece com o Maracanã, nem com outros estádios do país, que ficam cheios o ano inteiro em dias de jogo.

Acontece que os governos — principalmente depois do aparecimento do fascismo, com Mussolini e Hitler —, passaram a ver em determinadas actividades des-



Uma rua enfeitada pelo povo do Rio de Janeiro: a euforia durou pouco

portivas um caminho para se ligarem às massas. Não que eles não tenham esse direito: qualquer um tem o direito de ser um torcedor. Mas os que estão no poder procuram usufruir daquele apetite das massas, daquela vontade, como o Hitler quis fazer em 1936, com as Olimpíadas, querendo dar uma demonstração de arianismo. Só que as grandes estrelas das Olimpíadas da Alemanha foram os negros norte-americanos; e essa foi a maior decepção de Hitler.

E Mussolini aproveitou-se do Campeonato do Mundo de Futebol da Espanha de 1934 — onde a anfitriã não chegou a ser finalista, porque foi derrotada pela Itália —, para criar durante esses dias de euforia a Carta del Lavoro (Carta do Trabalho), que atingia violentamente o movimento sindical...

Mussolini estruturou todo o desporto italiano baseando-se no Estado fascista, com o Conselho Nacional dos Desportos. Ligou tanto o desporto ao Estado que, em 1938, ele disse ao Vitério Pozzo, técnico da selecção italiana naquele ano (e que se tinha recusado a ir com toda a equipa à marcha do fascio, à qual toda a gente era obrigada a comparecer) quando partia para França, onde seria disputada a Copa: «Se não ganhar, não volte». E eles ganharam.

Alguna analogia com o que se passou em 1970 com você?

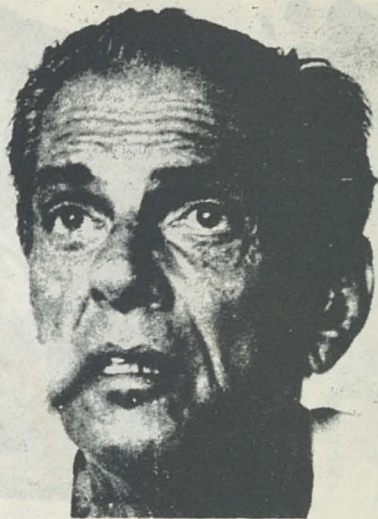
Foi isso praticamente o que aconteceu comigo. Se o Brasil não tivesse ganho, talvez eu não pudesse voltar, segundo me disse o embaixador brasileiro no México: «Olhe, se o Brasil não ganhar, é melhor você não voltar». Eu tinha feito denúncias, lá no México, de atos comprovados que se tinham passado aqui (torturas, assassinatos, prisões ilegais, etc.). O meu afastamento como técnico da selecção está muito ligado a isso. Não tive nenhum problema pessoal com ninguém, nem com a Comissão Técnica, nem com a directoria da Confederação Brasileira de Desportos, a CBD, que até tentou contornar politicamente tudo, mas não tinha força. A parada era dura.

Acha que sempre houve no desporto brasileiro uma imposição de cima para baixo?

— Desde 1940, quando se formou o Conselho Nacional de Desportos, que há uma espécie de institucionalização do desporto. A presidência da CBD esteve sempre ligada ao Conselho. Segundo o tipo de governo, houve épocas em que essa ligação era mais forte, em outras foi mais fraca. Mas, apesar de que a análise dessa questão poderia dar para um livro, é necessário mencioná-la ainda que assim, superficialmente, para se poder entender isso que por aí se viu: as ruas enfeitadas de bandeirinhas, toda aquela euforia, aquele exagero de ufanismo...

Isto é, a manipulação do desporto com fins políticos...

— Há uma brecha grande entre essa camada que está no poder (ou o «aparelho estatal») e o povo, que vê aumentar a gasolina, os transportes, o feijão, o arroz, as roupas, que está a ser despedido do seu emprego.



E o nosso azar é que quase sempre a Copa do Mundo é disputada em época de eleições. Em 50 havia eleições. Viviam todos dentro dos vestiários. O prefeito (1) gritava: «Eu dei um estádio, vocês têm que dar uma vitória». Um senador do Pará (que não era Jarbas Passarinho, que na época era tenente, ainda não era senador) dizia assim: «Dez alqueires de terra para cada um». Era sopa. Foi uma euforia tal que o Uruguai nos pegou de calça curta e nos engoliu.(2)

Acha que existe alguma saída para essa situação?

— Outro dia, li no «Jornal do Brasil» um artigo que dizia que deveria existir um Tratado de Latrão (que separou a Igreja do Estado) para o futebol. Já que o futebol é uma «religião» no Brasil, deveríamos separá-lo do poder político. Ninguém se mete mais, nem mesmo o governo.

Estádios faraónicos

Ultimamente os grandes estádios têm proliferado no interior, até nas mais pobres capitais. Você, como ex-técnico da selecção e como amante do desporto, o que acha disso?

— Em determinados aspectos poderia dizer-se que é um acto criminoso. Não há necessidade — a própria Copa da Espanha é prova de que um estádio de 40, 50 mil lugares é confortável. O peão em geral e os das arquibancadas ficam melhor colocados. Há cadeiras confortáveis, onde se você for para um jogo numa «geral», assistindo em pé ou atrás das balisas, você está dentro do campo e está vendo tudo. No Maracanã, a geral tem péssima visão, o pescoço fica torto.

Vejamos o caso do estádio de São Luís. O governador do Maranhão, João Castelo, mandou-me chamar para um almoço, por ocasião da inauguração do estádio, outro dos exemplos que eu considero criminosos. Respondi-lhe que era um almoço muito caro: ou eu



ESPAÑA 82



teria que ir a São Luís, ou ele teria que vir ao Rio de Janeiro e que eu supunha que o seu Estado não estava em condições de pagar um almoço assim tão caro.

Você chamaria a isso politicagem?

— O Brasil criou um ufanismo. Há ufanismo de estado, de região, de província, de cidade. Então se você diz que o Maranhão é pobre e não se pode dar a esses luxos, então sempre tem um certo tipo de imprensa que reage logo: «O Maranhão é peça importante da história brasileira, expulsou os franceses, etc.».

Claro, mas essa é a imprensa do próprio governo. E não iria criticar uma das obras das quais o governador mais se orgulha... Faz parte dos recursos manipulados pelo poder, não acha?

— É verdade, mas nem por isso nós devemos esquecer que o estádio foi construído como um insulto à miséria que cerca o próprio «Castelão», assim chamado em homenagem ao próprio governador. O estádio está no meio de uma região de favelas (bairros-de-lata) das mais miseráveis do Brasil. Gastou-se um dinheirão, quando na verdade a prioridade teria que ser para a construção de postos médicos. Já nem digo que se construam casas populares, mas que pelo menos se organizem as favelas, instalando lá uma grande colectora de lixo para evitar epidemias, umas três ou quatro bicas de água, coisinhas mínimas que não custam nem mesmo o preço das poltronas especiais do estádio. Só isso já amenizaria o sofrimento de dezenas de milhares de pessoas que vivem na mais clamorosa miséria.

Falta pão mas o circo está aí...

— O «chofer» de táxi que nos levava do hotel bonito para o estádio bonito em São Luís, deu a volta à cidade para não passar em frente das favelas. Aí eu falei: «Espera, vamos por aqui que é mais perto. Eu conheço a cidade, faça-me o favor. Não tenha vergonha de mostrar a pobreza».

Mas não era culpa dele. Ele era um «chofer» oficial

e toda a imprensa era levada pelo trajecto traçado oficialmente para se chegar ao estádio. Era um itinerário turístico, tipo *sight seeing*, evitando as favelas. Como acontece também aqui no Rio. Nenhum turista é levado pela favela da Maré. E eu estou a dar-lhe o exemplo do Maranhão porque o estádio foi lá inaugurado há pouco. Mas tem o Piauí, o Mato Grosso, o norte de Goiás, a Amazônia, a favela do Vidigal, o morro do Borel, etc.

O Terceiro Mundo na Copa da Espanha

E voltando ao tema da Copa. O que acha da participação do Terceiro Mundo?

— Houve um aspecto muito positivo, que foi o facto da FIFA (Federação Internacional de Futebol) ter permitido a participação de 24 países. Assim, Camarões, Argélia, Kuwait, etc., e cento e tantos países puderam disputar as eliminatórias. Dessa forma, o futebol realmente aconteceu.

No começo, o futebol só era jogado na Europa. Veio para a América do Sul trazido pelos ingleses. Na América Central, não se enraizou tanto porque os espanhóis impuseram mais a tourada como desporto popular e, em outros lugares, os Estados Unidos impuseram o beisebol.

O futebol africano é igual ao brasileiro?

— Por que o povo brasileiro é bom no futebol? Porque Deus é brasileiro? — como p'ra aí se diz — Deus é brasileiro coisíssima nenhuma! Se Deus fosse brasileiro (não dizem que Deus é bom?) não deixaria existir toda essa miséria no nosso país.

O brasileiro é bom no futebol porque aqui podemos jogar o ano inteiro. A nossas condições climáticas — de país tropical — permitem que os garotos (pobres, na maioria das vezes) joguem descalços e diariamente, se quiserem. Basta ter uma bola e um espaço qualquer, no meio da rua, entre os carros, na ladeira, etc. Isso cria grande quantidade de adeptos e permite o exercício constante.

Por outro lado, as misturas de raças aqui no Brasil formaram um biotipo exacto para o futebol, que é um desporto que exige músculos descontraídos, um certo «jogo de cintura». Além disso, a luta contra o meio ainda bastante brutal exercita uma espécie de esperteza (não diria que é inteligência ou uma característica cultural...) quase felina diante da realidade. O garoto brasileiro entra muito cedo na vida: no campo, ele entra na enxada. Na cidade, está perambulando, abandonado, ou vendendo amendoim ou jornais. Dizem que a maioria anda assaltando, roubando, mas isso não é verdade. Isso acontece apenas com uma ínfima percentagem das crianças abandonadas.

É, uma precocidade necessária à sobrevivência...

— Ele é precoce, é um adulto, não psicologicamente, mas em termos sociais. Ele passa a ter todos os problemas do adulto. Precisa trabalhar para se manter. No campo, ele tem a mulherzinha dele e tem que se virar. Na cidade, a polícia corre atrás dele como faz

com um adulto. Isso lhe dá — por mais paradoxal que possa parecer — qualidades que são imprescindíveis ao desenvolvimento do futebol.

Não é por acaso que o futebol se tornou, no Brasil, uma arte popular — além de arte, paixão popular. É uma forma de expressão onde se trabalha o instinto.

E na África?

— Em termos de futebol, a África está a começar a aparecer. Eu estive na África antes da Segunda Guerra e, nessa altura, o «crioulo» não tinha acesso aos desportos. É um processo recente.

O negro estava proibido de praticar desporto, pois isso era privilégio dos colonizadores franceses, ingleses, portugueses. Repare que o futebol português dos anos 60, no seu apogeu, tinha o Costa Pereira, o Germano, o Vicente, o Coluna, o Eusébio, todos eles de Angola e Moçambique.

A África, em termos de futebol, tem as mesmas condições que nós, brasileiros. Porque o negro tem qualidades inatas para o futebol e para os desportos de alta rapidez de reflexos e velocidade, como o boxe, o atletismo, etc. Não é porque seja negro. É mais por causa da sua cultura. Ele não tem medo do seu próprio corpo e a sua vida — até há poucas dezenas de anos — aproximava-o muito da natureza.

E a Ásia?

— A Ásia — também por causa da colonização — desenvolveu outras modalidades de desporto. É mais o *cricket*, de origem inglesa. Há futebol, mas incipiente. Na China, quando lá estive em 49/50, havia poucos campos de futebol. E mesmo assim, de terra batida. Agora é que já existem alguns de grama (relva). E hoje, você vê, os chineses foram quase campeões da fase asiática, disputaram a final com a Nova Zelândia, em Singapura.

O futebol é como a música: são sete notas que cada país toca de maneira diferente. Acho que a psicologia chinesa está mais inclinada para os grupos folclóricos, dança, ópera, *yang ko* (dança popular). Havia um campo em Pequim, dentro da Universidade e outro em Xangai, que eram para uso exclusivo dos ingleses. Era proibido para os outros e só eles usavam o campo. O carácter nacional chinês parece-me mais inclinado para o atletismo, para o voleibol, que são muito populares na China.

A reeleição de Havelange

Fala-se que a reeleição de João Havelange para a presidência da FIFA está ligada ao facto de ele ter permitido a participação do Terceiro Mundo. O que é que há de verdade nisto?

— Ele reelegeu-se porque conseguiu derrubar a oligarquia inglesa do futebol, o grupo do Stanley Rous, fazendo uma política de aproximação entre os dois blocos de países, incluindo o Sudeste Asiático. E com esse eleitorado (Sudeste Asiático, africanos e



As transnacionais tentam manipular a opinião pública, usando a televisão como meio de veicular os seus produtos

Médio Oriente), ele elegeu-se. Tanto que a FIFA tem mais países filiados do que a ONU.

Em relação à África do Sul, eles tomaram atitudes contra o regime do *apartheid* que é contra o desporto, um regime que não dá acesso a todos ao futebol.

Você acha que a Guerra das Malvinas afectou a actuação da Argentina na Copa?

— E evidente que havia uma condição emocional entre os argentinos. Eu acho, aliás, que a Argentina, historicamente, tem razão na questão do arquipélago. Foi a pirataria inglesa que consolidou aquilo no século passado. O mesmo fenómeno que aconteceu em Gibraltar.

Não podemos deixar de levar em consideração que alguns jogadores, como o Ardiles, por exemplo, que teve um primo morto na guerra, ou outros que tiveram



ESPAÑA 82



parentes presos, tinham que participar da mesma emoção que tomou conta do país inteiro.

Eu estive lá em Rosário quando a Argentina jogou com a Roménia e aí eu vi o ardor patriótico do povo argentino. Li uma mensagem de um grupo de intelectuais brasileiros (Chico Buarque, Niemeyer, Dias Gomes, e eu próprio, entre outros) que foi ouvida em silêncio sepulcral pela multidão que enchia o estádio de Rosário. Foi uma ovação comovente.

Qual seria — no seu entender — a importância da FIFA, em relação à ONU, no sentido dessa organização, dessa integração internacional? Ela é mais «funcional» do que a ONU?

Não creio. A ONU representa um grande poder político. O seu Conselho de Segurança tem conseguido, apesar dos pesares e impasses, moderar ou mesmo impedir que os conflitos alastrem ou se acen-tuem de forma catastrófica.

Na guerra do Líbano, a ONU não tem conseguido muita coisa...

— Essa guerra no Líbano, a meu ver, é extremamente injusta, absurda contra o povo libanês e contra o povo palestino. Ali, no Médio Oriente, há espaço suficiente para todos. Da mesma forma que o povo judeu (para não usar termos sionistas) sempre teve razão em reivindicar um Estado, também os palestinos têm razão. Aliás, em Telavive mesmo, moram muitos palestinos (cerca de 1/2 milhão). A briga tem aspectos de cúpula muito sérios. E a FIFA fez com que Israel, na mesma Copa, disputasse com países árabes. Isso não se verificou, mas se jogassem israelitas contra árabes, eu tenho absoluta certeza de que seria um jogo normal, como outro qualquer, e que não agravaria o conflito político, ao contrário, seria talvez um factor de pacificação. O desporto, nesse aspecto, é muito importante porque democratiza.

E sobre o racismo no futebol brasileiro, o que tem a dizer a esse respeito?

— O futebol, quando começou no Brasil, era elitista, racista, altamente reaccionário, até fins da década de 20. Os grandes clubes não permitiam pretos no seu quadro social. O Flamengo — com toda a sua democracia actual — só em 1936 é que permitiu o primeiro negro no seu quadro de jogadores: o Leônidas, comprado ao Botafogo — que até 32 não admitia nenhum negro. O Fluminense adoptou o profissionalismo para ter os jogadores como empregados, não como sócios do clube. O Clube Baiano de Ténis, que era o maior clube da Bahia, até hoje só permite brancos no seu quadro social. E logo na Bahia, onde mais de metade da população é negra, com 80 ou 90% de população mestiça, existe esse núcleo racista que representa, digamos, a África do Sul no contexto mundial.

O futebol tem este aspecto: democratiza. Num «racha» (3) de praia, entra todo mundo, é só querer. E o futebol no Brasil foi-se tornando cada vez mais popular, desde que o desenvolvimento industrial permitiu que a bola fosse um artigo fácil de se adquirir. Então, a democratização do futebol é um facto e foi acontecendo, passando por cima de todas as restrições, leis, impedimentos, de todos os fascismos.

As transnacionais no desporto

E quanto à questão da manipulação da Copa pelas transnacionais. O que pensa desse problema?

— No contexto que vivemos isso é inevitável. Você já reparou que agora os patrocinadores tiraram a equipa do campo? O problema deles é vender a sua mercadoria. De repente, com a derrota do Brasil, acabou a onda do futebol. Então entra outra: o automobilismo (4) etc., etc. É a luta capitalista pelo controlo dos mercados.

Veja um exemplo significativo: a futura rainha de Inglaterra, a Lady Di, recebeu 50 mil dólares para ir a Wimbledon. Quando ela baixava a cabeça ou se dirigia à senhora que estava a seu lado, aparecia lá atrás um anúncio de um refrigerante bem conhecido de todos nós. Ela levou 50 mil dólares, discretamente. Só tinha em Wimbledon aquele anúncio. A companhia produtora do refrigerante pagou à Lady Di e os patrocinadores de Wimbledon pagaram o resto, quer dizer, os tenistas e o pessoal que trabalhou na infra-estrutura do torneio.

Mas será que a mobilização popular para a «Copa de Espanha» não foi também manipulada (digamos, inocentemente incentivada) pelo aparelho do Estado, veiculando mensagens nos meios de comunicação ou em acordo com eles?

— O futebol é um divertimento barato. De repente, pára o comércio, abre-se um carnaval. É uma festa de

graça. Então o povo, que está na miséria, na desgraça, parte para a euforia e a satisfação. Não podemos estar contra o povo que se aproveita dessas circunstâncias para esquecer um pouco a sua vida quotidiana.

Nós somos extrovertidos. É a nossa maneira de esperar, e isto é bem acentuado devido às próprias dificuldades económicas que vive a nossa nação.

Mas, lá na Argentina, na Copa passada, o tiro saiu pela culatra: o Videla (e eu estava lá) estava a entregar a taça ao Passarella e a massa gritava: «Dá-le, Perón! Dá-le, Perón!» O Videla ficou verde...

Acha então que esse «aproveitamento» não rende tantos dividendos políticos assim...

— Vejamos o exemplo do uso de blocos de samba na propaganda eleitoral. Hoje um bloco é aproveitado pelo candidato a deputado «A». Amanhã, se o candidato «B» dá mais dinheiro, os blocos passam a fazer a campanha do candidato «B».

Isso reflectiria um baixo nível de consciência política do povo brasileiro?

— É evidente que esses longos anos de ditadura que temos tido têm impedido uma participação política melhor e mais consequente do povo. A comunicação com os candidatos não tem sido democrática. Os meios de comunicação não estão nas mãos das massas populares, nem permitem o acesso a eles de forma democrática. Por isso, torna-se muito difícil para o povo chegar a descobrir quem é quem.



Eu tenho sete filhos. Só uma votou num presidente da República, porque casou com um francês e votou no Mitterrand... E olhe que o meu filho mais novo tem 20 anos. É um problema muito sério. □

- (1) O equivalente a presidente de Câmara Municipal.
- (2) João Saldanha refere-se à derrota da selecção brasileira frente à sua congénere uruguaia na final da «Copa do Mundo» que se disputou no Maracanã.
- (3) Desafio.
- (4) João Saldanha refere-se concretamente ao Campeonato do Mundo de Fórmula 1, onde o piloto brasileiro, Nelson Piquet, actual campeão do mundo de condutores, se tornou numa espécie de «orgulho» nacional.

Argentina: fala-se de futebol para esconder outras coisas

«**F**ALA-SE demais de futebol na Argentina, tentando ocultar outros problemas», disse Diego Maradona, o jogador mais caro de todas as épocas, em declarações publicadas no mês de Agosto pelo matutino madrilenho «El País». «Eles pretendem esconder tudo usando o meu nome, o de Menotti (director-técnico da equipa argentina) e o da selecção.»

Maradona disse «não entender muito de política», mas salientou que deram tanta atenção aos jogadores profissionais do seu país com o «intuito de esconder tudo».

A propósito do campeonato mundial de futebol de 1978 — conquistado pela equipa argentina — e das

expectativas para 1982, na Espanha, recorde-se que foi criado naquele país latino-americano um forte movimento de opinião pública com grande impacto nos meios de comunicação social.

A declaração de Maradona foi a primeira formulada por uma «estrela» do futebol profissional. Por outro lado, membros de sectores do exílio argentino assinaram que esse movimento visava nitidamente a ocultar os graves problemas com que o seu país se defronta. Mencionaram, entre outros, o de trinta mil «desaparecidos», a crise económica e a violação dos direitos humanos e civis.



ESPAÑA 82

O Terceiro Mundo apareceu na ribalta do futebol

O futebol do Terceiro Mundo foi a grande sensação do Mundial 82. E se o Brasil e a Argentina, não obstante a sua eliminação, foram as vedetas do presente; o futebol do futuro poderá muito bem estar em África

Daniel Reis (*)

NÃO obstante apenas duas equipas da América Latina (Brasil e Argentina) se terem classificado para a segunda fase e entre os quatro primeiros só aparecerem países desenvolvidos — Itália, Alemanha e França, da Europa Ocidental, e Polónia, da Europa socialista — a realidade é que o XII Campeonato do Mundo de Futebol se pode considerar o Campeonato do Terceiro Mundo ou, pelo menos, aquele em que os países menos desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento marcaram uma presença activa na ribalta do futebol.

Isto foi particularmente visível durante a primeira fase em que as equipas-sensação provinham, exactamente, do Terceiro Mundo, com destaque para o «habitué» Brasil e para duas equipas africanas, a Argélia e os Camarões, que perderam a qualificação por um triz. Também as Honduras, apesar de incluídas no grupo da Espanha que montou a máquina para se classificar para a segunda fase, pois organizava o campeonato com tudo o que isso implica de favoritismo por parte dos árbitros, obtiveram a chamadas de atenção da Imprensa e dos especialistas de todo o mundo.

Pela primeira vez o campeonato abriu a sua fase final a 24 equipas: mas não se pode dizer que o surti-

mento do Terceiro Mundo na primeira linha se deva a esse alargamento. Os países que ganharam o direito a participar na fase final, talvez com excepção do Chile e de El Salvador, justificaram, com futebol, a razão desse alargamento que vai continuar no próximo mundial a realizar na América, com a Colômbia a ver quase confirmada a sua candidatura a organizá-lo.

Pela primeira vez também foi possível confirmar que, no mundo de hoje, caracterizado pela progressiva troca de capitais e tecnologia, já não há muita diferença entre as diversas escolas de futebol, sendo apenas uma questão de dinheiro e tecnologia a marcar as diferenças entre os diversos países e continentes.

Kuwait: quando «jogam» os petrodólares...

Se um país dispõe de dinheiro, ou se um Governo aposta no futebol para se evidenciar e, não raro, para fazer esquecer ao seu povo as carências gerais de infra-estruturas e meios para o desenvolvimento, é possível montar uma equipa de futebol que se bata de igual para igual com os mais desenvolvidos.

O caso do Kuwait é elucidativo. País pequeníssimo, com uma população de um milhão e 400 mil pes-

soas, tem apenas 1.526 futebolistas registados na Federação, dos quais 308 seniores distribuídos por 14 clubes. Entre os participantes na fase final do Mundial/82 é o país com menor número de futebolistas. Mas o Kuwait é também o país de mais elevado rendimento «per capita» do mundo, ainda que esse rendimento esteja desigualmente distribuído, com os emires do petróleo no alto da escala e os pastores nómadas no nível mais baixo, vivendo no subdesenvolvimento mais completo. Significa isto que, à mínima de uma política de justiça social e de equitativa distribuição dos rendimentos do petróleo, sobra dinheiro que baste para profissionalizar uma elite de futebolistas e colocar-lhe ao dispor os melhores técnicos, condições de treino e de vida, para igualar o «onze» nacional aos mais cotados do mundo inteiro.

O Presidente da Federação, xeque Fahd al Admad Alsabab, primo do Chefe de Estado, tem o vício do futebol e desde que tomou conta dos destinos da Federação elevadas verbas do erário público foram canalizadas para este desporto. Em 1976, foram contratados os três primeiros treinadores brasileiros — Orlando,

(*) Jornalista do «Diário de Lisboa» e da «Gazeta dos Desportos» presente na Copa de Espanha

Pinheiro e Gildo — e colocados à frente dos três principais clubes do País. Também nesse ano foi chamado outro brasileiro — Carlos Alberto Parreira, que tinha sido preparador físico da selecção canarina — para seleccionador nacional. Com os mesmos 20 jogadores de base o Kuwait entrou a partir de então no grande circo do futebol internacional. Venceu em 1980 a Taça da Ásia das Nações, representou o continente asiático nos Jogos Olímpicos de Moscovo chegando aos quartos de final depois de eliminar a Nigéria.

Depois disso ganhou também o Campeonato do Mundo Militar e iniciou a caminhada para a Espanha em que afastou, na fase final de qualificação, a China e a Arábia Saudita ganhando um lugar ao lado da Nova Zelândia.

Tanto nas eliminatórias como depois na fase de preparação, este núcleo de jogadores, comandado por Carlos Alberto, gastou mais dinheiro que qualquer outra selecção de futebol no mundo, fez longos estágios, parte dos quais em Portugal (um mês de treinos e jogos) e no Norte de África e conseguiu reunir um «team» de bom nível para jogar na Espanha.

Não admirou por isso que chegasse a constituir uma das sensações da prova ao empatar com a Checoslováquia e ao fazer sofrer os ingleses para quem perdeu pela diferença mínima.

A Argélia do 20.º aniversário

Diferente é o caso do Brasil sobretudo porque o futebol corre nas veias dos seus cidadãos e fácil se torna ao regime de Brasília elevá-lo à categoria de elemento de catarse colectiva e factor substitutivo dos interesses populares. É apenas questão de colocar verbas ao alcance dos seus técnicos e dos seus profissionais porque o resto virá por acréscimo. E esse «resto», no campeonato do

Imagem do jogo que opôs a selecção dos Camarões à sua congénere do Peru



Mundo da Espanha, foi o mais belo e mais espectacular futebol praticado ao longo da competição.

Julgamos que a meio caminho entre a excepção do Kuwait, com uma selecção apenas super-estrutural, sem apoio continuado na base por número e qualidade de futebolistas, e o mundo imenso que é o futebol brasileiro, se encontram as duas equipas africanas presentes na fase final do Mundial/82, Argélia e Camarões.

A Argélia tem as suas tradições no futebol sendo geralmente discutidas sobre o risco as qualificações para o Mundial, lado a lado com os seus vizinhos do Maghreb e o Egipto. Além disso tem 58 mil jogadores inscritos o que é razoável para uma população de 18 milhões de habitantes. O país comemorava também o 20.º aniversário da sua independência pelo que a qualificação para o Mundial foi encarada com o objectivo nacional, com a consequente colocação de um orçamento generoso ao dispor da selecção.

O trabalho de base foi dirigido pelo soviético Eugeni Rogov antigo treinador do Lokomotiv de Moscovo e ambientado ao futebol africano desde que trabalhou na República Centro Africana. Colaboraram com ele dois técnicos nacionais que adoptaram como filosofia de base reunir aos melhores futebolistas dos clubes argelinos alguns dos profissionais emigrados, especialmente em França: Dahleb (Paris St. Germain), Kourichi (Bordeaux), Mansouri (Montpellier), Chebel (Besan-

çon), Gamouh (Nimes), Zidane (Coutrai-Bélgica).

Com esta mescla de futebolistas profissionais amadores e sob a batuta do médio Lakhdor Belloumi, um dos melhores jogadores africanos, se não o melhor, a Argélia afastou, sucessivamente, a Serra Leoa, o Sudão, o Níger e a Nigéria para se classificar. Os jogos com este último país, um dos mais ricos da África e que colocou verbas avultadíssimas ao dispor da sua selecção nacional, treinada pelo brasileiro Otto Glória, fizeram eco na África.

A preparação de Rogov, notável pelo vigor físico que transmitiu à equipa, surpreendeu tudo e todos ao pisar campos espanhóis, constituindo a vitória sobre a Alemanha Federal, no jogo inaugural do grupo 2, a sensação maior de toda a prova. A Argélia confirmaria essa surpresa nos outros dois jogos, se bem que o treinador fosse, já então, Rachid Mekloufi.

Estamos em crer que as substituições de Dahleb e Belloumi, no jogo com a Áustria, ambos lesionados, terão contribuído decisivamente para que a Argélia não se classificasse para a segunda fase. Nem um nem outro jogaram com o Chile. Não obstante isso, os argelinos tinham ao intervalo (3-0 no resultado) a qualificação garantida. Não a soberam segurar, sofrendo dois tentos, restando como possível alibi as três bolas enviadas aos postes e a indecência do jogo Alemanha-Áustria, em que as duas equipas europeias se recusaram a jogar, quando o resultado de 1-0, que bastava para ambas se classificarem em prejuízo da Argélia, foi conseguido.

Nove equipas em 24: uma presença digna



Camarões – 3.º lugar no Grupo I, três empates, um golo marcado e outro sofrido. Resultados: 0-0 contra a Polónia e Peru e 1-1 com a Itália.

Peru – 4.º lugar no Grupo I, dois empates (1-1 com a Itália e 0-0 com os Camarões) e derrota com a Polónia (1-5).

Argélia – 3.º lugar no Grupo II, duas vitórias (2-1 à Alemanha e 3-2 ao Chile) e derrota (0-2) com a Áustria. Empate em golos marcados e sofridos: 5.

Chile – 4.º lugar no Grupo II: três derrotas (0-1, Áustria; 1-4, Alemanha; 2-3, Argélia) e zero pontos com 3 golos marcados e 8 sofridos.

Argentina – 2.º lugar no Grupo III, com duas vitórias (2-0 a El Salvador e 4-1 à Hungria) e uma derrota (0-1 com a Bélgica). 6 golos marcados e dois sofridos.

Na segunda fase, perdeu com a Itália (1-2) e com o Brasil (1-3).

El Salvador – três derrotas (1-10, com a Hungria, 0-1, com a Bélgica e 0-2 com a Argentina) e último lugar no Grupo III com um golo marcado e 13 sofridos.

Kuwait – um empate (1-1 com a Checoslováquia) e duas derrotas (1-4 com a França e 0-1 com a Inglaterra) último lugar no Grupo IV com dois golos marcados e seis sofridos.

Honduras – último lugar no Grupo V, com dois empates (Espanha, 1-1 e Irlanda do Norte, 1-1) e uma derrota (0-1 com a Jugoslávia) e dois golos marcados e três sofridos.

Brasil – primeiro lugar no Grupo VI, com três vitórias (2-1 à URSS, 4-1 à Escócia e 4-0 à Nova Zelândia), 10 golos marcados e dois sofridos.

Na segunda fase, ganhou à Argentina (3-1) e perdeu com a Itália (2-3).

No rasto do Canon de Yaoundé

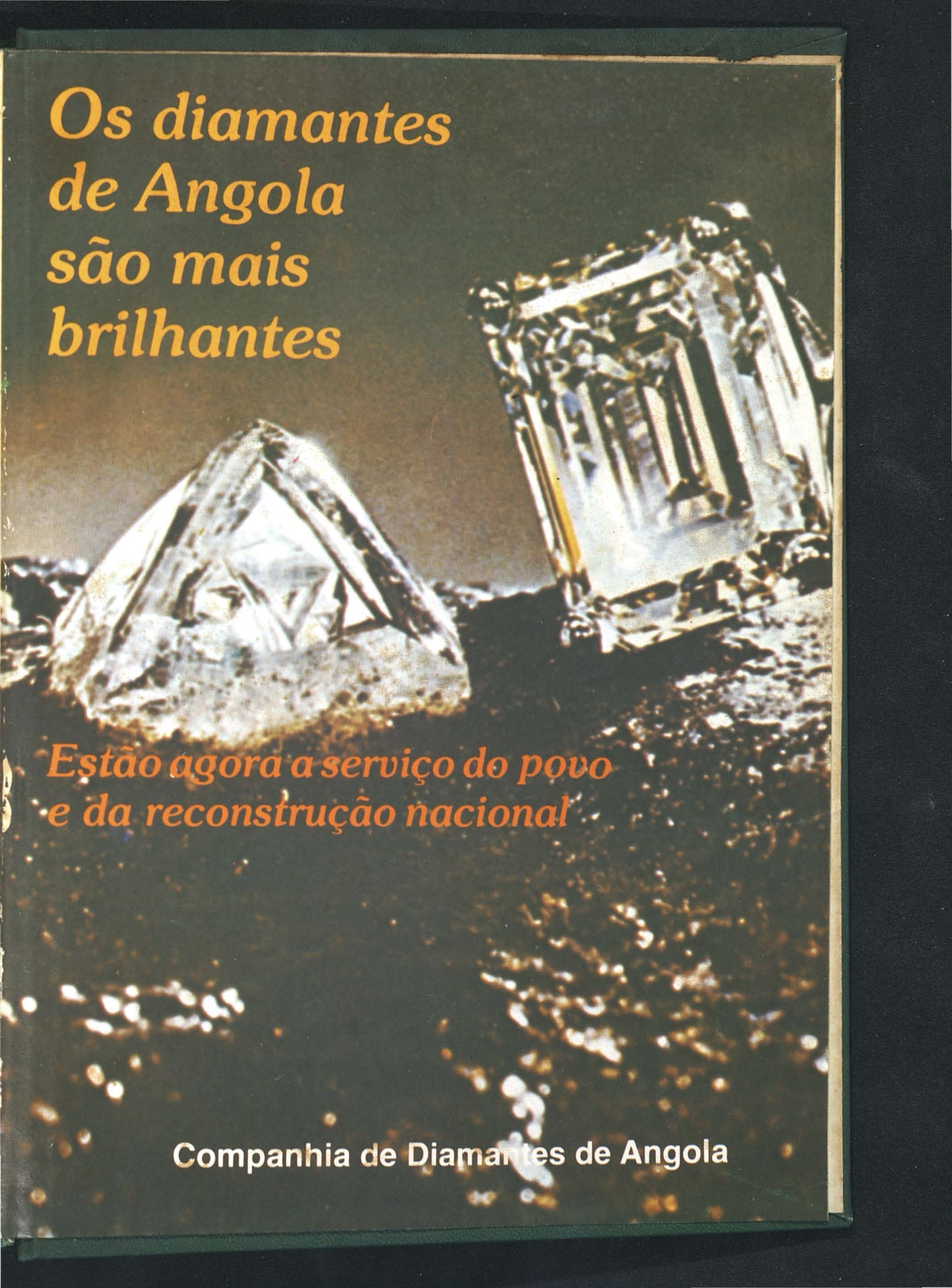
Quanto aos Camarões, mais do que o recurso a jogadores emigrados (e alguns de importância decisiva no Mundial, como Kaham, Roger Milla, Takoto e Bell) a base do êxito da «operação Espanha» deve-se ao facto de, finalmente, ter sido possível transportar para a selecção nacional o espírito de conquista que já levava o Canon de Yaoundé a vários títulos nas provas inter-clubes da África.

Isso foi conseguido por um homem calejado nas andanças do futebol africano, o jugoslavo Branco Zutic, que há dez anos vinha trabalhando no Ghana, Togo e Nigéria. Ele conseguiu o que, antes, Peter Schmittger, Raymond Fobeté e os seus compatriotas Beara e Ridanovic tinham tentado em vão: fazer dos «leões indomáveis» uma equipa à maneira dos seus clubes mais famosos, o Canon e o Union de Douala.

Repare-se que entre os 22 que se deslocaram a Espanha, oito eram do Canon de Yaoundé, quatro do Union, três do Dinamo de Douala e apenas quatro emigrantes.

Jogou a equipa dos Camarões futebol do mais espectacular num grupo triste e resignado, o que teve por palco as cidades de Vigo e La Corunha. Não perdeu um único jogo; ganhou o mesmo número de pontos da Itália que viria a ser campeão do Mundo, e teve no jogo decisivo com os futuros campeões todas as «chances» para se qualificar para a segunda fase. Mas um deslize de N'Kono quando escorregou ao lançar-se ao remate de Graziani (ganhavam então os Camarões por 1-0) deitou tudo por terra.

De qualquer modo esta equipa dos Camarões, que seria dirigida na fase final pelo francês Jean Vincent, deixou em todos a certeza de que o futebol africano se aproxima do melhor que se pratica em todo o mundo e que na África há, de facto, alguns dos melhores jogadores mundiais, como é o caso desse espantoso guarda-redes N'Kono, do capitão Abega e até de Kunde e Aoudou. O futuro o confirmará. □

A photograph of two large, faceted diamonds resting on a dark, textured surface. The diamond on the left is a brilliant-cut diamond, while the one on the right is a larger, more complex cut diamond. The background is dark and filled with smaller, sparkling diamonds.

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola



TAAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES